

SARA TALICE SANTOS BASTOS

**MOVIMENTO – PARTIDO – ESTADO: OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO
DE MILITANTES DO MOVIMENTO NEGRO DO RIO GRANDE DO
SUL**

Porto Alegre, março de 2017.

SARA TALICE SANTOS BASTOS

**MOVIMENTO–PARTIDO–ESTADO: OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO DE
MILITANTES DO MOVIMENTO NEGRO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Professor Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva.

Porto Alegre, março de 2017.

CIP - Catalogação na Publicação

Bastos, Sara Talice Santos
Movimento - Partido - Estado: Os repertórios de ação
de militantes do movimento negro do Rio Grande do
Sul / Sara Talice Santos Bastos. -- 2017.
153 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. movimentos sociais. 2. repertórios de ação. 3.
institucionalização. I. Silva, Marcelo Kunrath ,
orient. II. Título.

SARA TALICE SANTOS BASTOS

**MOVIMENTO–PARTIDO–ESTADO: OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO DE
MILITANTES DO MOVIMENTO NEGRO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva - UFRGS
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a. Lorena Cândido Fleury - UFRGS
(Membra)

Prof.^a. Dr.^a. Luciana Garcia de Mello - UFRGS
(Membra)

Prof. Dr.^a. Monika Weronika Dowbor da Silva -UNISINOS
(Membra)

À minha mãe, Nelci Santos Bastos (*in memoriam*), que desde cedo plantou em mim o desejo pelo aprendizado e o sonho pelo ensino superior.

Ao meu pai, José Airton Bastos, que me impulsionou e caminhou comigo a longa jornada para a concretização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que permitiu, em março de 2010, dar início a minha longa jornada em busca do conhecimento acadêmico.

Gostaria de agradecer também ao Programa de Pós Graduação em Sociologia que, cuidadosamente, oferta aos alunos cadeiras direcionadas ao aprofundamento teórico, à problematização sociológica e à construção de uma problemática de pesquisa atual e relevante, proporcionando professores altamente qualificados e didáticos e oferecendo um ensino de qualidade, essencial para a produção de novos pesquisadores. Um agradecimento especial à Regiane, secretária do Programa, que sempre se mostrou atenciosa e altamente competente, trabalhando com esmero e dedicação.

Igualmente, gostaria de agradecer à CAPES, que através do financiamento disponibilizado em forma de bolsa de estudos, me possibilitou dedicar-me somente à pesquisa, livrando essa mestranda da fila do desemprego.

Agradeço também o Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva, meu orientador, que com o seu conhecimento aprofundado no tema de pesquisa, contribuiu ativamente para a produção dessa dissertação, desde a formulação do problema de pesquisa até as correções finais, dando, além da sua atenção, direcionamentos e proposições sempre de maneira gentil e amável, sem nunca deixar de lado a exigência de um trabalho acadêmico relevante e bem produzido. A sua dedicação à pesquisa é memorável e invejável.

Na mesma linha agradeço aos colegas de Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE). Apesar da pouca convivência, as discussões presenciadas foram de fundamental importância para o meu aprendizado enquanto pesquisadora. Um agradecimento especial ao colega de grupo Matheus Mazzili que, como comentador na cadeira de seminário de dissertação, deu ótimas dicas e ajudou no direcionamento analítico da dissertação.

Um agradecimento muito especial à melhor turma de mestrado da história do PPG Sociologia/UFRGS, quiçá do planeta. A essa turma que, segundo a própria Prof. Dra. Soraya Cortes, é a turma mais animada que o PPG já teve, eu dedico também um pedacinho dessa dissertação. Colegas maravilhosos, verdadeiros companheiros, com quem partilhamos o pão,

ou melhor, o café colonial na aula de metodologia de pesquisa. Dividimos aflições, como na qualificação, onde cada um sabia menos o que estava fazendo, mas também compartilhamos alegria, como nos churrascos da turma. A vivência oferecida por vocês possibilitou que o processo de mestrado, altamente estressante, angustiante e um pouco desesperador, se tornasse mais leve, suportável até. Obrigada a todos os meus colegas do *PPGzinho* (apelido dado carinhosamente ao PPG Sociologia). Sem vocês talvez nem existisse essa dissertação.

Entre todos os agradecimentos há, porém, um agradecimento especial a pessoas sem as quais não seria possível vencer esse processo exaustivo que foi o mestrado como um todo, e a produção dessa dissertação em particular: À minha família! Ao meu pai, José Airton Bastos, a quem eu dedico essa dissertação. Ao meu irmão e cunhada, Esdras e Rose, e também e, em especial, a minha irmã Ester, que se dispôs a ouvir inúmeras vezes sobre os sofrimentos, angústias e frustrações e, com palavras de incentivo, me animou a continuar seguindo a jornada acadêmica. Sem o apoio de vocês certamente eu não teria conseguido.

Muito obrigada!

“Eu, a Sabedoria, habito *com* a prudência e acho a ciência dos conselhos. [...]. Por mim, reinam os reis, e os príncipes ordenam justiça. Por mim governam os príncipes e os nobres; sim, todos os juízes da terra.

Eu amo os que me amam, e os que de madrugada me buscam me acharão. Riquezas e honra *estão* comigo; sim, riquezas duráveis e justiça. Melhor é o meu fruto do que o ouro, sim, do que o ouro refinado, e as minhas novidades, melhores que a prata escolhida.

Faço andar pelo caminho da justiça, no meio das veredas do juízo. Para fazer herdar bens permanentes aos que me amam e encher os seus tesouros.”

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Representação gráfica do modelo analítico do projeto de pesquisa	48
Figura II - Sociograma da atuação das lideranças do movimento negro.....	79
Figura III- – Representação gráfica do modelo utilizado para síntese dos aspectos trabalhados na dissertação.....	123
Figura IV – Sistematização dos dados do ativista I.....	125
Figura V - Sistematização dos dados da ativista II.....	126
Figura VI – Sistematização dos dados do ativista III	127
Figura VII- Sistematização dos dados do ativista IV	129
Figura VIII – Sistematização dos dados do ativista V.....	130
Figura IX - Sistematização do dado do ativista VI.....	132
Figura X - Sistematização dos dados do ativista VII.....	133
Figura XI - Modelo descritivo da relação entre tipos de ação e repertórios de ação.....	141
Figura XII – Modelo de análise reformulado a partir da análise dos dados.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro I - – Modelo de Banaszak sobre a relação entre movimento social e Estado.....	34
Quadro II - Matriz de Leitão e Silva sobre os tipos de relação entre Estado e organizações sociais	34
Quadro III – Relação de entrevistados e participação no movimento	59
Quadro IV - Atuação de lideranças do movimento negro em organizações de esquerda (anos 1970).....	67
Quadro V - Quadro comparativo da trajetória do movimento negro	69
Quadro VI- Espaços de militância dos entrevistados	91
Quadro VII - Tipos de percepções dos ativistas sobre as esferas de atuação e sobre a autonomia	135

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada visa contribuir para a discussão sobre os repertórios de ação dos movimentos sociais. Contrapondo-se às teorias clássicas dos movimentos sociais, que partem do pressuposto da externalidade do movimento frente às esferas institucionais, essa pesquisa buscou apreender sobre a relação entre política extrainstitucional e a política institucional. Focando a análise na interpenetração entre movimento/partido/Estado, essa pesquisa teve o objetivo de compreender como, no âmbito do ativismo individual, a entrada dos ativistas dentro das esferas institucionais, modificava a sua atuação militante. Como objeto de pesquisa foi escolhido entrevistar ativistas de uma organização de movimento negro do Rio Grande do Sul, movimento conhecido pela sua trajetória de intersecção com a arena institucional. Foram entrevistados sete militantes ao todo. A hipótese norteadora do trabalho foi a seguinte: Disponibilizada aos ativistas oportunidades de ação por dentro das esferas estatais e partidárias acreditava-se que os ativistas abandonariam os repertórios de confronto, optando gradativamente por repertórios institucionais. Os dados obtidos nas entrevistas, porém, levaram-nos a abandonar essa hipótese. Foi observado que, ao contrário do que se esperava, os ativistas não abandonaram os repertórios de confronto, sendo o confronto utilizado por alguns como repertório principal enquanto para outros como um repertório complementar à ação institucional. A escolha desses repertórios, porém, estava, em maior medida, condicionada não às oportunidades de ação ofertadas aos militantes, mas sim às suas percepções de como eles ‘deveriam’ agir para alcançar os objetivos do movimento, condicionados às percepções dos ativistas sobre os partidos e o Estado e como o movimento deve agir com relação a essas esferas. A partir do referencial analítico da sociologia compreensiva weberiana, foi possível captar dois tipos de ação dos ativistas: uma que chamamos de valorativa, mais identificada com o tipo ideal weberiano de ação racional com relação a valores, sendo os repertórios utilizados pelos ativistas os repertórios extra institucionais, repertórios de confronto; e a ação estratégica, mais identificada com o tipo ideal weberiano da ação racional com relação à fins, onde os ativistas intercalariam ações tanto de confronto quanto institucionais, sendo observadas as oportunidades políticas oferecidas ao movimento.

Palavras-chave: movimentos sociais; repertórios de ação; institucionalização.

ABSTRACT

This research aims to contribute to the discussion about the repertoires of action of social movements. Despite the classical theories of social movements, which start from the assumption of the externality of the movement in face of the institutional spheres, this research sought to understand the relationship between both extra-institutional and institutional politics. Focusing on the analysis of interpenetration between movement/party/state, this research aimed to understand how, considering individual activism, the entry of activists within the institutional spheres modified their militant performance. As a research object, it was chosen to interview black movement's activists of Rio Grande do Sul, which is known by its trajectory of intersection with the institutional arena. Seven militants were interviewed in the whole. The guiding hypothesis of the study was the following: the entry of activists on state and partisan spheres would stimulate the activists to abandon the confrontation repertoires, gradually opting for institutional repertoires discourses and actions. The data obtained in the interviews, however, led us to abandon this hypothesis. Contrary to expectations, it was observed that the activists did not abandon the confrontation repertoires, being the confrontation used by some of them as the main repertoire while as a complementary repertoire to the institutional action by some others. The choice of these repertoires was conditioned, however, not by the action opportunities offered to the militants, but by their perceptions of how they 'should' act to achieve the movement's goals, considering their insights about parties and state conditioning and about how the movement should act in relation to these spheres. From the analytical framework of Weberian sociology, it was possible to capture two types of activist action: the evaluative action, related to the ideal Weberian type of value-oriented rational action, in which the activists repertoires are the extra institutional repertoires, the confrontational repertoires; and strategic action, identified with the ideal Weberian type of end-oriented rational action, in which activists interposes both confrontational and institutional actions, observing the political opportunities offered to the movement.

Keywords: social movements; repertoires of action; institutionalization.

LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS

ARS – Análise de Redes Sociais;

CC – Cargo Comissionado;

CEPIR – Comissão Especial de Políticas Raciais;

CNN – Convenção Nacional do Negro;

CODENE – Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra;

CPDCN – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra;

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil;

DCE – Diretório Central de Estudantes;

EOP – Estruturas de Oportunidade Política;

FAJURS – Fórum da Juventude Negra do Rio Grande do Sul;

FG – Função Gratificada;

FNB – Frente Negra Brasileira;

FRENAPO – Frente Negra de Ação Política de Oposição;

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra;

LGBT – Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros;

MDB – Movimento Democrático Brasileiro;

MNU – Movimento Negro Unificado;

MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial;

MUCDR – Movimento Unificado contra Discriminação Racial

OMS's – Organizações de Movimentos Sociais;

ONG - Organização não governamental;

PCdoB – Partido Comunista Brasileiro;

PDT- Partido Democrático Trabalhista;

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados;

PT- Partido dos Trabalhadores;

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro;

RS – Rio Grande do Sul;

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial;

SUAS – Sistema Único de Assistência Social;

TEN – Teatro Experimental do Negro;

TMP – Teoria da Mobilização Política;

UHC – União de Homens de Cor;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	O problema de pesquisa e a hipótese.....	19
1.2	O redirecionamento da pesquisa.....	23
1.3	Organização do Trabalho.....	24
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	26
2.1	OS MOVIMENTOS SOCIAIS, OS PARTIDOS E O ESTADO: OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	26
2.2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
2.2.1	Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação.....	35
2.2.2	Múltiplas Militâncias.....	45
2.3	A PERSPECTIVA DE ANÁLISE.....	49
2.3.1	Uma sociologia Compreensiva.....	49
2.3.2	Percepções da Realidade Social e as Teorias Nativas de Interpretação Social ..	54
2.4	NOTA METODOLÓGICA.....	58
3	MOVIMENTO NEGRO, PARTIDOS E ESTADO.....	62
3.1	A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO.....	62
3.1.1	A ‘primeira fase’ do Movimento Negro (1889-1937).....	62
3.1.2	A ‘segunda fase’ do Movimento Negro (1945-1964).....	64
3.1.3	A ‘terceira fase’ do movimento negro (a partir de 1978).....	66
3.2	O MOVIMENTO NEGRO E OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	70
3.3	O MOVIMENTO NEGRO E O ESTADO.....	75
4	AS TRAJETÓRIAS E A MÚLTIPLA MILITÂNCIA.....	83
4.1	AS TRAJETÓRIAS MILITANTES.....	83
4.2	A MÚLTIPLA MILITÂNCIA.....	91
4.2.1	‘Ser movimento, partido e Estado’: a militância múltipla.....	92

4.2.2	Os conflitos internos e externos.....	96
4.2.3	‘O movimento é autônomo!’	100
5	AS PERCEPÇÕES SOBRE A REALIDADE SOCIAL E OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO	105
5.1	AS PERCEPÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS	105
5.1.1	Percepções sobre o Movimento Social: Entre a retaguarda e a ação política....	105
5.1.2	Percepções sobre os Partidos Políticos: Ferramenta ou Armadilha	109
5.1.3	Percepção sobre o Estado: Espaço de militância ou Oponente	114
5.2	OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO	117
5.2.1	O repertório de confronto	117
5.2.2	Os repertórios de cooperação e infiltração	119
6	COMO SE PRODUZ A MUDANÇA SOCIAL?.....	123
6.1	PERCEPÇÕES, ESPAÇOS DE MILITÂNCIA E REPERTÓRIOS DOS ATIVISTAS	123
6.2	AS TEORIAS NATIVAS DA MUDANÇA SOCIAL E A AÇÃO MILITANTE	134
6.2.1	As percepções os ativistas e as teorias nativas da mudança social.....	134
6.2.2	Da teoria à ação militante: os repertórios de ação	138
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
	ANEXOS.....	154

1 INTRODUÇÃO

Em 1978, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) iniciou uma nova onda de protesto negro no Brasil. Inspirados em movimentos como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e a independência de países africanos, negras e negros de várias partes do Brasil uniram-se ao movimento fundado em São Paulo, e, em plena ditadura, recomeçaram a luta racial no país. (PEREIRA, 2008).

O momento vivido por esses ativistas era de uma ‘lenta e gradual’ reabertura política. Tal conjuntura permitiu o surgimento de movimentos, associações e até partidos políticos, tornando, assim, o fim dos anos 1970 e os anos 1980 propícios para a criação e ampliação dos movimentos sociais. Durante esses anos, a luta contra a ditadura impulsionou os movimentos sociais a, articulando-se, tomarem as ruas e lutarem pela democracia, lutando ‘pelo direito a ter direitos’.

Já na década de 1990, com o fim da ditadura, novas demandas de participação social surgiram, os movimentos pediam a construção de espaços institucionais de participação. Abriam-se formas de participação institucionais que possibilitaram aos movimentos um lugar de discussão de propostas para o Estado.

Apesar de o espaço dado aos movimentos não ser de centralidade nos espaços de decisão governamental - ao contrário, esses espaços eram, na sua maioria, secundarizados e sem grande poder de voto - as políticas participativas possibilitaram um novo repertório de ação aos movimentos sociais: o de colaboração com o Estado.

Assim, a década de 1990 foi de ampliação da organização de movimentos sociais de diversas ordens, dentre elas o surgimento de inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), que, entre outras coisas, vieram suprir a demanda por instituições que ‘falassem pela população’ nesses espaços de participação institucional. A conjuntura política dos anos 1990 possibilitou, então, a ampliação dos movimentos sociais e a participação desses nas decisões governamentais, apesar da participação ser mais representativa do que de fato deliberativa.

Quanto ao Movimento Negro, os repertórios de ação eram múltiplos. Os ativistas do movimento utilizaram diversos repertórios para a inclusão das demandas no poder público, desde protestos públicos (repertórios de confronto) até a atuação em gabinete (repertório de infiltração no Estado). (LEITÃO, 2012).

Em 1983, no governo do estado de São Paulo, Ivair Alves dos Santos, militante do Movimento Negro, assumiu o primeiro órgão governamental criado com a função de atender a população negra, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), mostrando, assim, que já em 1980 o Movimento Negro valeu-se da estratégia de uso das estruturas estatais.

Oliveira (2011) mostra que muitas Organizações de Movimentos Sociais (OMSs) brasileiras constituídas entre o final de 1970 e o início dos anos 1980 utilizaram a atuação por dentro do Estado como um repertório de ação dos movimentos. Para tanto, os movimentos usaram intensamente a atuação partidária como um de seus repertórios de ação, construindo relações de articulação e/ou permeação, com o objetivo de fortalecer as demandas do movimento e construir canais de expressão institucional dos mesmos.

Os partidos que surgiram com a intenção de se opor ao regime militar - como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - foram utilizados pelos ativistas do Movimento Negro como espaços de atuação política em defesa das causas do movimento. O Partido dos Trabalhadores, em particular, por ser um partido fundado por ativistas de organizações sindicais e populares com o sentido de dar voz às suas causas, tornando-se assim o partido com maior intersecção com os movimentos sociais, foi identificado como um mecanismo de canalização das reivindicações desses setores, inclusive do Movimento Negro. Logo, a intersecção Movimento Negro/PT acabou por se tornar recorrente, com a presença de muitos militantes caracterizados por uma inserção múltipla: nas organizações do Movimento Negro e no partido.

Leitão (2012) observa que a participação dos ativistas das organizações do Movimento Negro nos partidos implicou, em maior ou menor grau, na incorporação das suas demandas em programas e agendas partidárias, que se expressa, por exemplo, na constituição de comissões raciais dentro dos partidos, atuação esta que permitiu novos repertórios de ação, tal como aquele que Falleti (2010) denominou de "infiltração do Estado": a ocupação de posições na estrutura estatal por parte de ativistas de movimentos sociais.

Podemos observar, então, que durante os anos de 1980 e 1990 o Movimento Negro apresentou mudanças significativas nos seus repertórios de ação, dado a conjuntura política e as oportunidades que se apresentaram aos movimentos, como a inserção das suas demandas por meio da participação institucional ou pela articulação com partidos. O movimento passou de uma externalidade ao Estado a uma inserção, ainda que secundarizada, nos governos.

Apesar dessa participação institucional, Leitão (2012) e Rios (2008) colocam que o Movimento Negro, durante essas duas décadas, não abandonou o repertório de confronto, utilizando as manifestações de rua como forma de protesto e reivindicação das suas causas. As manifestações pelos Cem Anos da Abolição em 1988 e a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 são prova desse fato. Assim, durante os anos de 1980 e 1990, o Movimento Negro utilizou uma ampla gama de repertórios de ação - repertórios de confronto, cooperação, colaboração e infiltração - a fim de inserir as suas demandas no Estado.

Nos anos 2000, com a eleição do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, a conjuntura política modificou-se novamente e os movimentos sociais ganharam novas oportunidades de inserção de suas demandas no Estado. A eleição do PT abriu novas formas de comunicação entre essas duas esferas, ampliando muito as chances dos movimentos, tornando o Estado ainda mais *permeável* à sociedade civil (OLIVEIRA, 2011).

Leitão e Silva (2015) apontam que muitas das análises feitas sobre os movimentos sociais ignoram os casos de intersecção com os partidos políticos e a ação por dentro da estrutura estatal. Segundo esses autores, este fato prejudicou sobremaneira as análises dos movimentos sociais em contextos nos quais tais intersecções assumem importância na conformação dos movimentos, como é o caso do Brasil.

1.1 O problema de pesquisa e a hipótese

A presente pesquisa busca analisar trajetórias que se constroem na intersecção entre movimentos sociais, partidos políticos e o Estado. Mais especificamente, pretendo analisar qual a influência desse trânsito dos ativistas nessas esferas quanto às estratégias dos ativistas.

A intersecção entre movimento social, partidos políticos e Estado, apesar de secundarizada por alguns estudiosos, ou tratado com simples cooptação por outros, hoje é colocada por muitos autores – Goldstone (2004); Banaszack (2005); Mische (1997); Abers, Serafim, Tatagiba (2014); Abers, Bulow (2011); Leitão (2012); Silva (2010, 2014); Leitão e Silva (2015); Silva e Oliveira (2011); Gutierrez (2015) Dowbor (2012); Falleti (2010) – como central para compreender tanto a configuração dos movimentos sociais quanto as ações do Estado e dos partidos políticos.

A intersecção constitui um tipo específico de relação, tradicionalmente pouco analisada pela literatura de movimentos sociais, que tendeu a concentrar-se nas relações

conflitivas, concebidas como definidoras da própria natureza das organizações de movimentos sociais. A intersecção movimentos sociais/Estado é definida por Banaszack (2005) da seguinte forma: "A intersecção estado-movimento consiste em membros auto-identificados do movimento que também mantêm posições reconhecíveis dentro do estado"¹ (Banaszack, 2005, p.154).

Leitão (2012) mostra que muitas organizações de movimentos sociais brasileiras constituídas entre o final de 1970 e o início dos anos 1980 utilizaram intensamente os partidos políticos como espaço de militância negra, construindo relações de articulação e/ou permeação com os objetivos de fortalecer as demandas do movimento e construir canais de expressão institucional das mesmas.

Ainda no início de 1980 o Movimento Negro viu a possibilidade de construir o projeto de reparação do povo negro por dentro do Estado, vislumbrando alcançar e influenciar os espaços de tomada das decisões políticas através dos partidos políticos que atuaram na luta pela redemocratização do país.

Entretanto, Leitão (2012) argumenta que, apesar de intenso, o trânsito entre organizações do Movimento Negro e os partidos (e, posteriormente, o Estado) não se deu de maneira pacífica nem unânime. Sempre houve atores dentro do movimento que avaliavam negativamente este processo de intersecção, acusando os militantes com inserção partidária e estatal de cooptados e traidores.

Leitão (2012) coloca, ainda, que uma parcela significativa das lideranças do Movimento Negro envolveu-se na criação do PT, inserindo nesse partido (e, através dele, nos seus governos) as demandas do movimento. Desta forma, para muitos ativistas o partido constituiu-se uma arena de militância organicamente articulada com seu ativismo nas organizações do Movimento Negro. Segundo o autor,

[...] lideranças negras [...] articulam-se na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), que também irá influenciar os rumos tomados pelo Movimento ao longo dos anos 1980. [...] Nesse sentido, entender o surgimento dos 'novos movimentos sociais' passa por acompanhar suas discussões e articulações com a nova estrutura partidária que se consolidava. Esta ênfase sobre a importância de analisar de forma articulada a reestruturação dos movimentos sociais e a reestruturação da política

¹ Texto traduzido pela autora, a citação original é exposta a seguir

"The state-movement intersection consists of self-identified members of the movement who also hold recognizable positions within the state" (Banaszack, 2005, p.154)

partidária no contexto da redemocratização brasileira se distancia e confronta a forma tradicional de análise sobre os movimentos sociais no Brasil, a qual tende a se concentrar exclusivamente nos processos de organização social. (LEITÃO, 2012, p.99)

Tendo por referência essa trajetória, construímos o nosso problema de pesquisa entendendo que o processo de intersecção com os partidos e de "infiltração do Estado" construiu novas arenas de militância (partidária e estatal) para os ativistas das organizações do movimento negro, que, ao mesmo tempo, mantinham seu ativismo enquanto militantes do movimento. A partir disso, este projeto buscava responder a questão: *Como o processo de militância múltipla dos atores que transitam entre essas três esferas (movimento, partido e Estado), ou se posicionam nas suas intersecções, influencia na conformação das suas percepções da realidade social e os seus repertórios de ação?*

Com esse trabalho propomos contribuir de maneira significativa para a compreensão da ação dos ativistas dos movimentos sociais brasileiros, observando uma dimensão pouco trabalhada pelos teóricos dos movimentos sociais: as interações entre sociedade civil e sociedade política. Centrado a análise na multiposicionalidade dos atores, suas percepções da realidade social e seus repertórios de ação.

Como objeto optamos por desenvolver a nossa pesquisa no nível do indivíduo, do militante, e não do movimento. A razão dessa escolha é o desejo de explorar como os ativistas percebem as relações entre movimento e as esferas institucionais, e de que forma essa relação interfere na sua militância. Todos os ativistas entrevistados, sete no total, fazem ou fizeram parte da mesma organização de movimento social negro². Esta organização foi escolhida devido à sua trajetória de atuação no Movimento Negro brasileiro e por ter como característica a intersecção Movimento – Partido – Estado que desejamos focar nessa pesquisa, além de permitir o recorte geográfico necessário para a realização da mesma: o estado do Rio Grande do Sul.

Para fundamentar teoricamente esta problematização, partiu-se da Teoria do Confronto Político, que busca analisar os movimentos sociais a partir da lógica do conflito. Retomaremos essa teoria mais adiante, mas interessa saber por enquanto que dessa teoria trabalharemos dois conceitos: o de *repertórios de ação* e o de *oportunidades políticas*.

² O nome da organização foi omitido por razões éticas a fim de promover maior sigilo aos entrevistados.

Os repertórios de ação são as formas através das quais os movimentos expressão suas reivindicações. São “o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22). Esses repertórios estariam em consonância com as oportunidades políticas.

A Estrutura de Oportunidades Políticas diz respeito às oportunidades que dispõem os movimentos para a ação. Esse aspecto possui centralidade na Teoria do Confronto para a explicação dos repertórios de ação dos movimentos.

Apesar do modelo proposto por essa teoria ser muito útil pra pensar as estratégias de ação militante, esse modelo sozinho apresenta limites quando utilizado para problematizar a realidade brasileira. A razão é porque os teóricos do Confronto tendem a abordar a ação confrontacional dos movimentos externamente ao Estado o que, como já colocado anteriormente, não condiz com a ação de muitos dos movimentos sociais surgidos no Brasil após os anos de 1980.

Para complementar a análise utilizou-se o conceito de *militâncias múltiplas* de Ann Mische (1997). Mische define a múltipla militância como a atuação dos militantes em diferentes espaços sociais, como movimentos, partidos, igrejas, organizações sociais, etc. Segundo a autora, que analisou processos de organização juvenil no Brasil entre os anos 1980 e 1990, a militância múltipla seria uma característica importante dos ativistas brasileiros, com implicações nas formas como o ativismo é pensado e desenvolvido.

Baseando-se nessa perspectiva de análise, foi formulada a seguinte hipótese de pesquisa: A múltipla militância dos ativistas do Movimento Negro possibilitaria uma interpenetração entre as esferas de política institucional e extrainstitucional. Essa intersecção colocaria os ativistas em interação com outras formas de ver e compreender a realidade social e abriria novas oportunidades de ação aos ativistas. Por meio de um processo de socialização secundária os ativistas modificariam as suas percepções sobre a realidade e também as suas estratégias de ação, com vista a adequar aos novos ambientes disponibilizados.

A militância múltipla e a circulação e atuação dos militantes em múltiplas esferas militantes e estatais, modificaria tanto aspectos subjetivos quanto objetivos da militância social.

1.2 O redirecionamento da pesquisa

Uma análise prévia sobre as entrevistas, porém, trouxe novas perspectivas de análise. As entrevistas mostraram que os entrevistados apresentam uma diversidade de trajetórias e repertórios bem distintos, mas que todos, em algum momento, tiveram intersecção com partidos políticos, um dado que chamou muito a atenção.

A diferença estava nas decisões de estratégias dos atores: alguns optaram pela permanência no partido a fim de implementar internamente as lutas raciais, outros optaram pela ação dentro das estruturas do Estado utilizando os partidos para tanto. Outros ainda decidiram se afastar dos partidos e atuar no Estado como técnico, por não perceber os partidos como apoiadores da causa negra. Teve, também, ativista que decidiu se afastar tanto do partido como do movimento por perceber o movimento como cooptado pelo partido, optando por formar outra organização de luta racial que não possui intersecção partidária. Outro ativista afastou-se do movimento e do partido pelo mesmo motivo que o anterior, mas, diferentemente, filiou-se a outro partido e propôs fazer a sua luta racial a partir desse espaço. Outro ativista, mesmo participando do partido, nunca se utilizou do mesmo para fazer a sua luta, se mantendo externo ao partido e ao Estado.

Essa observação nas entrevistas mostrou a necessidade de repensar o projeto de pesquisa. A hipótese era que a entrada dos ativistas nos espaços do partido e do Estado modificavam os repertórios e percepções dos militantes. As entrevistas, porém, nos levaram a questionar essa hipótese, pensando que talvez não sejam os espaços que modificam a compreensão dos ativistas, mas o contrário, a percepção dos ativistas que os levam a utilizar certos espaços e repertórios e a rejeitar outros, tornando-os ilegítimos.

Por exemplo, a entrevistada II possui uma trajetória militante bastante institucional, possuindo atuação tanto no partido (PT) quanto em um cargo na estrutura estatal como ex-coordenadora de políticas raciais. Na sua fala percebemos uma compreensão dos partidos como uma ferramenta para a implementação de políticas raciais essenciais ao povo negro. Percebemos também, na sua fala sobre o Estado, a compreensão de que a forma mais eficaz de implementação de um projeto político para o povo negro é, de fato, possuindo um cargo na gestão.

Já no caso da entrevista III percebemos uma compreensão completamente diferente. Na visão desse entrevistado tanto os partidos como o Estado são estruturas branquealizadas que funcionam para a manutenção do racismo, entendendo que a atuação do Movimento Negro por dentro dessas esferas faz com que o movimento esfrie e perca a sua eficácia.

Esses dados nos levaram a pensar em uma perspectiva diferente da proposta do projeto de pesquisa: não mais pensar os espaços como instituições constrangedoras à ação dos militantes, mas pensar as percepções dos militantes como centrais para a definição dos espaços e das estratégias de atuação dos militantes. Tal mudança toca na premissa epistêmica da pesquisa, que antes colocava nas estruturas sociais peso explicativo para a ação dos indivíduos e agora propõe uma análise das concepções dos indivíduos sobre a realidade social como base para a compreensão das suas ações.

As entrevistas possibilitaram desconstruir o nosso olhar e propuseram outro caminho de análise para os dados. Em vez de perguntar *como as instituições constroem os indivíduos?* Perguntamos *como os indivíduos compreendem a realidade a sua volta e assim decidem agir?*

1.3 Organização do Trabalho

O presente trabalho está organizado em sete partes, a começar por essa introdução, que teve por objetivo contextualizar o tema e problema de pesquisa bem como o direcionamento da análise aqui proposta.

O segundo capítulo apresenta os pressupostos teóricos da pesquisa. O capítulo começa abordando a intersecção entre movimento, partido e Estado nas novas abordagens teóricas sobre movimentos sociais. Posteriormente, são abordados os conceitos da teoria dos movimentos sociais que foram utilizados na pesquisa: *oportunidades políticas*, *repertórios de ação* e *militância múltipla*. Em seguida é apresentada a perspectiva analítica, o referencial teórico utilizado na análise dos dados (*a sociologia compreensiva*). Por último, apresentamos uma nota metodológica, explicitando como foi realizada a pesquisa, o corpus, as dimensões de análise e as técnicas de coleta e análise de dados.

O capítulo três faz uma breve contextualização histórica da relação entre Movimento Negro, os partidos e o Estado. Primeiramente, apresentamos uma reconstituição do surgimento das três fases do Movimento Negro no Brasil. Depois abordamos a relação entre

Movimento Negro e os partidos políticos. Por último, a relação entre Movimento Negro e o Estado.

No capítulo quatro começamos a apresentar os dados coletados na pesquisa empírica. Na primeira parte, apresentamos as trajetórias dos ativistas, observando principalmente os espaços de atuação dos militantes, as suas permanências em certos espaços e os seus afastamentos de outros. Posteriormente, são abordadas as relações de múltipla militância, a visão dos ativistas sobre os ganhos e perdas da atuação em diferentes frentes, os conflitos, tanto de âmbito interno quanto externo e a legitimação da autonomia do movimento frente à constante acusação de cooptação.

No quinto capítulo são apresentadas as percepções dos ativistas sobre os diferentes espaços de militância (o movimento, os partidos e o Estado). São apresentadas, também, as percepções dos ativistas sobre os repertórios de ação, o porquê da escolha de cada repertório.

No último capítulo são reconstituídas as percepções de cada ativista, os espaços ocupados e os repertórios de cada um. Com isso são construídas as teorias da transformação/mudança social que guiariam a ação de cada um dos ativistas, e as escolhas de seus repertórios de ação.

Por fim apresentamos as Considerações Finais com algumas reflexões sobre os dados apresentados e discutidos no desenrolar dos capítulos.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo apresentaremos a discussão teórica que fundamentará a pesquisa empírica aqui exposta. O capítulo começará abordando algumas colocações teóricas sobre a relação entre movimentos, partidos e Estado (subcapítulo 2.1). Apresentaremos, então, o referencial teórico da pesquisa (subcapítulo 2.2), sendo abordada, primeiramente, a teoria dos movimentos sociais, e, posteriormente, a perspectiva teórica que utilizamos na análise dos dados (subcapítulo 2.3). Por fim, apresentaremos a metodologia de pesquisa (subcapítulo 2.4), o corpus da pesquisa, as técnicas de coleta e análise de dados, e as dimensões de análise.

2.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, OS PARTIDOS E O ESTADO: OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

As instituições, os partidos e o Estado são interpenetrados por movimentos sociais, muitas vezes desenvolvidos a partir de movimentos, em resposta a movimentos ou em estreita associação com movimentos. (GOLDSTONE, 2003, pg.02)³

No Brasil a teoria sobre a sociedade civil foi grandemente influenciada pelo contexto político que vigorava na época do ressurgimento das mobilizações sociais no final da década de 1970 e início dos anos 1980: o regime militar. Nesse período as ações de mobilização eram, na sua maioria, externas ao Estado, ações de confronto com o poder institucional (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, a realidade política brasileira muda radicalmente a partir da metade da década de 1980, com o fim da ditadura militar e a reabertura política. Setores da sociedade civil organizada que viam a possibilidade de se inserir dentro da arena estatal demandaram espaços de participação política. São criados fóruns, comitês e conselhos de políticas públicas, instâncias participativas de criação e gestão de políticas, formando espaços de colaboração entre a esfera civil e estatal. (FACEIRA, 2014)

³ Texto traduzido pela autora, a citação original é exposta a seguir:

“State institutions and parties are interpenetrated by social movements, often developing out of movements, in response to movements, or in close associations with movements” (GOLDSTONE, 2003, pg.02)

Os movimentos passam a ter importante participação na política institucionalizada. Criam-se Organizações Não Governamentais (ONGs) que, muitas vezes, atuam conjuntamente com o Estado, tanto em espaços de participação institucional, direcionando o olhar estatal para as demandas do movimento, quanto na implementação de políticas, executando projeto com financiamento público ou implementando políticas públicas por meio de projetos de cooperação entre as organizações e o Estado.

Ramos (2004) fala sobre a importância das Organizações de Movimento Social para a inserção de novos “problemas sociais” nas políticas públicas. A autora aponta que essas organizações passaram a ter papel decisivo na implantação e formulação de políticas públicas, pois elas possuíam tanto conhecimento técnico e especializado sobre os temas que se propunham a discutir, que eram capazes, assim, de propor não somente “problemas sociais” que deveriam entrar para a agenda, mas também possíveis respostas do Estado para esses problemas.

Gohn (2007) diz que com a criação das ONGs os movimentos sociais abandonam a forma somente reivindicativa e assumem uma vertente propositiva.

Não se tratava mais de se ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias etc. Eles [ONGs] ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns; e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos importantes, tais como os diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estaduais e federais. (GOHN, 2007, pg. 24)

Apesar das mudanças drásticas sobre as formas de ação dos movimentos sociais brasileiros a partir do final da década de 1980, a literatura brasileira sobre os movimentos sociais, entretanto, não acompanhou as mudanças ocorridas nos movimentos, deixando a ação de interação com o Estado fora das análises sociológicas. (CARDOSO, 1984)

Vistos através do paradigma da extrainstitucionalidade, os movimentos que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, modificaram as suas estratégias de ação, se propondo a uma interação com as esferas institucionais, foram tratados como cooptados, sendo a ação de participação institucional ou ação dentro do Estado tratada como desvio ou traição. (DOWBOR, 2012; CARDOSO, 1984)

Além disso, foram desconsideradas como militância todas as formas de relacionamento entre os movimentos e o Estado, pois toda a militância nas esferas

institucionais contestaria a visão de externalidade dos movimentos, rompendo com a ideia de uma ‘natureza’ extrainstitucional dos movimentos sociais. (SILVA, 2006).

A externalidade do movimento social se configurou como um pressuposto teórico nas teorias sobre a ação coletiva. Os movimentos sociais, pensados sob um paradigma normativo, foram definidos como entes extrainstitucionais, ou seja, organizações que se organizavam e agiam de maneira externa ao Estado e ao poder institucional. Produzindo uma normatividade conceitual, movimentos são organizações externas ao poder institucional que se contrapõem a esse. (SILVA, 2006).

Essa visão foi amplamente influenciada por duas vertentes teóricas dos movimentos sociais: a **Teoria dos Novos Movimentos Sociais** e a **Teoria do Confronto Político**, importantes teorias analíticas dos movimentos sociais contemporâneos.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais, que conta com autores como Melucci, Habermas e Touraine, foca a análise principalmente na dimensão da identidade coletiva. Ancorada na análise dos movimentos civis iniciados na década de 1960 tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América, a teoria dos Novos Movimentos Sociais visava ampliar as análises da ação coletiva. Os movimentos surgidos naquele momento diferenciavam-se do movimento social clássico, o de operários. Esses novos movimentos tinham como sua principal característica a reivindicação de uma ‘identidade’. Etnia (movimento pelos direitos civis), gênero (movimento feminista), estilo de vida (movimento pacifista), entre outros, tornaram-se aspectos importantíssimos de identificação social, aspectos que possuíam uma força mobilizadora que reunia massas e as faziam marchas juntas em protestos pelas cidades. (ALONSO, 2009)

Para a teoria dos Novos Movimentos Sociais as mobilizações não tinham um interesse em contrapor-se ao Estado, mas sim à própria sociedade, com o intuito de romper com padrões sociais que marginalizavam certos grupos, tais como mulheres, negros, homossexuais, entre outros. Esses movimentos seriam grupos de pressão social que buscavam reconhecimento social às suas identidades particulares.

Esses “novos movimentos sociais” não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. (ALONSO, 2009, 61).

O Estado ou o poder institucional não se apresenta como um aspecto relevante para essa teoria. O interlocutor do movimento seria a própria sociedade. Nessa teoria existiriam

três esferas diferentes - a sociedade civil, o mercado e o Estado - e cada uma teria um espaço de atuação. Essas esferas estariam distantes e não se sobreporiam, mas se influenciariam mutuamente por meio de persuasão. (ALONSO, 2009).

A outra corrente que obteve importante espaço nas análises dos movimentos sociais foi a do Confronto Político. Essa teoria, como o nome já sugere, baseia-se na análise do conflito. Esse conflito se daria entre duas esferas, uma com poder de decisão, e outra sem; entre os *insiders* e os *outsiders*. Para os autores dessa corrente (Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam) o foco da análise das mobilizações coletivas seria as oportunidades de ação que os destituídos de poder disponibilizariam para o conflito. O Estado é, portanto, o interlocutor do movimento, o detentor do poder de decisão. Os movimentos são os desafiantes, que utilizam das oportunidades políticas para emplacar as suas demandas.

Na teoria do Confronto Político o Estado assume importância singular na análise, sendo o seu principal interlocutor, abrindo e fechando oportunidades para o movimento social. Entretanto, como na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, o movimento e o Estado são vistos como esferas distintas e distantes. Na teoria do Confronto Político, essa distância assume outra configuração, a de oponente. O Estado é o oponente do movimento.

Retornaremos em breve às construções teóricas dos autores da Teoria do Confronto, mas por agora importa saber que tanto a Teoria dos Novos Movimentos Sociais quanto a Teoria do Confronto Político trabalham com o pressuposto da separação entre as esferas de atuação dos movimentos (extrainstitucional) e a esfera de atuação Estatal (institucional).

Em contraponto à visão reiterada dos movimentos sociais, Silva (2006) propõe uma análise a partir de uma ‘sociologia relacional’, analisando, a cada caso, como se dá empiricamente a relação entre a institucionalidade e os movimentos sociais.

Contraopondo-se também à vertente que assume a extrainstitucionalidade como um pressuposto dos movimentos sociais, Abers e Bullock (2011), em uma revisão de literatura sobre as relações entre movimentos sociais e o Estado no Brasil, notaram que existem pelo menos três tipos de interações que merecem destaque: a atuação de movimentos em arenas institucionais de participação política, como orçamento participativo e conselhos gestores; a incorporação de militantes em cargos governamentais e a formação de movimentos a partir da interlocução entre atores estatais e societários.

Para Abers e Bullock (2011) a melhor perspectiva de pesquisa para compreender a pluralidade de espaços e repertórios utilizados pelos movimentos brasileiros seria a de ‘rede’.

Esse conceito poderia ser útil à análise da ação coletiva brasileira porque não traçaria um espaço definitivo de ação, mas possibilitaria que atores em espaços diferentes atuassem conjuntamente a fim de alcançar os mesmos objetivos. Esses atores poderiam fazer parte tanto da sociedade civil quanto do Estado ou do mercado, sendo guiados, porém, com o mesmo objetivo, compartilhando da mesma identidade coletiva.

Partilhando das mesmas ideias de Abers e Bullock (2011), Silva (2014) e Moura e Silva (2008) mostram que a análise dos movimentos na perspectiva de rede possibilita ampliar a compreensão da atuação real dos movimentos sociais.

Argumenta-se que a análise da sociedade civil e dos processos de participação por meio da ARS [Análise de Redes Sociais] fornece ferramentas metodológicas para romper com a visão substancialista da sociedade civil, ao apreender o processo de constituição e atuação dos atores sociais a partir de seu pertencimento a um espaço relacional e dinâmico, no qual se inserem atores com distintas vinculações institucionais (sociedade civil, Estado, mercado). (MOURA; SILVA, 2008, pg. 44)

A perspectiva de rede permitiria romper com a ideia de que os movimentos seriam externos ao Estado. Nessa perspectiva os atores dos movimentos sociais poderiam ser tanto da sociedade civil quanto do Estado, diluindo, assim, as fronteiras entre as esferas societais e estatais.

Todavia, não são somente estudos sobre os movimentos sociais que sofrem com as definições teóricas prévias de como se deve agir, estas também estão presentes nas definições sobre o Estado. Banaszak (2005), em seu texto coloca que o Estado pode ser representado de diversas formas nos textos de políticas públicas e sobre movimentos sociais. O Estado é visto como uma instituição imutável que se mantém externo e separado da sociedade como um todo, ou é visto como uma instituição em constante interação com outras esferas públicas, como o mercado e a sociedade civil. O Estado poderia assumir-se como um oponente ao movimento social, ou como um facilitador do movimento, como repressor da ação coletiva ou como um simples implementador das políticas formulada pelo movimento. (BANASZAK, 2005).

Apesar de aberta a possibilidade de pensar o Estado como uma instituição que possui uma gama diferente de possíveis papéis, essas percepções ainda mantêm uma normatividade em relação ao movimento e o poder estatal. O movimento e o Estado são vistos como esferas diferentes, em relação, mas não em intersecção.

Entretanto, no campo de políticas públicas, há autores que também estão abandonando os pressupostos de separação entre movimento e Estado. Autores como Smith e Lipsky (1993), começam a examinar a relação entre sociedade civil e Estado através da contratação de organizações sem fins lucrativos para implementar ações estatais. Já Santoro e McGuire (1997) utilizam o conceito de *ativistas institucionais* para identificar os ativistas que entram no Estado e o utilizam para implementar ações do movimento social. Esses trabalhos ajudam a romper com a dicotômica oposição entre movimento social e estrutura estatal, mostrando que a linha que separa essas esferas podem ser tênues ou rígidas a depender do contexto político vivenciado pelos atores.

No campo de políticas públicas Marques parte do mesmo princípio dos analistas dos movimentos sociais. O autor propõe que a análise sobre o Estado observe a imbricação entre sociedade civil e o Estado. Marques (1999) utiliza dois conceitos, o de *rede* e o de *permeabilidade*, pra pensar as políticas públicas no Brasil.

Para Marques o conceito de permeabilidade possibilitaria compreender melhor as relações sociais que compõem a esfera estatal, sem simplificá-las como muitas vezes ocorre nas análises sobre clientelismo ou privatização do Estado.

Por permeabilidade entende-se que as esferas estatais e não estatais não se constituem de maneira auto referente, sem vínculo com atores, processos e elementos de outras esferas. Ao contrário, permeabilidade pressupõe que as 'fronteiras' entre estas esferas são, em maior ou menor grau, diluídas por vínculos entre atores com distintas inserções institucionais, gerando um processo recíproco e contínuo de influência e dependência (MULLER; SCHNEIDER; SILVA, 2007, p. 10)

O conceito de permeabilidade parte da ideia de que os indivíduos que adentram o espaço estatal não vêm sozinhos; ao contrário, trazem consigo uma teia de relações e vínculos que foram produzidos anteriormente. Esses vínculos são múltiplos, podendo ser de ordem familiar, de amizade, de militância, partidária, profissional, etc. Essa teia de relações é o que o autor vai chamar de *rede*.

Por sua vez, essa rede é o que permite o compartilhamento, não somente de atores, mas também de ideias, valores e visões de mundos entre as esferas societais e estatais. Estas acabariam por constituir-se também como parte da política. Segundo Marques (1999), a análise das redes sociais possibilitaria uma visão bem mais precisa da constituição do Estado.

Com base nessa metodologia [redes], podemos pela primeira vez analisar a interação entre Estado e sociedade sem recorrer a um padrão de relações *a priori*, dando espaço para que os dois campos se interpenetrem, o que nos possibilita interpretar de maneira mais precisa a realidade social. O uso do conceito de redes permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vistas a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado (MARQUES, 1999, p.47).

Para Marques (1999) o Estado seria permeado pelos movimentos sociais, análise que combina com a do teórico Goldstone (2003). Este afirma que não é possível compreender a atuação tanto dos poderes legislativo, judiciário e executivo sem levar em consideração a atuação dos movimentos sociais e a interação que se constitui entre essas múltiplas esferas. Os espaços de política institucionalizada tendem a agir ou influenciados pelos movimentos ou em resposta a eles.

Segundo Goldstone a ideia que existem grupos que atuam somente em protesto enquanto outros atuam somente na política é pouco realista e não condiz com o comportamento dos movimentos sociais.

Ao contrário da percepção de que os movimentos sociais constituem uma forma diferenciada de política, agindo de maneira separada da política institucionalizada, o autor afirma que os movimentos fazem parte da política formal, constituindo-se parte do sistema político quando atua por dentro dessas estruturas, fazendo parte dos partidos, do sistema judiciário, do sistema legislativo e do executivo. Segundo o autor, movimentos tornam-se parte da política e não externos a ela.

Há uma relação intrínseca entre movimentos e partidos. Primeiro é necessário compreender que os ativistas que participam de movimento estão também propensos a participar ativamente de outras formas de fazer política. Nesse sentido começa a intersecção entre movimentos e partidos, onde militantes participam de ambas as organizações, ampliando a sua gama de 'repertório de ação'. Entretanto, há outras configurações para a intersecção entre movimentos e partidos. O autor coloca que os movimentos, muitas vezes, apoiam determinados partidos, negociando com eles, apoiando-os nas eleições em troca do seu apoio posterior dentro da estrutura do Estado. Por outro lado, os movimentos também são apoiados pelos partidos, que contribuem significativamente para a manutenção dos movimentos, principalmente financeiramente, financiando e dando visibilidade a muitos dos seus atos de protesto.

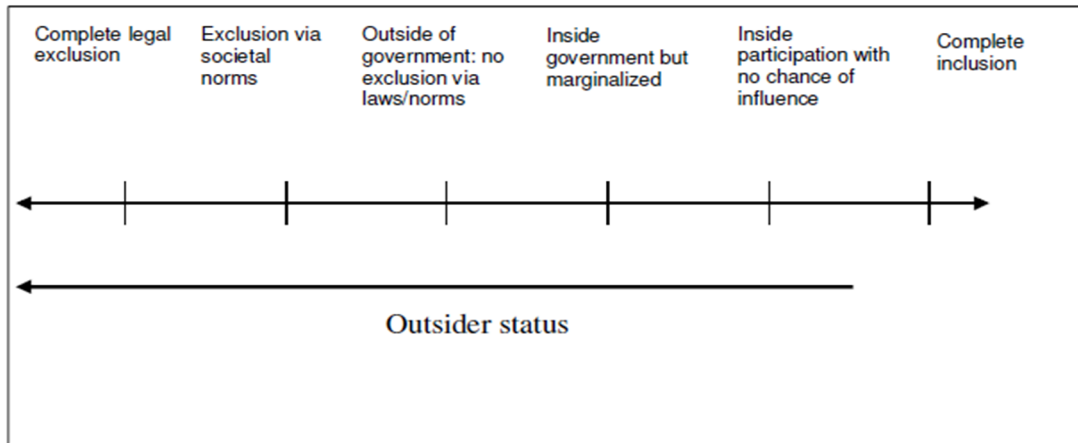
A relação de troca entre membros dos movimentos e dos partidos podem ir além. A interpenetração dos movimentos e dos partidos permite que os movimentos sejam utilizados pelos partidos para fazer oposição ao governo vigente, por exemplo, sendo utilizados para fazer protestos sincronizados com eleições, ampliando a crítica dos partidos que são oposição e desejam ser situação. Por outro lado, os movimentos podem servir de base para a formação de políticas específicas, sendo utilizados pelo governo como experts, direcionando a ação governamental.

Goldstone afirma que, embora grande parte da literatura sobre movimentos sociais se baseie no pressuposto da externalidade dos movimentos, pensando os movimentos como desafiadores da política institucionalizada, é necessário ao cientista social romper com esse paradigma, construindo, a partir da pesquisa empírica, novas compreensões sobre a configuração dos movimentos sociais.

Outra autora que questiona o pressuposto da externalidade dos movimentos sociais é Lee Ann Banaszak. Ao analisar a atuação do movimento feminista nos Estados Unidos, Banaszak (2005) observou que o movimento feminista atuava massivamente dentro do Estado. Nas suas análises a pesquisadora notou que muitas militantes atuavam dentro do governo, tanto na formulação quanto na implementação de políticas. A pesquisadora, contrapondo-se à ideia de que haveria uma divisória/fronteira entre *chanlleger* e *insider*, propôs que se analise a intersecção entre movimentos e o Estado ou a institucionalidade através de um contínuo, em que os movimentos podem estar mais perto ou mais afastados do poder institucionalizado.

O modelo proposto por Lee Banaszak (2005) é exposto abaixo:

Quadro I - – Modelo de Banaszak sobre a relação entre movimento social e Estado



Fonte: Banaszak (2005, p. 156).

Banaszak (2005), indo na mesma linha de Goldstone (2003), afirma que os movimentos sociais atuam em consonância com o Estado, muitas vezes se entrelaçando com ele. Essa configuração, além de possuir efeitos para o Estado, ampliando e conformando políticas públicas específicas, acarreta efeitos também dentro do movimento, modificando estratégias de ação, o desenvolvimento e os resultados do movimento social.

Leitão e Silva (2015), analisando os repertórios de ação do Movimento Negro no Brasil, também como Banaszask, observam que os movimentos possuem diferentes tipos de interação com o Estado. Segundo esses autores, a interação pode variar desde o confronto à institucionalidade.

Trabalhando com os pressupostos da Teoria do Confronto Político, a análise proposta pelos autores é baseada no grau de conflito entre movimento social e a esfera institucional. Contrariando, porém, o modelo de tais teóricos, os movimentos não seriam necessariamente externos ao Estado; o conflito passaria da esfera civil para a estatal. Os movimentos, assim, passariam a confrontar o Estado dentro da sua própria estrutura. O modelo proposto pelos autores apresenta quatro tipos de interação possíveis entre movimento e Estado.

Quadro II - Matriz de Leitão e Silva sobre os tipos de relação entre Estado e organizações sociais

	INSTITUCIONAL	NÃO INSTITUCIONAL
CONFLITIVO	Tensionamento Institucional	Confrontação
NÃO CONFLITIVO	Enquadramento Institucional	Colaboração

Fonte: Leitão e Silva (2015).

Os autores não negam a existência de movimentos que adquirem um caráter não conflitivo frente ao Estado quando entram para a institucionalidade, casos tratados na literatura como ‘cooptação’, reconhecendo que há casos de colaboração não conflitiva entre movimento e Estado. Entretanto, o modelo proposto amplia a possibilidades de análise dos movimentos ao, primeiramente, reconhecer esses tipos de relação não conflituosa como repertórios de ação. Os autores também incluem nos tipos de relações possíveis o confronto dentro da esfera institucional, o tensionamento institucional, no qual o conflito é levado pra dentro do Estado, contrariando, dessa forma, o pressuposto de externalidade dos movimentos sociais.

Os autores aqui abordados se propuseram, então, romper com o paradigma da análise dos movimentos sociais utilizado para pensar as formas de ação dos movimentos. Rompendo com o pressuposto da externalidade dos movimentos, propõem análises e modelos que diluem as fronteiras entre esfera civil e estatal.

É a partir dos achados desses autores, essas reflexões que rompem com o pressuposto da externalidade dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, ampliam a concepção de repertórios de ação, que baseamos a análise dessa dissertação.

Apresentamos a partir de agora o referencial teórico e a perspectiva analítica que guiará a análise aqui proposta.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação

Como já colocado anteriormente, a Teoria do Confronto Político baseia-se na lógica do conflito. Os teóricos dessa teoria definem a ação dos movimentos sociais como ação contenciosa. Tal ação se daria entre os detentores do poder institucional e os desafiantes: os *insiders* e os *outsiders*.

O modelo proposto pelos teóricos da Teoria do Confronto já parte de dois pressupostos: os movimentos seriam externos ao poder institucional, estando os movimentos à margem do Estado; e a ação dos movimentos (os repertórios de ação) seriam extrainstitucionais.

A partir dos seus achados empíricos, os teóricos da Teoria do Confronto (Tilly, Tarrow, McAdam) formularam um modelo de análise para a ação coletiva baseados em quatro conceitos: o de oportunidades políticas, estrutura de mobilização, repertórios de ação e os enquadramentos interpretativos (esse último abordaremos mais adiante subcapítulo 2.3). McAdam (1999) enfatiza que as ações coletivas precisam desses fatores para se desenvolver.

Focando a sua análise dos movimentos sociais, assim como a Teoria da Mobilização Política (TMP), nos meios que os movimentos dispõem para a mobilização, mas contrastando com os teóricos da TMP, os pesquisadores que desenvolvem a Teoria do Confronto dão mais ênfase no contexto político que os ativistas estão inseridos do que nas suas condições financeiras e organizacionais. Com o objetivo de compreender o contexto político, os teóricos propõem o conceito de **Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP)**.

As Estruturas de Oportunidade Políticas (EOP) são as condições político-institucionais disponibilizadas ao movimento, que podem facilitar ou dificultar a mobilização. Segundo os teóricos, as mudanças no cenário político, a inclusão de novos atores políticos ou societais, o apoio de um partido ou a alianças com atores com mais poder de decisão ou prestígio são oportunidades políticas que se abrem ao movimento e possibilitam novos caminhos para a ação coletiva.

O confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas. O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para a submissão e encontra oportunidades para usá-lo. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político. (TARROW, 2009, pg. 99)

A EOP traz para o centro da análise da ação coletiva o contexto político em que os atores estão atuando, possibilitando a explicação do por que em alguns momentos históricos temos o surgimento de ações coletivas e em outros temos um aparente desaparecimento das reivindicações, ou de um determinado tipo de reivindicações. A EOP ajuda a entender também as diferenças de repertórios de ação dos movimentos que fazem uso de determinado repertório dado o contexto político em que ele está inserido.

Tarrow afirma que há pelos menos cinco dimensões que influenciam as Oportunidades Políticas dos movimentos sociais. São eles: (1) abertura institucional; (2) divisão entre as elites; (3) disponibilidade de aliados fortes e influentes; (4) declínio da capacidade de repressão do Estado; e (5) existência de atores organizados e prontos para a ação (TARROW, 2009).

O modelo de Tarrow nos permite pensar como, por exemplo, a abertura ou o fechamento de determinados espaços institucionais podem influenciar os movimentos sociais, facilitando ou dificultando a ação da sociedade civil. Permite problematizar como as mudanças nas estruturas de poder, novas coalizões político-partidárias, por exemplo, podem alterar drasticamente as chances efetivas de conquistas dos movimentos sociais.

Apesar do modelo de EOP possibilitar a análise do contexto político em que se insere a ação coletiva, ele apresenta fragilidades quando utilizado para análise da ação coletiva brasileira. O problema dessa abordagem se encontra na percepção teórica dos autores da Teoria do Confronto, que caracteriza a ação dos movimentos sociais sempre como externa ao Estado, compreendendo, como já foi colocado, os movimentos sociais como *'outsider'*, distantes da política institucionalizada e do poder do Estado.

Os movimentos sociais brasileiros, porém, apresentam uma configuração distinta. Cada vez mais as análises sobre a ação coletiva brasileira trazem à tona o que podemos chamar de *'interpenetração'* entre sociedade civil e Estado – Silva (2010, 2014) Silva e Oliveira (2011), Gutierrez (2015), Lavallo (2015), Abers, Serafim, Tatagiba (2014); Abers, Bulow (2011), Leitão (2012) entre outros.

Oliveira (2011), analisando a implementação de políticas para a economia solidária no Rio Grande do Sul, observou que a inserção de militantes na estrutura estatal modificou as oportunidades políticas do movimento. Segundo o autor

[...] é preciso ressaltar que no caso brasileiro os mesmos indivíduos e grupos alcançam o governo e possibilitam a abertura das oportunidades, são os mesmos que transitam entre os partidos políticos, os movimentos sociais, ONGs e diversas outras organizações da sociedade civil (OLIVEIRA, 2011, p.52).

É possível perceber que os militantes utilizam-se do aparato estatal, adentrando no Estado e abrindo, eles mesmos, as oportunidades políticas para o movimento social.

Nesse processo, a intersecção entre movimento e partidos políticos assume primordial importância. Os partidos progressistas tornaram-se fortes aliados dos movimentos (OLIVEIRA, 2011), sendo procurados pelos militantes com o objetivo de inserir neles o seu plano de ação.

Como já colocado por Tarrow, a ascensão de coligações político-partidárias ou a criação de novos aliados no poder criam novas oportunidades políticas para o movimento. A ascensão de uma dada coligação partidária no governo abriria portas ao movimento, dando a ele a oportunidade de inserir, através do partido, as suas pautas dentro da estrutura estatal.

Nessa teoria, as oportunidades políticas ampliariam ou diminuiriam as chances do movimento, influenciando os tipos de repertórios de ação utilizados pelos movimentos em cada momento político. Trabalhos como os de Leitão (2012), Rios (2008), Gutierrez (2015), Brandão (2011), Lerbach (2015), Gusso (2012), Oliveira (2011) entre outros utilizam o conceito de oportunidades políticas para pensar a relação entre os movimentos sociais brasileiros com o Estado. Nesses trabalhos, a redemocratização, a construção de um modelo de gestão participativo e a ascensão do Partido dos Trabalhadores aos governos municipais, estaduais e o governo federal criam algumas oportunidades políticas que se colocaram aos movimentos sociais, modificando as suas chances de sucesso, alterando as oportunidades de acesso ao Estado.

Essas pesquisas também mostram que, no caso brasileiro, é importante pensar que, além de aliados no poder, os partidos políticos possibilitaram aos movimentos a sua inserção no Estado, modificando, assim, não somente as chances dos movimentos serem ouvidos, mas ampliando os seus repertórios de ação. Desse modo, causam a interpenetração entre sociedade civil e Estado, tornando necessário refletir também sobre o conceito de *repertórios de ação militante*.

Repertórios de Ação

Outro conceito estrutural do modelo de análise da Teoria do Confronto é o de repertório de ação. Como o conceito de Oportunidades Políticas, o conceito de repertório também é baseado na ideia de extrainstitucionalidade. Os repertórios são definidos por Charles Tilly como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e

postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (ALONSO, 2009 *apud* TILLY, 1995, p. 26).

O conceito de repertório de ação é comumente utilizado tanto em pesquisas internacionais como em pesquisas brasileiras para analisar as estratégias de ação dos movimentos sociais.

No modelo proposto por esses autores, os repertórios de ação já eram vistos por uma perspectiva relacional. Charles Tilly (1995) vai colocar que a análise dos repertórios deve levar em consideração o contexto em que o movimento está inserido, que o determinado repertório foi acionado.

Tilly vai apontar como questão central para a análise dos repertórios de ação as oportunidades políticas, pois diferentes regimes políticos oportunizam ou requerem diferentes repertórios de ação dos movimentos sociais. (ALONSO, 2009)

Apesar de compreender que diferentes contextos possibilitam, e até exigem, diferentes repertórios de ação, os autores do Confronto sempre entenderam os repertórios de ação como externos à política institucionalizada, pois, como já mostramos acima, pressupõem que os movimentos são ‘outsider’ ou ‘desafiadores’ e estão em confronto com os ‘detentores do poder’ (política institucionalizada).

A constatada ineficácia, para o contexto brasileiro, de abordagens que delimitam os espaços dos movimentos sociais como ‘outsider’ à política institucionalizada fez com que autores como Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) propusessem adaptações ao conceito de repertórios de contestação de Tilly para pensar a especificidade do caso brasileiro.

[...] o caso brasileiro desafia esta concepção pela contínua atuação dos movimentos no interior do Estado e a partir da forte interação com agentes públicos, sobretudo em cenários nos quais se identifica compartilhamento de projetos políticos (DAGNINO, 2002) [...] Isto faz com que seja necessário não apenas “teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado”, mas também “como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, pg. 07).

Conceitos como o de ‘repertório de interação’ de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), o de ‘infiltração’ de Falleti (2010) ou a tipologia criada por Leitão e Silva (2015), já apresentada, nos possibilitam analisar a intersecção entre a sociedade civil e o Estado sem

precisar recorrer a sentidos pouco sociológicos como o de ‘cooptação’. Permitem-nos pensar quais são as estratégias dos movimentos sociais e como, de fato, eles agem.

É a partir dos achados desses autores, e também a partir do apresentado pelos ativistas nas entrevistas, que baseamos a análise dos repertórios de ação nessa pesquisa, ampliando os repertórios para além do trabalhado pelos teóricos do Confronto. Assim, trabalharemos com três tipos de repertórios: o *confronto*, a *cooperação* e a *infiltração*. Conceituaremos os repertórios a seguir.

Repertórios de confronto

Na teoria do Confronto a definição do movimento está ligada aos repertórios de ação, repertórios de confronto. O repertório de ação foi definido pelos teóricos como:

[...] interação episódica, pública, coletiva entre criadores de reivindicações e seus objetos quando (a) pelo menos um governo é um reivindicador, um objeto de reivindicações, ou uma parte nas reivindicações e (b) as reivindicações, se realizadas, afetem os interesses de pelo menos um dos requerentes. (MCADAM; TARRW; TILLY, 2001, pg. 5).⁴

Definido como ‘o repertório’ dos movimentos sociais, o confronto político foi legitimado como a forma de ação política da sociedade civil. Baseado no princípio de externalidade dos movimentos sociais, o repertório de confronto foi muitas vezes colocado como o repertório único da ação social.

Os repertórios de confronto se baseiam principalmente na ação externa dos movimentos à esfera institucional: passeatas, petições, abaixo assinados, reuniões com representantes governamentais, etc. Leitão e Silva (2015) definem esse tipo de relação com o Estado como confrontação.

Confrontação: esse seria o tipo mais familiar à literatura tradicional acerca dos movimentos sociais, constituindo-se como a forma de relação padrão (e, dentro de um viés mais normativo, desejável) nesta literatura. A relação entre o Estado e os movimentos é conflitiva e não institucionalizada. Nesse modelo, não há espaços e canais formais de interlocução. O conflito violento, a ação direta, mobilizações de

⁴ Texto traduzido pela autora, citação original é exposta a seguir

[...] episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants. (MCADAM, TARRW; TILLY, 2001, pg. 5)

rua etc. são os principais repertórios de ação das OMSs em um contexto deste tipo. (LEITÃO; SILVA, 2015, p. 06)

Repertório de cooperação

A cooperação foi o tipo de repertório mais aparente nas falas dos ativistas. Chamamos cooperação o tipo de repertório que se constitui através de um relacionamento entre o movimento e o Estado. Entretanto, nesse caso, o movimento, ou os militantes, se mantém externos à esfera estatal. Esse tipo de repertório envolve principalmente a ação dos militantes em partidos políticos, nas suas comissões raciais, desenvolvendo a partir desses espaços as políticas que serão implementadas no governo.

Leitão e Silva (2015) denominaram essa relação como *colaboração*. A definição dos autores segue abaixo:

Colaboração: neste tipo de relação o conflito é baixo e, apesar de não haver espaços institucionais formalizados de relação entre Estado e organizações sociais, existe uma colaboração entre ambos. Este tipo de relação caracteriza, por exemplo, o padrão histórico de relação das entidades assistenciais com o Estado no Brasil. (LEITÃO; SILVA, 2015, p. 06)

Diferente dos autores que entendem o repertório de colaboração como uma interação de baixo conflito com o Estado, no caso estudado a cooperação entre movimento e a esfera política institucional não aparece como ausente de conflito; ao contrário, o conflito, na fala dos ativistas, é inerente à toda interação com o Estado ou partidos.

A cooperação aparece na fala dos atores como uma colaboração com o Estado, intermediada pelos partidos, onde o movimento atua como movimento social. Diferencia-se do repertório de infiltração, em que o movimento atua dentro das estruturas do Estado, podendo atuar enquanto movimento ou enquanto técnicos da área racial.

A cooperação aparece na fala dos ativistas como um dos repertórios mais eficazes, pois possibilitaria o movimento influenciar o governo sem que ele atue dentro da esfera estatal, podendo, mais livremente, complementar o repertório de cooperação com ações de confronto.

Voltando aos já citados escritos de Goldstone (2003), nota-se que o autor identifica uma variedade de relações possíveis entre movimentos sociais e partidos políticos que englobam a entrada de ativistas dos movimentos dentro de partido; a articulação dos

movimentos e dos partidos a fim de alcançar um objetivo comum (como, por exemplo, fazer oposição a um governo que ambos entendem como ruim para as suas causas); e a troca de favores entre os movimentos e os partidos, entre outros. A relação entre movimentos e partidos, nos escritos de Goldstone, se complexifica. Nem total separação, nem unificação.

Já a intersecção entre movimentos sociais e partidos políticos, na tipologia de Hanagan (1998), pode ser de dois tipos: a articulação e a permeação. No primeiro caso, se observaria um compartilhamento de objetivos programáticos entre organizações de movimentos sociais e partidos políticos, sendo suas ações vistas como convergentes e complementares. Já no segundo caso, essas organizações atuariam no interior de partidos, buscando atraí-los para suas causas.

No caso observado, o que definimos como repertório de cooperação vai ao encontro do que Hanagan chama de permeação, a ação dos militantes dentro do partido a fim de inserir no seu plano de ação as pautas do movimento.

Repertório de infiltração

Como o nome já coloca, o repertório de infiltração se constitui através da entrada dos militantes do movimento dentro do Estado. Os ativistas, inserindo-se dentro da estrutura estatal, atuam em defesa das demandas do movimento. Esse tipo de repertório inclui a atuação dos militantes como técnicos de questões raciais que assumem, dentro do Estado, posições de gestão, militantes que atuam como CCs (Cargo Comissionado) de algum partido também em secretarias ou comissões raciais, militantes eleitos para cargos públicos, etc. Esse repertório de infiltração inclui toda ação dos militantes em que eles adentram no Estado e de lá promovem ações de luta racial.

Esse repertório já apresenta algumas definições teóricas. Banaszak (2005) referindo-se ao repertório de infiltração, mas o nomeando de intersecção entre movimento e Estado, o define como a ação de ativistas auto identificados com o movimento, que também assumem posições dentro da arena estatal. Esses ativistas utilizariam a seu poder de influência para a formação e implementação de políticas, trazendo o Estado mais para perto do movimento social.

Leitão e Silva (2015), quanto à ação dentro do Estado, denominam duas possibilidades de interação: uma em que não há conflitos com o Estado, denominada de enquadramento institucional, onde o movimento atuaria dentro da estrutura estatal colaborando com esse de

maneira pacífica; outra seria a atuação conflituosa do movimento dentro da esfera estatal, na qual o conflito somente passaria da esfera civil e se direcionaria para a estatal.

Enquadramento Institucional: neste tipo de relação o conflito é praticamente inexistente e as organizações sociais colaboram com o Estado através de espaços formais de participação, adaptando-se às oportunidades e aos limites institucionalmente estabelecidos. Uma parcela das organizações sociais incorporadas institucionalmente na implementação de políticas públicas no Brasil tende a se enquadrar neste tipo de relação.

Tensionamento Institucional: neste tipo de relação há espaços formais de participação nas estruturas do Estado, porém a ação conflitiva dos ativistas e das OMSs segue existindo por dentro dos espaços institucionais e, em geral, se articula com a manutenção de repertórios de ação extrainstitucionais. (LEITÃO; SILVA, 2015, p. 06)

Em uma revisão bibliográfica sobre a atuação de ativistas do movimento dentro do Estado, Pettinicchio (2012) denomina esses militantes como ativistas institucionais.

O conceito de ativista ou ativismo institucional (Banaszak 2005; Pierson 1994; Santoro and McGuire 1997; Tilly 1978) não é rígido. Basicamente, os ativistas institucionais são indivíduos que causam mudanças (de mudanças em normas organizacionais a reformas de políticas) a partir de dentro de organizações e instituições (PETTINICCHIO, 2012, pg. 501)⁵.

Segundo Pettinicchio (2012) alguns trabalhos já foram produzidos sobre o tema da militância dentro do governo. O autor vai dizer que apesar do conceito ainda, por ser novo, não apresenta um significado muito fechado, algumas características são inerentes a todas as pesquisas: o fato desses ativistas atuarem dentro do Estado em prol das causas do movimento; eles têm acesso e influência sobre os processos institucionais (como formulação e implementação de políticas públicas) e eles podem promover a luta social mesmo quando a militância do lado de fora do Estado já não consegue.

Estudos difusos forneceram uma estrutura para compreender a interação dinâmica entre insiders e outsiders. Seu trabalho mostra a flexibilidade do conceito. Alguns estudiosos se focam nas maneiras pelas quais as oportunidades de mobilização são iniciadas por ativistas institucionais (por exemplo, Costain 1992, Katzmann, 1986, Scotch, 2001), alguns em como insiders assumem a causa de um movimento (por exemplo, Santoro e McGuire, 1997) e outros em como outsiders se tornam insiders

⁵ Citação original: The concept of institutional activist or activism (Banaszak 2005; Pierson 1994; Santoro and McGuire 1997; Tilly 1978) is not a rigid one. Basically, institutional activists are individuals who affect change (from changing organizational norms to policy reform) from within organizations and institutions. (PETTINICCHIO, 2012, pg. 501)

ainda permanecendo ativistas do movimento (por exemplo, Banaszak 2005, 2010). A partir desses trabalhos, podemos tirar algumas conclusões gerais sobre o papel dos ativistas institucionais. Primeiramente, eles não são apenas reacionários, mas sim, proativamente trabalham em questões que se justapõem aos movimentos sociais. Em segundo lugar, os ativistas institucionais têm acesso (ou obtêm acesso) a recursos institucionais e têm alguma influência sobre o processo de formulação/implementação de políticas. Terceiro, eles não só acreditam na causa, mas promoverão essa causa mesmo depois que a mobilização diminuir (especialmente se outsiders são trazidos para o estado). E, finalmente, ativistas institucionais podem perseguir políticas favoráveis ou expandir políticas existentes sem qualquer impulso de fora. (PETTINICCHIO, 2012, pg. 502).⁶

Pettinichio (2012) fala que muitos estudiosos já têm ultrapassado a percepção de que institucionalização é igual à desmobilização. Indo na direção oposta, ou percebendo que a atuação dentro da máquina do Estado pode impulsionar a ação extrainstitucional ou que esse tipo de mobilização complementa a ação de confronto, rompe tanto com a ideia de que *insider tactics* é igual cooptação quanto com a ideia de que repertórios institucionais geram o abandono dos repertórios extrainstitucionais.

Na mesma direção, Leitão (2012) mostra que a ida dos ativistas para dentro da esfera institucional não diminui o confronto entre o movimento e o Estado, somente muda o confronto de lugar; o conflito que antes se dava nas ruas agora passa para os gabinetes.

Trata-se de demonstrar que a institucionalização é um tipo de relação entre movimento e Estado que envolve conflitos de outra natureza, distintos dos conflitos tradicionais vivenciados por movimentos ou organizações da sociedade civil que operam a partir da externalidade do Estado. O conflito a partir da institucionalização se dá por dentro das estruturas estatais, principalmente a partir da disputa por espaços institucionais e da influência sobre os rumos das ações e das políticas do Estado. (LEITÃO, 2012, p. 130)

⁶ Citação original: Scattered studies have provided a framework for understanding the dynamic interplay between insiders and outsiders. Their work showcases the flexibility of the concept. Some scholars focus on the ways in which opportunities for mobilization are initiated by institutional activists (e.g., Costain 1992; Katzmann 1986; Scotch 2001), some on how insiders take on a movement cause (e.g., Santoro and McGuire 1997), and others on how outsiders become insiders while remaining movement activists (e.g., Banaszak 2005, 2010). Drawing from these works, we can make some general conclusions about the role of institutional activists. First, they are not just reactionary, but rather, they proactively work on issues that overlap with social movements. Second, institutional activists have access (or gain access) to institutional resources and have some influence over the policymaking /implementation process. Third, they not only believe in the cause, but will promote that cause even after mobilization declines (especially if outsiders are brought into the state). And finally, institutional activists may pursue favorable policy or expand existing policy without any push from outsiders. (PETTINICCHIO, 2012, pg. 502)

Para compreender a atuação dos militantes em diferentes esferas de atuação conjuntamente com o movimento social optamos por complementar os conceitos da Teoria do Confronto com o conceito de múltiplas militâncias. Apresentaremos esse conceito a seguir.

2.2.2 Múltiplas Militâncias

O conceito de *múltiplas militâncias* de Ann Mische constitui-se um dos conceitos norteadores da pesquisa, pois possibilita uma problematização sobre as múltiplas inserções dos ativistas e permite-nos pensar como essas múltiplas atuações influenciam a forma como eles interpretam os fenômenos sociais e como eles agem em relação a eles.

Estudando jovens militantes brasileiros da década de 1990, Ann Mische (1997) problematiza os padrões de engajamento e militância. Mische vai dizer que as formas de política institucional e não institucional, muitas vezes se inter cruzam, pois são os mesmos atores que circulam entre ambos os espaços.

A autora coloca que o padrão de militância brasileira está centrado na multiplicidade de atuação dos militantes que atuam, ao mesmo tempo ou ao longo da sua trajetória, em diferentes espaços políticos e sociais.

Gutierrez (2015), que estuda a inserção da política de assistência social no governo federal, utiliza o conceito de militância múltipla juntamente com o conceito de compartilhamento de projetos políticos (DAGNINO, 2012), problematizando a entrada do tema da assistência social no Estado e posteriormente a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo a autora, para compreender a criação do SUAS é necessário compreender a inter-relação entre três esferas: o movimento, o partido e o Estado. Na sua análise, a entrada do Partido dos Trabalhadores no governo federal foi central para a criação do órgão de assistência social. Entretanto, foi a atuação dos militantes dentro do movimento e do partido o que permitiu que o projeto, criado dentro do movimento, pudesse ser levado para ser implementado dentro do Estado. A relação entre o movimento, o partido e o Estado assumem, assim, singular importância para a formulação da política, bem como para a posterior implementação da mesma.

Oliveira (2011), estudando o movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul, mostra que é necessário compreender as relações de múltiplas filiações societárias e partidárias que possibilitaram a entrada do tema da economia solidária na agenda governamental. No seu estudo, novamente o Partido dos Trabalhadores (PT) adquire importância singular para o avanço do movimento.

Nos dois estudos citados a metodologia de análise de trajetória foi utilizada, sendo feita também, no último trabalho, uma análise de rede. Com isso os autores se propuseram observar as formas de militância e as relações sociais que tornaram possível a entrada dos temas na arena institucional.

O conceito de militância múltipla possibilita, nos dois casos, observar a circulação dos militantes em diferentes esferas, observando como esse processo ajudou a abrir portas para o movimento, abrindo, assim, novas oportunidades políticas para os militantes.

Segundo Mische (1997) a múltipla militância dos ativistas que ora estão nos movimentos, ora nos partidos, ora no Estado, nubla as fronteiras entre esses espaços, tornando difícil a sua completa separação.

Tratando especificamente dos padrões de engajamento e militância no caso brasileiro, Ann Mische apresenta a ideia de laços para explicar a multiplicidade de redes possíveis nas quais os indivíduos podem se inserir e desta maneira, explicar trajetórias militantes marcadas pela variedade de posições ocupadas ao longo do tempo, em diversos espaços de sociabilidade. O conceito de militância múltipla é definido pela autora como um padrão que caracteriza os militantes brasileiros, os quais combinam diferentes inserções institucionais (grupos religiosos, entidades sociais, movimentos, partidos, governos, fóruns institucionais, etc.) nublando e, no limite, diluindo as fronteiras entre as mesmas. (OLIVEIRA, 2011, p.27)

A partir do conceito de múltipla militância, Mische (1997) fala que, para compreender as ações dos ativistas, é necessária uma visão relacional. Ela vai propor uma análise de redes interpessoais para entender como os indivíduos constroem suas estratégias de atuação, colocando no centro da análise sobre militância onde esse ativista está inserido e com quem ele se relaciona.

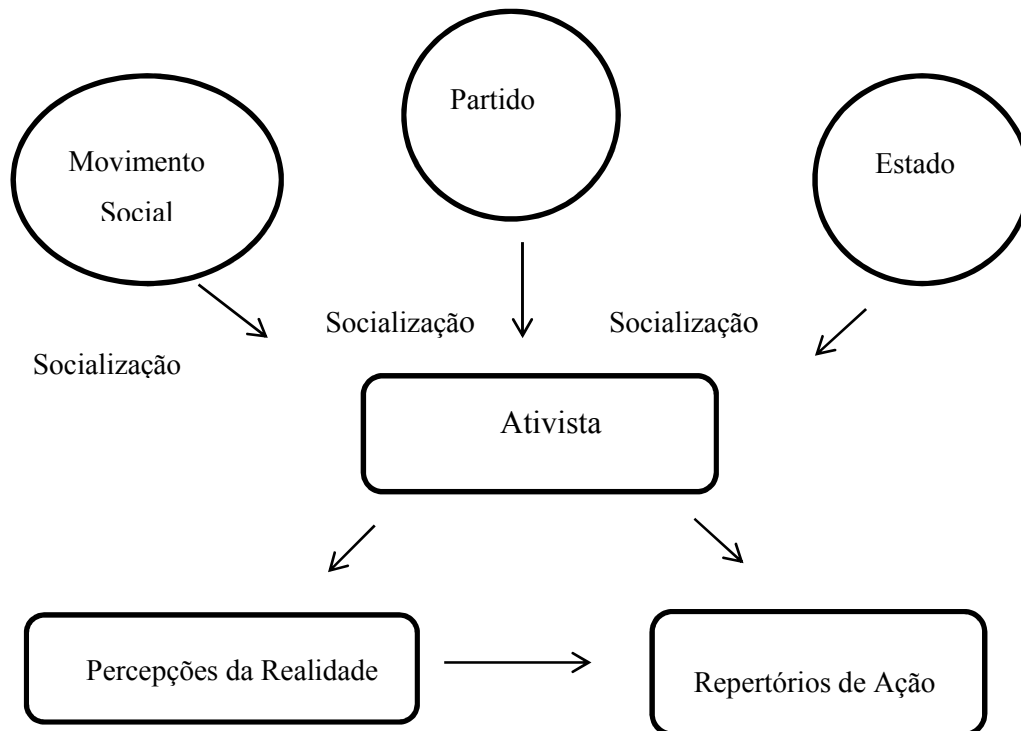
Para Mische (1997), a atuação militante em múltiplas esferas afetaria não somente as oportunidades de ação, alterando as estratégias e as chances dos movimentos, mas também

alteraria a forma como os ativistas compreendem a realidade à sua volta, e também a sua militância, produzindo um compartilhamento de ideias entre essas esferas.

Essa proposta traz para a análise um aspecto essencial para a pesquisa: a subjetividade do militante, que altera a sua maneira de perceber e de agir no mundo dada a interação com espaços específicos.

Originalmente, no projeto de pesquisa, criamos um modelo analítico a partir dos conceitos aqui colocados, o de oportunidades e o de repertórios, sendo o fio condutor da análise a militância múltipla. O modelo segue abaixo.

Figura I - Representação gráfica do modelo analítico do projeto de pesquisa



Pensávamos que a múltipla militância dos ativistas oportunizava aos militantes que eles atuassem em diferentes espaços. Esses espaços, por sua vez, teriam suas próprias percepções sobre o mundo social, sobre os problemas sociais e sobre as soluções mais apropriadas para esses problemas. Cada esfera oportunizaria diferentes enquadramentos sobre a realidade social. E em um processo de socialização secundária essas diferentes percepções e enquadramentos circulariam por essas esferas, modificando as percepções dos ativistas e, portanto os seus repertórios de ação.

Os dados, porém, nos levaram em outra direção de análise. Essa nova direção, a perspectiva analítica, apresentamos a seguir.

2.3 A PERSPECTIVA DE ANÁLISE

2.3.1 Uma sociologia Compreensiva

A sociologia compreensiva é uma abordagem que se propõe entender e interpretar uma ação social, para explicá-la em seus sentidos e definir os seus significados a partir dos motivos que o sujeito aplica na ação. (STUKER, 2015, pg.71)

Formulamos o projeto de pesquisa a partir de uma perspectiva de análise no qual as estruturas assumiam primordial importância. Construímos o nosso problema de pesquisa e hipótese sob o pressuposto de que a ação dos indivíduos era explicada pela abertura ou fechamento das oportunidades que os ativistas dispunham. Entretanto, durante a coleta e sistematização de dados, outra vertente de análise foi se mostrando mais adequada para compreensão dos achados do campo.

No projeto de pesquisa partimos da ideia de que, ao se abrirem as oportunidades de ação aos ativistas por dentro das vias institucionais, os ativistas passariam a atuar por dentro dessas esferas, reorientando as suas visões sobre a realidade social e abandonando os repertórios de confronto. Entretanto, vimos que, mesmo aberta as oportunidades institucionais, alguns ativistas optavam pela ação extrainstitucional enquanto outros optavam pela ação dentro dessas esferas de política institucionalizada (partidos e Estado).

Esses dados nos levaram a optar por uma vertente analítica que focasse nos indivíduos, mais especificamente nas suas escolhas. Notamos que o mais interessante era compreender a perspectiva do ator, a visão dele e os *sentidos* que o mesmo atribui a essas escolhas. A sociologia compreensiva weberiana foi o aporte teórico escolhido, pois permite analisar os sentidos dados pelos atores às suas ações.

Contraoendo-se à sociologia positivista de Auguste Comte, para a sociologia compreensiva mais importante do que quantificar os fenômenos sociais é a compreensão dos fenômenos pelo sociólogo.

[...] num embate frontal com o Positivismo, a Sociologia Compreensiva propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais. Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada (MINAYO, 2001, p. 23).

[...] a Sociologia Compreensiva vê na subjetividade as possibilidades científicas de interpretação objetiva da vida social e, distante das ciências clássicas, aposta em um método qualitativo e compreensivo das ações sociais. (STUKER, 2015, p.72)

Max Weber acreditava que o papel da sociologia era compreender a ação social. Na sua teoria a ação social somente poderia ser entendida através da compreensão das razões individuais dos atores que as praticam, captando as razões subjetivas para então compreender a ação objetiva.

Sociologia [...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente o agir social e, deste modo, esclarecer sua causa a partir de seus efeitos e considerando-o em seu curso. “Agir” corresponde a um comportamento humano (seja um fazer externo ou interno, omissão ou tolerância), sempre e apenas quando o agente relaciona a ele um sentido subjetivo. “Agir social”, por seu turno, configura um agir que, tendo em vista o sentido visado pelo agente ou pelos agentes, faz referência ao comportamento alheio, a cujo curso encontra-se orientado (WEBER, 2001, p.3)

Segundo Weber, para que se faça, de fato, uma sociologia compreensiva é necessário não somente que se compreenda a ação dos indivíduos, mas se faz necessário que haja uma compreensão dos “motivos” por trás da ação. O autor chama esse tipo de compreensão de “conexão de sentido”. É somente através da compreensão das conexões de sentido que, segundo Weber, o sociólogo é capaz de explicar a ação social.

Podemos entender por compreensão: 1. A compreensão atual do sentido pensando numa ação (inclusive de uma manifestação). Compreendemos, por exemplo, de maneira atual, o sentido da proposição $2 \times 2 = 4$, pois ouvimos e lemos (compreensão racional atual de pensamentos); ou um ataque de raiva que se manifesta em mudanças na face, interjeições e movimentos irracionais (compreensão atual racional de afetos); ou o comportamento de um lenhador ou alguém que coloca a mão na maçaneta para fechar a porta, ou o comportamento daquele que com a espingarda atira num animal (compreensão racional atual de ações). Mas compreender também pode significar. 2. Compreensão explicativa. Compreendermos por seus motivos que sentido teve em mente aquele que formulou ou escreveu a proposição $2 \times 2 = 4$, que ele fez isso exatamente agora e neste contexto, se vemos como que ele está ocupado com um cálculo comercial, uma demonstração científica, um cálculo técnico ou outra ação a cujo contexto pertence aquela proposição pelo sentido “compreensível” que pertence a esta proposição. Em outra palavra: esta proposição ganha (*gewinnt*) uma “conexão de sentido” compreensível para nós (compreensão de motivos racionais). Compreendemos o lenhador ou aquele que aponta uma arma, não somente de uma maneira atual, mas também a partir dos seus motivos, quando sabemos que o primeiro (o lenhador) executa aquela ação para ganhar um salário, ou para cobrir as suas necessidades, ou por divertimento (racional), ou porque reagiu “de tal maneira em função de uma excitação” (irracional), ou quando aquele que dispara a arma o faz por obedecer ordem de executar alguém, ou por defender-se de um inimigo (racional), ou por vingança (afetivo e, neste sentido, irracional). Finalmente, compreendemos um ato de raiva por seus motivos quando sabemos que por trás desse ato há ciúmes ou inveja, vaidade ou honra ferida (afetivamente condicionado, isto é, compreensão de motivos irracionais). Todas estas compreensões representam conexões de sentido compreensíveis, cuja compreensão entendemos como sendo uma explicação do desenvolvimento real da ação. “Explicar”, portanto, significa, desta forma, para a

ciência que se ocupa com o sentido da ação, algo que pode ser formulado do seguinte modo: apreensão da conexão de sentido em que está incluída uma ação que já é compreendida de maneira atual, no que se refere ao seu sentido “subjetivamente imaginado” (WEBER, 2001, p.404)

Partindo dos escritos de Weber para compreender os repertórios de ação dos ativistas, além de capturar a escolha de cada agente, relacionando com as oportunidades de acesso e o contexto vivenciado pelo ator, é necessário compreender os motivos que os próprios atores elencam para a escolha desses repertórios, focando a análise no ator e nos significados que essas ações possuem para eles.

O princípio da teoria weberiana da ação social é que o sentido da ação está no ator, e não nas estruturas sociais que, muitas vezes, são ocultas aos agentes.

Para Weber as ações dos indivíduos poderiam ser de quatro tipos ideais: racional em relação a fins; racional com relação a valores; afetiva; tradicional. As ações seriam diferenciadas através do sentido que os atores teriam ao executá-las.

As ações tradicionais e afetivas são ações que estariam na fronteira entre o racional e o irracional, sendo, na sua maioria, ações não reflexivas. Essas ações teriam o seu sentido ou em hábitos (ação de tipo tradicional) ou em emoções (ação do tipo afetiva).

A ação estritamente tradicional – da mesma forma que a imitação puramente reativa – está inteiramente na fronteira, e frequentemente mais além do que se pode propriamente chamar de uma ação “com sentido”. Isso acontece por que frequentemente não passa de uma reação opaca a estímulos habituais, dirigida conforme uma atitude já arraigada. A massa de todas as ações cotidianas e habituais se aproxima deste tipo, que por vez se inclui na sistemática não somente enquanto caso- limite, mas também porque a vinculação ao hábito pode se manter consciente em diferentes graus e diferentes sentidos. (Weber, 2001, p. 417)

O comportamento estritamente afetivo está igualmente não apenas na fronteira, como, muitas vezes, mais além daquilo que é conscientemente orientado “com sentido”. Pode ser uma reação sem limites a um estímulo extraordinário, fora do cotidiano. É sublimação quando a ação emocionalmente condicionada aparece como descarga consciente de um estado sentimental. (WEBER, 2001, p. 417)

Ao contrário das ações de tipo tradicional e afetivas, as de tipo racional são reflexivas, na qual a ação é planejada e acionada a fim de alcançar um objetivo desejado. A diferença encontra-se, novamente, no sentido da ação: em uma a ação tem o sentido de alcançar da maneira mais efetiva o fim desejado pelo ator (ação do tipo racional com relação a fins); na outra (ação do tipo racional com relação a valores), aspectos como crenças, valores, ideologia,

são o sentido da ação. A ação racional com relação a valores diferencia-se da afetiva, pois a ação é planejada. Diferencia-se também da ação racional em relação aos fins, pois o sentido da ação não é somente alcançar o objetivo, mas agir mediante as convicções do ator.

A ação orientada racionalmente com relação a valores distingue-se da ação afetiva pela elaboração consciente dos princípios últimos da ação e por orientar-se por eles de maneira consequente planejada. Por outro lado, ambas tem em comum o fato de que o sentido da ação não reside no resultado, que se encontra fora dela, mas na própria ação em sua peculiaridade. Age afetivamente quem satisfaz a sua necessidade atual de vingança, gozo ou entrega beatitude contemplativa ou vazão a suas paixões do momento (sejam elas tolas ou sublimes). Age de modo estritamente racional com relação a valores quem, sem considerar as consequências previsíveis, se comporta segundo as suas convicções sobre ou referente ao que é o dever, a dignidade, a beleza, a sabedoria religiosa, a piedade ou a importância de uma “causa” qualquer que seja o seu gênero. Uma ação racional com relação a valores é sempre (no sentido de nossa terminologia) uma ação segundo “mandatos”, isto é, de acordo com “exigências” que o agente acredita serem dirigidas para si (e diante das quais ele acredita obrigado). Falaremos de uma racionalidade em relação a valores somente na medida em que a ação humana se oriente por essas exigências – o que apenas ocorre numa fração, o mais das vezes, modesta, dos casos. Como se mostrará posteriormente atinge significação suficiente para destaca-la como um tipo particular, ainda que não se pretenda aqui apresentar uma classificação que esgote os tipos de ação. (WEBER, 2001, p. 418)

Age racionalmente em relação a fins aquele que orienta a sua ação conforme o fim, meios e consequências implicadas nela e nisso avalia racionalmente os meios relativamente aos fins, os fins com relação às consequências implicadas e os diferentes fins possíveis entre si. Em qualquer caso, pois, é aquele que não age afetivamente (sobretudo emotivamente) nem com relação à tradição. Por outro lado, a decisão entre os diferentes fins e consequência concorrentes e conflitantes pode ser racional com relação a valores. Neste caso, a ação é racional somente com relação a fins somente nos seus meios. Ou ainda o agente, sem nenhuma orientação racional com relação a valores sob a forma de “mandatos” ou “exigências”, pode aceitar esses fins concorrentes e em conflito na sua simples qualidade de desejos subjetivos numa escala de urgências estabelecidas de forma consequente, orientando por ela a ação de tal maneira que, na medida do possível, fiquem satisfeitas na ordem desta escala (princípio da utilidade marginal). A orientação racional com relação a valores pode, pois, estar em relação muito diversa no que diz respeito à ação racional com relação a fins. Da perspectiva desta última, a primeira é sempre irracional, acentuando-se esse caráter à medida que o valor que a move se eleva à significação do absoluto, porque quando mais confere caráter absoluto ao valor próprio da ação, tanto menos reflete sobre as suas consequências. A absoluta racionalidade da ação com relação a fins, todavia, tem essencialmente, o caráter de construção de um caso limite. (WEBER, 2001, pg. 418)

Weber lembra, porém, que as ações elencadas por ele são de tipo ideal. Nesse sentido, elas não existem de maneira pura na realidade, sendo a criação dessa tipologia apenas para fins metodológicos. Na realidade social os sentidos das ações tendem a se misturar, não sendo possível achar na realidade ações puramente racionais em relação a fins ou puramente tradicionais.

A análise proposta por Weber nos possibilita pensar o agir dos militantes a partir dos sentidos que os atores dão às suas ações. Complementando a teoria de Weber, Alfred Schutz funda na sociologia uma nova vertente analítica, a fenomenologia sociológica.

Juntando a fenomenologia de Husserl e a sociologia compreensiva de Weber, Schutz inaugura na sociologia uma vertente analítica focada no estudo do senso comum.

A fenomenologia de Husserl é definida como um método de análise e descrição da consciência individual, através das experiências do ser humano consciente, que vive e age em um mundo que faz sentido para ele, o qual ele percebe e interpreta. A partir dessa definição de cunho filosófico e psicológico, Schutz alegará que não se podem tomar as experiências e as consciências dos sujeitos somente de uma perspectiva individual e isolada. É preciso considerá-las na interação com os outros e com a sociedade. Desse modo, Schutz se sustenta na sociologia da ação social weberiana e funda a fenomenologia sociológica. (STUKER, 2015, pg. 82)

Não entraremos a fundo na análise da vertente fenomenológica da sociologia, mas interessa-nos saber que Schutz ampliou a análise de Weber na própria ótica formulada pelo autor (WAGNER, 1979). Como Weber, Schutz direciona a análise para o sentido que os atores atribuem aos seus atos. A consciência dos atores, as experiências, as percepções da realidade, os atos dotados de sentido e significado, assumem centralidade no pensamento de Schutz. Nessa corrente epistemológica a flexibilidade dos atores é o ponto central.

Berger e Luckman (1973), partindo de um princípio fenomenológico, descrevem minuciosamente a construção de significados sociais a partir da consciência, da experiência e da percepção dos atores sobre o mundo exterior. Segundo esses autores, as experiências dos atores tornam-se aprendizados, que repetidos constantemente, viram hábitos guiando a ação dos indivíduos.

A ação social, nesse texto, é dotada de sentido e flexibilidade. Os atores conscientemente guiam os seus atos baseados nas experiências e através da percepção que eles possuem da realidade a sua volta.

É a partir desses princípios (percepção e flexibilidade dos atores) que guiamos a análise dos dados coletados em campo. Para tanto, focamos em captar as percepções dos atores sobre as esferas de atuação política estudadas (movimento, partido, Estado), a fim de capturar como esses ativistas entendem que se produz a mudança social (por qual esfera), e como eles agem a partir dessa compreensão.

Apresentaremos, a seguir, o conceito de Teorias Nativas da Interpretação Social que no auxiliará na análise dos dados.

2.3.2 Percepções da Realidade Social e as Teorias Nativas de Interpretação Social

A perspectiva analítica proposta nessa dissertação se deu, como já salientado, a partir da compreensão dos atores, focando a análise em como os ativistas percebem a realidade à sua volta e assim escolhem e significam os seus atos.

Partindo dessa perspectiva propomos complementar a análise com o conceito de *teorias nativas de interpretação social*. Porém, antes de apresentarmos esse conceito, se faz necessário que se discuta, mesmo que brevemente, outro conceito importante, o de quadros interpretativos, explicando o porquê de não o utilizarmos na dissertação.

Como já apontado anteriormente, a Teoria do Confronto Político possui quatro aspectos que conformam o seu modelo: o conceito de quadros interpretativos; de repertórios de ação; de estrutura de oportunidades políticas, e o de estruturas de mobilização. Esses aspectos, conjuntamente, formam o modelo explicativo utilizado por esses teóricos.

O conceito de enquadramento interpretativo utilizado parte da elaboração de Erving Goffman. Os quadros (*frames*) seriam esquemas de interpretação social que os atores sociais utilizariam para interpretar a realidade a sua volta.

E, evidentemente, faremos um amplo uso do termo “quadro” no sentido que lhe dá Bateson. Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (GOFFMAN, 2012, p.34).

Para Goffman os indivíduos baseariam as suas percepções no que ele chama de ‘esquemas primários’. Segundo o referido autor, “Cada esquema primário permite a seu

usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus termos” (GOFFMAN, 2012, pg. 45). Os esquemas primários são um conjunto de pré-definições de explicação/compreensão social. Tais esquemas, produzidos anteriormente pela sociedade, permitiriam aos indivíduos perceber e explicar a realidade à sua volta facilmente, esquemas esses utilizados de maneira não reflexiva pelo ator para responder a seguinte pergunta: O que está acontecendo aqui?

Os enquadramentos primários são as definições comuns, imediatas, naturalizadas e compartilhadas em uma dada cultura sobre diferentes situações. Estes esquemas interpretativos básicos na sociedade permitem aos participantes de uma situação social não somente estabelecer uma definição da situação como também alinhar-se de acordo com o status de participação (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2013, p. 09)

Entretanto, Goffman afirma que os esquemas primários não são definitivos ou imutáveis. Os atores teriam agência sobre os enquadramentos, podendo assim modificá-los através de um processo reflexivo.

O conceito de enquadramento interpretativo - a ideia de que existem esquemas de interpretação social que são anteriores aos indivíduos e que são utilizados por esses para identificar e categorizar o mundo social, mas ao mesmo tempo esses esquemas podem ser modificados pelos agentes através de um processo reflexivo - foi trazido pelos teóricos da ação coletiva para complementar o modelo analítico das teorias de movimento social.

Benford e Snow (2000) utilizam o conceito de enquadramento interpretativo na teoria dos movimentos. Entretanto, o conceito adquire singularidades na análise dos autores. Como formulado por Goffman, ainda que enquadramento possa ser modificado através de uma ação reflexiva, o mesmo é, na maioria do tempo, pré-reflexivo. Diferente de Goffman, na análise de movimentos sociais, o enquadramento adquire uma prerrogativa altamente reflexiva, chegando a ser estratégica.

Ainda que Goffman estivesse interessado prioritariamente no enquadramento como uma atividade cognitiva largamente pré-reflexiva de atribuição de sentido (assim como em suas falhas) e concedesse apenas atenção secundária às molduras em si, o uso que Snow e seus colaboradores fazem desse aparelho conceitual desloca o interesse em direção a um trabalho reflexivo de redefinição das representações, na medida em que é consciente e tático. As molduras não aparecem mais tanto como o produto de uma atividade cognitiva, mas mais como esquemas de interpretação relativamente estáveis e rígidos, que tornam possível que certos sujeitos os manipulem de uma maneira coerente com seus interesses (MATHIEU, 2002, p.87 apud PEREIRA, 2014, pg. 53).

No sentido proposto por Benford e Snow, o enquadramento não trataria das percepções ou do sentido da ação dos atores, mas de um processo altamente racionalizado de produção de sentido social que seria utilizado tanto para angariar novos militantes para as causas quanto para focalizar a luta, identificando o inimigo, os problemas e as soluções para os problemas sociais.

Apesar do conceito de enquadramento ser objeto de uma vasta discussão no campo teórico da ação coletiva, sendo o seu aspecto estratégico questionado e aspectos como ideologia e identidade sendo trazidos à discussão⁷, entendemos que, para o fim dessa pesquisa, o conceito não parece satisfatório. O enquadramento, como utilizado pelos teóricos da ação coletiva, foca a racionalização dos atores e o uso estratégico do enquadramento produzido para a ação coletiva. Já o enquadramento proposto por Goffman trabalha com a ideia de esquemas de interpretação fornecidos pela sociedade, onde a reflexibilidade do ator existe, mas não é um aspecto central, sendo mais bem utilizada, a nosso ver, para pensar os enquadramentos produzidos socialmente e como eles são apropriados pelos atores em uma ação interativa. Dessa forma, não é muito útil para apreender os sentidos dados pelos atores às percepções da realidade social, objetivo da pesquisa.

Explicado o porquê da não utilização do conceito de enquadramento interpretativo, abordaremos o conceito que utilizaremos na análise dos dados, o conceito de teorias nativas de interpretação social.

As teorias nativas seriam o processo de construção de significado produzido pelos atores através da sua percepção da realidade social vivenciada. Segundo essa teoria os atores formulariam, a partir da sua vivência, experiências e percepções, proposições sobre o funcionamento da sociedade, atuando na realidade a partir das suas teorias. (SILVA; PEREIRA, 2015).

Nessa teoria, as percepções dos atores assumem central importância, dando sentido ao mundo vivenciado pelos atores, e direcionando as suas ações.

Como na sociologia compreensiva weberiana, os sentidos dos atos dos atores são encontrados neles e nas formulações que constroem sobre a vida social.

⁷ Para aprofundamento da discussão sobre as disputas e dissensos em torno do conceito de enquadramento nas teorias da ação coletiva ler Pereira (2014).

Goldman (2006), no campo da antropologia política, estuda as ações políticas promovidas pelo Movimento Negro cultural de Ilhéus/Bahia. Partindo das teorias nativas dos militantes, procura observar o que, para esse grupo, é política, compreendendo, a partir das suas elaborações sobre a política, como eles então agem ‘politicamente’.

Como não é difícil imaginar, a opinião da maior parte dos membros do movimento afro-cultural de Ilhéus em relação aos políticos é inteiramente negativa. Mas aquilo que confundia ou mesmo indignava no princípio da investigação – as afirmativas sempre repetidas de que todos os políticos e os partidos são iguais; a certeza de que nenhum resultado eleitoral será capaz de alterar o destino das pessoas mais humildes; o fato de que, em troca de pequenas retribuições materiais, pessoas muito pobres são capazes de votar e apoiar aqueles mesmos que as exploram – pode ser utilizado de modo produtivo. Para isso, é estritamente necessário passar a encarar as práticas nativas (discursivas e não discursivas) sobre os processos políticos dominantes como verdadeiras teorias políticas produzidas por observadores suficientemente deslocados em relação ao objeto para produzir visões relativamente alternativas, e usar essas práticas e teorias como guias para a análise antropológica. (GOLDMAN, 2006, p. 37-38)

Os achados de Goldman mostram que é somente estudando os atores, no caso específico os militantes do movimento, que se torna possível compreender o fazer político dos mesmos, sendo necessário, para entender a política, compreender os usos da política pelos atores sociais. Assim, compreende-se o que, no ponto de vista nativo, se configura de fato ser política.

Nesse sentido, fenômenos como venda e compra de voto, apoio de um ou outro candidato mediante acordo de benefícios posterior, boca de urna para candidatos mediante pagamento, e outras práticas comuns à atividade política, não deveriam ser pensados como atos de desvio, ou uma forma errada de fazer política, uma vez que essas práticas carregam o sentido dado pelos atores para a política.

Goldman afirma ser necessário compreender as ações dos atores relacionando-as com as vivências deles, entendendo o todo em que os atores estão inseridos. Somente assim é possível compreender o sentido da ação desses atores.

A nova perspectiva analítica coloca no centro da análise não mais os espaços de atuação dos ativistas que, por um processo de socialização, modificaria a percepção dos ativistas e os seus repertórios, mas sim a própria percepção dos atores sociais. A partir dessas percepções, através das suas vivências e experiências, os atores formulariam teorias próprias de interpretação social. Essas teorias guiariam as suas ações. O centro da análise seria, assim, o ator, a sua compreensão da realidade social, sendo somente possível compreender as suas

ações - no caso específico da pesquisa os repertórios de ação - entendendo os motivos que os atores elencam como explicativos para elas.

Apresentados até aqui os conceitos teóricos e a perspectiva de análise dos dados, apresentaremos a seguir a metodologia da pesquisa, abordando o corpus e recorte da pesquisa, a técnica de coleta de dados e as dimensões de análise dos dados coletados.

2.4 NOTA METODOLÓGICA

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. (MINAYO, 2001, pg.14)

A pesquisa foi pensada a partir do aporte qualitativo. Segundo Minayo (2001) a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2001, pg. 21)

O intuito original não era captar as percepções dos atores sobre as diferentes esferas de atuação social. Originalmente intentamos captar, através de uma análise de trajetórias, as oportunidades políticas disponibilizadas aos atores e relacioná-las com os repertórios dos ativistas. Entretanto, a pesquisa sofreu um redirecionamento, como já salientado, sendo direcionada para o estudo das percepções dos ativistas. A abordagem qualitativa, porém, se mostrou propícia para captar esses aspectos, as percepções e os sentidos dos atores.

Técnica de Coleta de Dados

Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista. Segundo Minayo,

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo pesquisador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2001, p. 64)

Optou-se por uma entrevista semiestruturada. Nesse tipo de entrevista “combina-se perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender às indagações formuladas”. (Minayo, 2001, p.64).

O roteiro de entrevista, nesse caso, foi utilizado apenas como um direcionamento. Essa abordagem foi essencial para captar, na fala dos indivíduos, aspectos não pensados pela pesquisadora, o que permitiu que os ativistas falassem livremente sobre os assuntos abordados, diferente da técnica de entrevista fechada, na qual o entrevistador busca a padronização das falas dos entrevistados, para a posterior comparação. A técnica de pesquisa semiestruturada permite uma abertura maior ao entrevistador que, ao ouvir a fala dos entrevistados, redireciona as perguntas a partir do que é colocado por eles, dando mais ênfase a algum aspecto colocado como fundamental pelo ativista, ou que seja do interesse do entrevistador. No caso dessa pesquisa, essa abordagem foi fundamental para a reconfiguração da pesquisa que se deu no campo, pois permitiu à entrevistadora remodelar as entrevistas a fim de captar o que os ativistas salientavam com fundamental.

Corpus e Recorte da Pesquisa

Foi escolhido como recorte da pesquisa ativistas de uma organização do Movimento Negro do estado do Rio Grande do Sul. O Movimento Negro foi escolhido devido à sua histórica intersecção em partidos políticos e no Estado, ponto que abordaremos no próximo capítulo.

Foram entrevistados, no total, *sete* ativistas da mesma organização de movimento social negro.

Quadro III – Relação de entrevistados e participação no movimento

Ativista	Participação no Movimento
Entrevistado I	Membra da organização
Entrevistado II	Membra da organização e ex-coordenadora em âmbito estadual

Entrevistado III	Ex- membro da organização
Entrevistado IV	Coordenador da organização
Entrevistado V	Ex- membro da organização
Entrevistado VI	Membra da coordenação da organização em âmbito estadual
Entrevistado VII	Membro da coordenação da organização em âmbito estadual

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Análise de Dados

Os dados, depois de coletados, foram transcritos pela pesquisadora. Durante a transcrição foram organizados e separados a partir das dimensões de análise a seguir elencadas:

Dimensões de Análise

- *Trajetória do militante*
 1. Espaços ocupados pelos militantes durante a sua trajetória;
 2. Participação em outros espaços de militância, como partidos políticos, ou espaços institucionalizados dentro do Estado;
 3. Tipos de posições ocupadas pelos ativistas dentro da organização do movimento, do partido e do Estado.

- *Múltiplas Militâncias*
 1. Identificação de conflitos entre os ativistas que possuem múltiplas inserções e os que não possuem;
 2. Construção da múltipla militância, o porquê da atuação em diversas frentes, seus ganhos e suas perdas na visão dos ativistas.

- *Percepções da Realidade Social*
 1. Percepções sobre o Movimento Social;
 2. Percepções sobre os partidos;
 3. Percepções sobre o Estado.

- *Repertórios de Ação*
 1. Repertórios de ação dos militantes.

A técnica de análise dos dados foi a análise de discurso, com a qual, a partir dos dados (a fala dos ativistas) buscamos compreender os sentidos, as percepções, os valores e ideias que estavam ali subjacentes.

Segundo Caregnato e Mutti (2006), a análise de discurso pressupõe

[...] uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social. (CAREGNATO E MUTTI, 2006, pg. 680)

Apresentaremos, a seguir, o capítulo contextual. Nele abordaremos as relações de interpenetração entre o movimento, os partidos e o Estado.

3 MOVIMENTO NEGRO, PARTIDOS E ESTADO

Neste capítulo buscamos retomar brevemente a história do Movimento Negro Brasileiro. Intentamos, com isso, retomar de maneira sintética a formação do Movimento Negro (subcapítulo 3.1), bem como a sua relação com os partidos (subcapítulo 3.2) e com a estrutura estatal (subcapítulo 3.3).

Os dados aqui apresentados são fruto de revisão bibliográfica e dos dados da pesquisa “*História do Movimento Negro no Brasil: constituição de acervo de entrevista de história oral*”, produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Essa pesquisa contém entrevistas de 38 ativistas historicamente relevantes para o Movimento Negro. A partir dela foi produzido o livro *História do Movimento Negro no Brasil: constituição de acervo de entrevista de história oral* (ALBERTI; PEREIRA, 2007) que foi utilizado nessa revisão.

O subcapítulo a seguir retoma o início do Movimento Negro no Brasil, trazendo dados, principalmente, sobre a formação do movimento e os seus repertórios de ação.

3.1 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

3.1.1 A ‘primeira fase’ do Movimento Negro (1889-1937)

Após a Proclamação da República iniciou-se um novo projeto político de país. Com o fim da escravidão, o projeto iniciado era de ‘modernização’ da sociedade brasileira. O meio empreendido para esse fim: a imigração europeia.

A imigração foi a solução proposta pelo governo para dar fim ao atraso social e tecnológico do país, solucionando, assim, dois problemas: suprir o déficit de mão de obra agrária e iniciar um processo de branqueamento da população brasileira que havia se ‘contaminado’ com o sangue africano.

[...] a solução imigracionista aparecia não apenas como resposta ao problema imediato da escassez de mão-de-obra na agricultura, mas também como parte de um projeto de modernização a mais longo prazo, em que o branqueamento da população nacional era altamente desejado. (HASENBALG, 1979, p.154).

O projeto de imigração europeia ocasionou a vinda de mais de três milhões de imigrantes para o Brasil. Esses imigrantes ocuparam massivamente os postos de trabalho no país, alojando-se, majoritariamente, nas regiões mais produtivas, sul e sudeste, nas grandes fazendas de café ou em setores em desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2008), postos anteriormente ocupados pelos negros durante a escravidão. Os negros, que, enquanto escravos, moviam a máquina econômica do país, foram cuidadosamente excluídos do processo produtivo, relegados ao esquecimento e ao abandono social. “Para o negro, sobraram os mais desqualificados trabalhos, os empregos domésticos (a mulher foi fundamental na reestruturação da família negra), a dependência social e a marginalidade.” (PEREIRA, 2008, p.30).

Nesse contexto surgem as primeiras mobilizações negras no país. Foram criados dezenas de grupos (grêmios, associações, clubes) para homens e mulheres *de cor* (Domingues, 2007). Club 13 de Maio dos Homens Pretos, Centro Literário dos Homens de Cor, A Sociedade Propugnadora 13 de Maio, o Centro Cultural Henrique Dias, são exemplos desse fenômeno. Os clubes e associações, além de possibilitar um espaço de pertencimento, ainda tinham uma proposta de qualificar os seus membros, tornando-os portuários, ferroviários e ensacadores (DOMINGUES, 2007).

Além dos clubes, surgiram também os primeiros periódicos da chamada Imprensa Negra. ‘O Alfinete’, ‘A redenção’, ‘A Sentinela’, ‘A Liberdade’, ‘O Menelick’, ‘O Kosmos’, podem ser citados como exemplo. Mas o mais famoso jornal dessa época foi o *Clarim da Alvorada*. Este, diferente dos outros jornais, possuía uma vertente mais política, reivindicatória, fazendo uma discussão sobre as relações raciais e as discriminações sofridas pelo povo negro. (Pereira, 2008)

A chamada Imprensa Negra foi a primeira forma de denúncia das discriminações sofridas pelo povo negro no cotidiano, tornando a imprensa uma forma de mobilização reivindicatória.

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. (DOMINGUES, 2007, p.105)

No ano de 1931 surge, em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB foi a primeira organização de mobilização negra do Brasil. Inspirada nos ideais de ordem e de disciplina, tornou-se rapidamente um símbolo da ‘civildade’ negra, galgando a simpatia de inúmeros negros e também de setores da elite e do governo.

A FNB galvanizou de tal maneira a população negra paulistana e de inúmeros municípios do interior, que se transformou numa preocupação das autoridades constituídas. Aos poucos, no entanto, sua pregação de civildade, de austeridade e de disciplina, como elementos essenciais para o progresso do homem e mulher *de cor*, granjeou a simpatia de inúmeras personalidades e autoridades paulistas, ao ponto de torná-la uma espécie de representação da coletividade negra perante governos e outras instituições. (PEREIRA, 2008, p.33)

A FNB conseguiu se tornar uma organização de ‘massa’ com a participação de muitos homens e mulheres negros. A entidade, em seu auge, chegou a possuir escola, time de futebol, teatro, departamento jurídico, atendimento médico e odontológico, curso de formação política e até jornal (*A voz da Raça*). (DOMINGUES, 2007)

Inspirada nos movimentos fascistas na Europa, a FNB obteve um caráter autoritário, tendo como lema ‘Deus, Pátria, Raça e Família’. Apesar disso, a frente chegou a possuir uma considerável influência. A FNB obteve a simpatia do então Presidente Getúlio Vargas, com quem se reuniu, tendo algumas das suas reivindicações atendidas, como, por exemplo, o fim da proibição do ingresso de negros na guarda civil em São Paulo.

A Frente Negra, em 1935, tornou-se um partido político. Entretanto, com a instauração do Estado Novo, a FNB, como todas as outras organizações políticas, foi extinta e o Movimento Negro iniciado foi desmantelado.

3.1.2 A ‘segunda fase’ do Movimento Negro (1945-1964)

Após o período da ditadura Varguista, o Movimento Negro brasileiro iniciou um novo período de mobilização. Essa nova fase, porém, não possuía toda a capacidade de mobilização de massas como a anterior. Entretanto, possibilitou a retomada da luta contra a discriminação racial.

No ano de 1945, o país pregava fervorosamente o mito da democracia racial. Esse mito, sustentado também pela literatura de Gilberto Freire - *Casa Grande e Senzala* (1933), ao mesmo tempo em que concede ao negro o título de produtor cultural, legitima o mito de

uma igualdade racial e uma convivência harmônica entre negros e brancos, ignorando todo o racismo velado existente no país. (PEREIRA, 2008).

Nesse contexto surge o Teatro Experimental do Negro (1944) no Rio de Janeiro e a União de Homens de Cor (1943) em Porto Alegre. A União de Homens de Cor (UHC) era uma instituição que tinha por objetivo “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p.108). A UHC possuía uma ampla gama de ações, incluindo promoções de debates com a imprensa, publicação de jornais próprios, assistência médica e jurídica, além de aulas de alfabetização para a população negra. (DOMINGUES, 2007).

A União conseguiu, no início da década de 1950, reunir-se com o Presidente Getúlio Vargas, levando consigo uma série de reivindicações para a população de negra. A UHC, como a maioria das organizações de mobilização sociais brasileiras, teve seu fim em 1964, com o início da ditadura civil-militar no Brasil.

Surge também, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Essa organização tinha como objetivo original constituir um teatro somente com atores negros. Entretanto, esse objetivo foi sendo ampliado cada vez mais; o TEN chegou a possuir um jornal (Quilombo), passou a oferecer cursos de alfabetização e de corte e costura, fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro, entre outras coisas. (DOMINGUES, 2007)

O TEN, diferentemente da Frente Negra, não era um movimento de massa, mas sim de vanguarda. Era constituído de uma incipiente elite cultural e intelectual composta por negros que, vencendo o racismo, romperam a barreira econômica e, elevando-se intelectualmente, pregavam outras leituras sobre as relações raciais no Brasil que vinham contrapor à teoria de democracia racial, muito vigente na época. (LEITÃO, 2012)

O objetivo do TEN era defender os direitos dos negros como direitos humanos, e propor uma legislação antidiscriminatória (DOMINGUES, 2007). Apesar das diferenças entre a Frente Negra e o TEN, os dois movimentos visualizaram a oportunidade de alcançar os seus objetivos por meio de disputas por cargos eleitorais. A Frente Negra tornou-se um partido; já TEN defendeu a candidatura de lideranças negras, como, no caso, o próprio Abdias do

Nascimento, seu fundador. Apesar de Abdias não ter sido eleito, esse fato demonstra que havia uma tentativa dessas organizações de inserção na esfera política institucionalizada.

O TEN organiza, em 1945, a Convenção Nacional do Negro (CNN). Essa convenção produz um documento transformado em projeto que os militantes desejavam que integrasse a nova constituição, reivindicando a criminalização da discriminação racial (LEITÃO 2012). O projeto não foi aprovado e criminalização do racismo não entra na constituição daquele ano. A criminalização do racismo só foi transformada em lei em 1951, com a Lei Afonso Arinos⁸.

Com o início do regime militar, o TEN também vem a enfraquecer-se, finalizando as suas atividades em 1968. Com isso dá-se o fim da segunda fase de mobilização negra no país.

3.1.3 A ‘terceira fase’ do movimento negro (a partir de 1978)

Com o início da ditadura civil-militar no Brasil, as organizações políticas de mobilização social foram fechadas e seus militantes perseguidos. Os militares aderiram ao discurso de democracia racial, transformado em discurso oficial do governo. As lutas raciais, assim, foram consideradas contravenções, e as entidades políticas negras consideradas perturbadoras da ordem pública, criando um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil.

Na década de 1970, porém, houve o início da volta de organizações raciais como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra em 1972 (São Paulo) e o Grupo Palmares em 1971 (Porto Alegre). Houve, ainda, a volta da imprensa negra, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), *Biluga* (1974), *Nagô* (1975), entre outros. Também nos anos 1970 surgiu o movimento *Soul* no Rio de Janeiro. (Domingues, 2007). Entretanto, os grupos que se organizavam até então não tinham um sentido de confronto ao regime militar. Somente em 1978, com o ato de abertura do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), em São Paulo, que se reinicia no Brasil uma mobilização negra voltada para a denúncia sistemática do racismo.

⁸Lei Afonso Arinos: Lei de julho de 1951 de autoria do deputado Afonso Arinos de Mello Franco. Essa lei dispunha sobre crimes de racismo, tornando contravenção práticas de preconceito racial.

O MUCDR tem o seu ato de abertura nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em julho de 1978. O movimento, que logo após teve o nome simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU), nasce com o intuito de reiniciar a luta racial no país.

Um dado muito relevante para se compreender o MNU é entender o contexto político vivido na época. Apesar do Brasil ainda estar vivendo uma ditadura, iniciava-se um processo de reabertura política ‘lenta e gradual’, tornando, assim, o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 propícios para a criação e ampliação dos movimentos sociais.

Houve, durante esse período, uma grande aproximação entre os militantes negros, que já problematizavam as relações raciais no Brasil, e a linha política de esquerda. A organização marxista de orientação trotskista Convergência Socialista foi uma das maiores influências na formação política e ideológica de muitos dos militantes que dariam início ao MNU em 1978 (Domingues, 2007). Alguns desses militantes atuaram também na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Há então, desde o início da retomada do Movimento Negro, uma aproximação entre Movimento Negro e esquerda brasileira que interligava as desigualdades raciais e as de classe. Leitão (2012) observa que em 1970 muitas das lideranças raciais atuavam em organizações de esquerda, como os movimentos estudantis em Universidades, sindicatos, igreja, e o próprio MDB⁹. Isso fica evidente no quadro que apresentaremos a seguir, organizado pelo autor.

Quadro IV - Atuação de lideranças do movimento negro em organizações de esquerda (anos 1970)

Militante	Organização
Edna Roland	Organização de Combate Marxista – Leninista – Política Operária
Flavio Jorge Rodrigues da Silva	Liga Operário, DCE da PUCSP
Gilberto Leal	Movimento Democrático Brasileiro
Ivair Alves dos Santos	Movimento Democrático Brasileiro
João Francisco dos Santos	Ação Católica, Juventude Operária Católica
Justo Evangelista Conceição	Animação dos Cristãos no Meio Rural, Comissão Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais

⁹ MDB: Movimento Democrático Brasileiro. Partido de oposição à ditadura durante o regime militar.

	de Base.
Milton Barbosa	Liga Operária
Yedo Ferreira	Partido Comunista Brasileiro
Zélia Amador	União dos Estudantes Secundaristas Paraenses, Ação Popular

Fonte: Leitão (2012).

A sistematização de Leitão (2012) mostra que uma importante parte da liderança do Movimento Negro brasileiro nascente no final dos anos 1970 já militava anteriormente em organizações de cunho socialista, as quais, posteriormente, nos anos 1980, serão a base para a construção de partidos de esquerda. Esse fato é interessante quando paramos para analisar a tão grande intersecção que vemos entre Movimento Negro e partidos de esquerda (tópico que abordaremos no próximo subcapítulo).

A terceira fase do Movimento Negro trouxe muitas mudanças, sobretudo uma mudança de referência: o movimento ‘africanizou-se’. Rompendo com a ideia de ‘assimilação’ presente nas fases anteriores do Movimento Negro, nessa fase o movimento tornou-se de fato antirracista, tendo como premissa de mobilização a denúncia sistemática do racismo. O movimento iniciado em 1970 tinha como base de luta a identidade étnica do negro. Houve uma busca pelo que é genuinamente negro, os padrões de beleza, a culinária africana. Enquanto que as fases anteriores do Movimento Negro apresentavam-se como cristãs, essa nova fase assume as religiões de matriz africana. O termo homem e mulher *de cor* foi completamente abandonado, passando a ser utilizado o termo ‘negro’, Assumindo tanto o termo negro, como todos os outros aspectos da negritude (cabelo, vestimenta, religião, musicalidade) como símbolos de orgulho, não mais de vergonha ou constrangimento. A identidade negra transformou-se em símbolo de militância.

Após os anos 1980 houve o surgimento de inúmeras organizações de mobilização social negras. Nos anos 1990, as Organizações Não Governamentais (ONG) surgem e se ampliam grandemente no país. Financiadas por Agências Internacionais, as ONGs passaram a desempenhar um papel muito importante para as mobilizações raciais. Essas organizações atuavam em assuntos específicos como a saúde da mulher negra, empreendedorismo, a cultura negra, etc. Assim, atuavam, na sua maioria, com o mesmo referencial reivindicatório dos anos 1980, a da identidade negra. (DOMINGUES, 2007)

Domingues (2007) apresenta um quadro comparativo com os aspectos analisados pelo autor nas três fases do Movimento Negro brasileiro. Fizemos um recorte de alguns dos aspectos interessante para nossa pesquisa e apresentamos a seguir.

Quadro V - Quadro comparativo da trajetória do movimento negro

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (após de 1978)
Principais princípios ideológicos políticos	Nacionalismo e defesa das forças políticas de ‘direita’, nos anos 1930.	Nacionalismo e defesa das forças políticas de ‘centro’ e de ‘direita’, nos anos 1940 e 1950’.	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980.
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da negritude e de descolonização da África	Afrocentrismo, movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África.
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (‘Negro no poder!’), nos marcos de uma sociedade socialista. A única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial.
Métodos de luta	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos ‘cívicos’ e publicações em jornais	Teatro, imprensa, eventos ‘acadêmicos’ e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda

Fonte: Domingues (2007).

É interessante ressaltar que durante as três fases do movimento houve uma tentativa de institucionalização da causa negra. O meio utilizado: os partidos. Apesar do processo de institucionalização não ter sido alcançado nas duas primeiras fases do movimento, a relação entre política extrainstitucional e política institucionalizada sempre operou no movimento. Apresentaremos no próximo tópico uma análise sobre a relação entre partidos políticos e Movimento Negro, observando as relações de interseccionalidade entre as duas esferas.

3.2 O MOVIMENTO NEGRO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

O Movimento Negro brasileiro teve desde o seu início uma forte interlocução com partidos políticos, fato esse que inicia quando a Frente Negra (1934) se torna um partido político. A transformação em partido político simboliza uma mudança importante de repertório de ação para o Movimento Negro. Representava uma tentativa de mudança social através da ação por dentro das estruturas estatais, mesmo que as iniciativas de institucionalização do Movimento Negro não tenham alcançado o seu objetivo, muito porque a sua base eleitoral era majoritariamente analfabeta. Esse fato representa que, mesmo em 1930, o repertório de ação por via partidária já era presente no Movimento Negro.

Nas fases posteriores, o Movimento Negro manteve como estratégia de ação a ação por dentro de partidos políticos. Na segunda fase apoiou candidaturas negras, ainda que sem sucesso. Pereira (2008) chama a atenção para o fato de que o insucesso das candidaturas negras deve-se também ao boicote que os candidatos negros sofriam dentro dos partidos. Entretanto, a atuação partidária não se tornou um repertório central do movimento. Somente na terceira fase a articulação com partidos foi vista como um dos principais repertórios do movimento, sendo necessária para que as suas lutas viessem a ter sucesso.

O Movimento Negro reiniciado no final de 1970 via a necessidade de unir-se com outros grupos de mobilização social que, como ele, entendia que, para ter quaisquer direitos, antes era necessário o fim da ditadura militar. Nesse sentido, o I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra propunha “nossa unificação com todas as entidades, associações, sindicatos, partidos e setores, que incluam essa luta em suas reivindicações”¹⁰ (KOLISSG, 2008, p. 34).

¹⁰ Panfleto do Grupo Negro da PUC “Iº Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra” In Dossiês 20-C-44 – 17287. DEOPS/SP, DAESP.

Os militantes do Movimento Negro eram incentivados a participarem de grupos em outras organizações sociais, ampliando a luta pela democracia e também iniciando grupos de reivindicação racial nesses locais. (KOLISSG, 2008).

Surgem, assim, grupos de discussões e de mobilização negra dentro dos sindicatos e dos partidos que nasciam a partir de 1980. Isso gerou uma dupla influência: enquanto os movimentos inseriam a questão racial dentro dos sindicatos e dos partidos, essas instituições influenciavam ideologicamente o movimento, o trazendo cada vez mais para perto de uma linha política de esquerda.

O Movimento Negro Unificado (MNU) nasce em 1978 já sob a influência de organizações de esquerda. Como vimos anteriormente, o MNU foi a organização que reiniciou a mobilização racial mais politizada no país. Foi um movimento muito importante para as organizações surgida após a década de 1980, pois deu o tom ideológico que foi seguido por muitas outras organizações, articulando a luta contra as desigualdades raciais com a luta contra as desigualdades de classe (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

A influência das organizações de esquerda se faz tão significativa para o MNU que alguns militantes viam o MNU quase como um seguimento de organizações de esquerda e de sindicatos.

[...] O que ganhou dentro do MNU foi a proposta sindicalista. Tanto que, em uma discussão que eu tive com o pessoal do PT, eu defendia que o MNU era um movimento sindical. De tal forma ele estava vinculado organicamente que os militantes- basicamente de São Paulo e Minas também- eram do movimento sindical. E eles levaram essa visão pra dentro do MNU. (Entrevista Helena Machado apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 167)

A ligação entre o MNU e os partidos se torna ainda mais significativa nos anos 1980. Alguns militantes do MNU, e de outras entidades negras, ajudam a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT assume uma grande importância tanto para a vida política e partidária do país (já que o partido vem a se tornar um dos maiores e mais importantes partidos brasileiros) quanto para os movimentos, dentre eles o Movimento Negro, pois o partido surge com a proposta de defender as lutas dos movimentos sociais, colocando-se como um porta-voz das mais diversas causas e mobilizações (LEITÃO, 2012).

Alguns militantes do Movimento Negro começam a formar dentro do PT, e de outros partidos, comissões raciais, tendo como intuito criar propostas de políticas públicas específicas para a população negra.

Os negros, nos primórdios da fundação do Partido dos Trabalhadores, se organizavam, no interior, como movimento social encarregado de contribuir com o partido das formulações de políticas de combate à discriminação. Com o tempo, foram sendo criados núcleos, coordenadorias, comissões e secretarias com o objetivo de aglutinarem internamente os negros, para refletir sobre questões específicas e, conseqüentemente, transmiti-las ao núcleo de poder do partido (ARAÚJO, 2004, p.61)

Militantes do Movimento Negro, ainda no fim da década de 1970 e início da década de 1980, formaram a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO). Essa frente, constituída por um conjunto de parlamentares e ex-parlamentares negros, foi formada com o intuito de inserir nos partidos as pautas do Movimento Negro. A FRENAPO acabou fortalecendo a relação entre o Movimento Negro e os partidos (LEITÃO, 2012). Santos (2001) coloca que a FRENAPO

[...] inovava a atuação política dos negros pelo caráter declaradamente oposicionista de seus membros e pelas pessoas envolvidas que, na sua maioria, haviam tido experiências parlamentares que buscavam a ação do Movimento Negro integrada aos partidos políticos. Não tinham ainda uma política definida ou mesmo uma ideologia, pois no grupo havia comunistas, socialistas, democratas cristãos, que entendiam que o fundamental era articular os interesses ligados à comunidade negra, para encaminhar a demandas aos tomadores de decisões políticas. (SANTOS, 2001, p.89)

Essa frente, apesar de não ter tido uma vida muito longa, representou uma diferença qualitativa na atuação do Movimento Negro. O movimento se organizou a fim de pressionar os partidos a tomarem uma posição sobre as relações raciais, a proporem modificações e políticas voltadas ao povo negro. A Frente, em 1982, organiza em São Paulo, um encontro com os candidatos à governador do estado, gerando o apoio da comunidade negra ao PMDB, que acaba por vencer as eleições. Esse apoio se tornou moeda de troca, o que possibilitou a inserção de militantes negros no governo de Franco Montoro e, posteriormente, a criação do primeiro Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (1986). (LEITÃO, 2012).

O Movimento Negro na década de 1980 possuía então, dois repertórios de ação em relação aos partidos: a atuação por dentro dos partidos, formando comissões de discussão

racial e formulação de propostas de políticas públicas; e a pressão externa, atuando de fora dos partidos, pressionando-os a fim de inserir as suas reivindicações nas propostas eleitorais.

A atuação partidária foi vista pelo Movimento Negro como uma importante estratégia de ação; por outro lado, a relação entre o movimento e os partidos era, de certa forma, ambígua. Ao mesmo tempo em que se compreendia que os partidos eram necessários para as conquistas dos movimentos, eles eram visto, muitas das vezes, como aproveitadores, que se valiam das causas e lutas do movimento com o único fim de angariar votos, dando pouco ou nada de retorno para os movimentos que os apoiaram.

O panfleto “O MNU e o jogo eleitoral de 82” refletia a preocupação do MNU em ter parlamentares negros que representassem os interesses da sua população. Também revelava uma preocupação com as Comissões de Negros: No atual jogo eleitoral, alguns partidos políticos, ao se aperceberem da limitada consciência política e racial a que está submetida a maioria da população negra, tentam utilizá-la, incentivando o surgimento de um “Movimento Negro” segundo a orientação ideológica e política dos próprios partidos. (KOLISSG, 2008, p 42)

O MNU representava bem a ambiguidade desse relacionamento. Ao mesmo tempo em que se utilizava dos partidos como estratégia de ação, o movimento sempre se colocava como apartidário, muitas vezes criticando os partidos e alguns parlamentares negros. (KOLISSG, 2008). Ao tentar aparentar neutralidade político-partidária, o MNU falhava totalmente; grande parte do motivo era a atuação dos seus ativistas dentro das comissões raciais dos partidos, em especial do PT e do PCdoB.

A insistência de levantar uma bandeira de neutralidade partidária, ao mesmo tempo em que se utilizava dos partidos políticos, levou a muitas divergências dentro do movimento negro. Os militantes divergiam sobre as posições políticas e sobre as estratégias de ação que o movimento deveria tomar. Havia militantes que compreendiam que a atuação partidária era fundamental, outros compreendiam que essa estratégia feria os princípios básicos do movimento e diminuía a sua grandeza, colocando-o como um órgão auxiliar dos partidos. Outros reclamavam, não dá utilização dos partidos, mas sim da intersecção com o Partido dos Trabalhadores em detrimento de outros partidos (KOLISSG, 2008).

A questão político partidária foi extremamente importante para o MNU, levando até a Comissão Executiva Nacional, órgão maior do movimento, ter como função dentro do movimento assessorar sobre os assuntos político partidários. A política tornou-se importante, especialmente pela constatação dos militantes de que o racismo era um fato político. Ao mesmo tempo, notamos que essa era o ponto de fragilidade do MNU em relação à sua unidade, já que diversas tendências político partidárias se

faziam presentes, tornando objetivos e estratégias causas de dissenso. [...] Ao avaliar suas atividades até 1981, o MNU de Minas Gerais afirmava que ‘o Movimento Negro Unificado foi balançado por um esvaziamento crescente e também por correntes políticas brigado o tempo todo pela direção do movimento’. (KOLISSG, 2008, p. 47)

Essas divergências políticas dos militantes acarretava enorme dificuldade para o movimento. O desentendimento promovido pelas diferenças referenciais dos militantes, que, enquanto uns partilhavam de referenciais somente étnicos raciais, outros se guiavam também por um referencial partidário, tinha como consequência dissonâncias e tensões. Esse desentendimento gerava inúmeras situações conflituosas. Os militantes que optavam por atuar dentro do partido e dentro do movimento sofriam inúmeras pressões. Eram pressionados pelos outros militantes que atuavam apenas no movimento, taxados de cooptados e vendidos. Já dentro do partido, eles enfrentavam a luta de manter-se fiel às definições do movimento, além de ter que lutar para inserir as lutas do movimento dentro do partido. Isso fazia com que alguns militantes se retirassem do partido, atuando somente no movimento. Outros, porém, retiravam-se do movimento, pois viam maior chance de mudança social através da sua atuação nos partidos políticos (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

Os militantes que escolhiam permanecer no movimento e no partido eram pressionados a tomar um ‘lado’. Ou representavam o movimento dentro do partido, ou o partido dentro do movimento. Uma vez optando pela primeira opção, eles eram encarregados a levar as demandas dos movimentos para as esferas onde atuavam, levando, antes da bandeira do partido, a bandeira do movimento social.

Sempre fiz política partidária a partir de uma perspectiva do movimento negro. Nunca fiz política no movimento a partir do PT. Tem diferença. Não é à toa que eu tenho companheiro que me apoiam justamente por que eu tenho essa visão. (Entrevista Ivair dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 234)

Em 1982 o PT participou da primeira eleição aqui no estado de São Paulo. O Lula foi candidato a governador. O Miltão foi candidato a deputado federal nessa época, a gente apoiou a sua candidatura. Esse fato também é significativo: foi a primeira vez que a gente participou, de forma organizada, em uma eleição com candidato próprio. Eu lembro dos panfletos da época, que diziam: Milton Barbosa, candidato do movimento negro. (Entrevista Flavio Jorge Rodrigues da Silva apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 215)

As relações político-partidárias possibilitaram ao movimento inserir-se dentro do Estado. Iniciou-se, então, a partir do final da década de 1980, o que se pode chamar de ‘trânsito’ entre as esferas sociais e estatais. Essa relação entre movimento e estrutura estatal é o que abordaremos a seguir.

3.3 O MOVIMENTO NEGRO E O ESTADO

O projeto de institucionalização das lutas do Movimento Negro, que fora almejado desde o seu início em 1930, só alcança o seu objetivo nas décadas de 1990 e 2000. A institucionalização, permitida pelo processo de ‘infiltração’ nas estruturas estatais, fora mediado principalmente pelos partidos políticos. É iniciado um processo de trânsito institucional entre militantes dos movimentos e o Estado.

Durante os anos 1990 é intensificado o trânsito institucional de militantes negros nas estruturas partidárias e de estado. A década também consolida os alicerces das principais vitórias que serão conquistadas pelo Movimento Negro ao longo dos anos 2000, como a promulgação do estatuto da igualdade racial, as cotas nas universidades e no serviço público, os avanços na demarcação das áreas de quilombo, da saúde da população negra, da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, etc. (LEITÃO, 2012, pg. 128).

Indo ao encontro dos pesquisadores de movimentos sociais, Cortes (2005), estudando a inserção de novos ‘problemas sociais’ na agenda governamental, mostra a importância da interpenetração entre a esfera política e a esfera societal. Os atores transitariam entre as esferas, interligando-as. Esse trânsito torna-se possível através de redes pessoais e políticas, tornando o Estado permeável às suas demandas (OLIVEIRA, 2011).

A participação do Movimento Negro dentro dos partidos ampliou muito as chances do movimento influenciar as ações governamentais. Os movimentos tinham a oportunidade de utilizar dois repertórios, a ação de planejamento de políticas públicas dentro das comissões específicas do partido, e a participação do governo como gestores de políticas em cargos comissionados ou como governantes eleitos. (ALBERTI; PEREIRA, 2007)

A criação do primeiro órgão governamental de combate ao racismo foi fruto dessa intersecção entre movimentos e partidos políticos. Na gestão de Franco Montoro como governador do estado de São Paulo, o Movimento Negro, por ter apoiado a candidatura de Montoro, pressionou o partido a ceder um espaço de governo a representantes do Movimento Negro. Assim, entram no governo do estado dois militantes do Movimento Negro: Ivair Alves dos Santos e Hélio Santos. A inclusão desses militantes no âmbito institucional ocasionou a criação do primeiro Conselho de Participação da Comunidade Negra (CPDCN). Nas palavras de Ivair Alves dos Santos:

Logo no início do governo havia uma grande insatisfação, por que não havia participação efetiva do negro dentro do governo, muito pouca gente havia conseguido ser nomeada no governo. Mas duas pessoas estavam no palácio: eu, que trabalhava com assuntos políticos, e o Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete, Carlos Figueiredo: ‘Por que não criar um conselho do negro?’. Ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde. (Entrevista Ivair Alves dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 215)

Os partidos de oposição à ditadura (PT, PMDB, PCdoB) se tornaram um caminho utilizado pelos militantes para se inserir dentro do governo. Entretanto, essa inserção não foi vista com bons olhos por uma parte dos militantes do Movimento Negro. Da mesma forma que a atuação dos militantes por dentro dos partidos políticos era vista com desconfiança, a ação dos militantes por dentro das estruturas estatais era causa de conflito e dissenso dentro do movimento.

Mas entre a decisão de criar o conselho e ele de fato ser criado, isso compreendeu um processo, por que as pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro como um órgão que ia contribuir com o racismo. Naquela época ainda era vigente a lei Afonso Arinos. Então, a tarefa toda era convencer os outros que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo. E, como vivíamos no Palácio, a gente aprendeu logo uma coisa: que era importante pautar as ações do movimento dentro da agenda governamental, da agenda política do país. Começamos a trabalhar com esse olhar. (Entrevista Ivair Alves dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 216)

Mas o conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma FUNAI, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros. E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza de que era mais um arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali. (Entrevista Ivair Alves dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p.217)

É interessante observar que o Movimento Negro teve sempre uma postura ambígua quanto à institucionalização das suas causas. Os militantes que atuavam por dentro da estrutura do Estado sofriam inúmeras pressões. Eram pressionados por uma parte do Movimento Negro que tratava a institucionalização e a cooptação como sinônimos, eram pressionados pelos partidos, que queriam resultados para si mesmos. Além disso, precisavam desbravar a máquina do Estado, vencendo também o racismo institucional que opera no sistema governamental. (ALBERTI; PEREIRA, 2007)

A entrada de militantes no governo, por outro lado, possibilitou conquistas históricas, como, por exemplo, a inclusão da criminalização do racismo e a demarcação dos territórios

quilombolas na Constituição de 1988. Os vínculos partidários e o conhecimento da máquina pública, já adquiridos pelos militantes, foram fundamentais para a incorporação dessas demandas na construção da nova Constituição.

Por conta das eleições para a constituinte e do processo de vários segmentos que estavam se preparando para influenciar na feitura da constituição, nós organizamos em Brasília, em 1986, o encontro Nacional ‘O negro e a constituição’, do qual eu fui coordenador. Na verdade, alguns militantes, alguns protagonistas foram mais importantes. O Hélio Santos teve um papel especialmente, por que naquele mesmo ano o Montoro o havia indicado para compor aquela comissão dos notáveis, a Comissão Arinos, que o Sarney nomeou para elaborar um projeto de Constituição. Então o Hélio se empenhou em chamar a atenção da militância para a importância de ter uma participação mais organizada. (Entrevista Hélio Silva Júnior apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p.250)

A intersecção entre movimento e Estado somente aumentou nas duas décadas seguintes. Na década de 1990, a participação de ativistas do Movimento Negro nos partidos políticos trouxe como consequência uma grande leva de ativistas para dentro da institucionalidade. Eles passaram a atuar em prefeituras, conselhos, assessorias, etc., transformando as suas experiências nas questões raciais, adquiridas através da sua militância no movimento, como expertise técnica para trabalhar essas questões dentro do Estado (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

A intersecção entre movimento e Estado gerou consequências: os militantes, agora servidores, tinham como função dentro do movimento, traduzir as demandas na linguagem burocrática. Eles também operavam como agentes *insider* que identificavam os melhores caminhos e oportunidades para o movimento; sabiam quando as portas institucionais estavam abertas à ação dos movimentos e quando estavam fechadas, orientando-os quanto aos melhores repertórios de ação em cada momento político (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

Entretanto, as diferentes percepções sobre a militância e a ação institucional tomavam forma. Enquanto alguns militantes defendiam que a sua atuação dentro do Estado deveria ser como funcionário prestador de serviço público, outros compreendiam o espaço governamental como espaço de militância política, não diferenciando a esfera de militância social da institucionalidade. (SANTOS, 2001)

O conflito, então, se dava em todas as esferas: no movimento, nos partidos, e também com a própria institucionalidade. Eles eram obrigados a lidar com as diferenças das organizações, diferenças ideológicas, táticas e burocráticas de cada esfera.

Mesmo com o grande processo de institucionalização ocorrido dentro do Movimento Negro, o movimento, durante a década de 1990, não abandonou o repertório extrainstitucional. Em 1995, no tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o movimento organizou um grande ato na frente do Palácio do Planalto. ‘A grande marcha pelos trezentos anos da morte de Zumbi’ foi organizada por militantes do Brasil inteiro. Esse processo de mobilização incluiu militantes de inúmeras organizações e instituições, ONGs, militantes que atuavam dentro dos partidos, militantes do movimento, militantes/gestores, etc. No final da mobilização entregaram ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso um documento exigindo a criação de políticas específicas para a população negra.

A presidência cria, então, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTIMVPN), também conhecido como GTI. Esse grupo tinha como função promover a discussão por políticas específicas do povo negro; era um espaço de participação e formulação de políticas públicas.

Ivaír dos Santos, que participava do governo de Fernando Henrique, relata que o GTI foi uma reprodução e ampliação do que já se fazia no Conselho de Desenvolvimento Negro no estado de São Paulo. Ele também faz uma leitura diferente sobre a criação do GTI. Ele entende que não foi por causa da marcha que se criou o Grupo, mas que já havia dentro do governo uma ação dos militantes que ali atuavam e que estavam a construir esse espaço dentro do governo federal. Quando a marcha aconteceu o projeto já estava pronto para ser executado.

O GTI, como disse, foi praticamente uma reprodução em larga escala do que a gente fez: era abrir espaço, etc. e tal. Mas, na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que racismo era uma coisa de política pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Sempre foi essa a nossa pauta. E o governo trabalhava num ritmo. Quando a marcha chegou aqui deu a impressão que a marcha é que criou o GTI. Mas, na verdade, o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou. (Entrevista Ivaír Alves dos Santos apud ALBERTI E PEREIRA, 2007, p. 355)

Apesar de não podermos dizer, com certeza, quem ou o que produziu a construção do GTI, podemos observar que foram utilizados dois repertórios distintos pelo movimento que possibilitaram a entrada do tema na agenda pública. Nesse caso, as ações institucional e extrainstitucional acontecem em simultâneo de maneira não coordenada. Havia diversos atores trabalhando em diferentes esferas de maneira não articulada, mas, com o mesmo fim, esses atores propuseram repertórios distintos que, articulados, colaboraram para que o

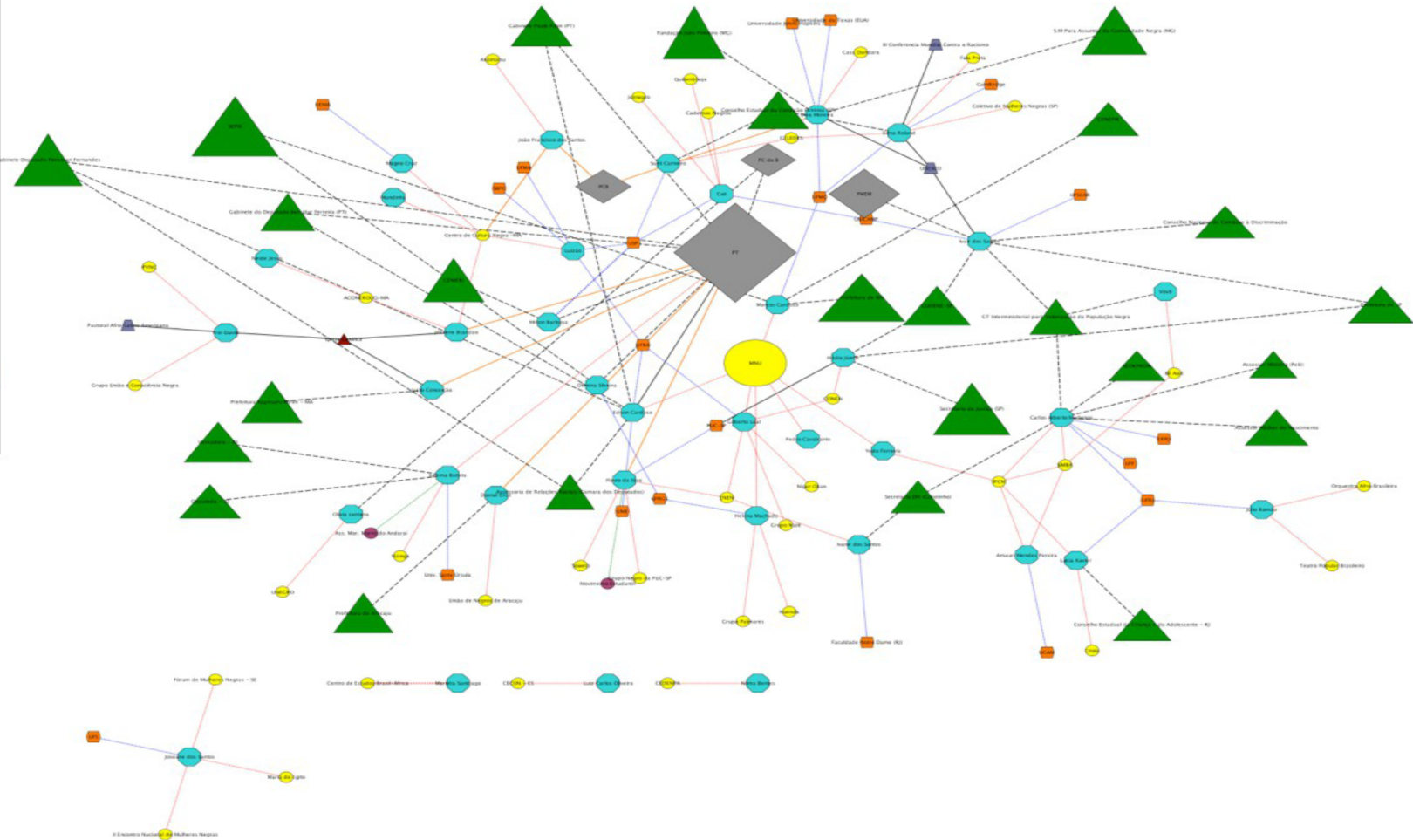
objetivo fosse alcançado. Esse dado vai ao encontro do que foi colocado por Silva (2014), e Abers e Bullock (2011), sobre a necessidade de questionar a ideia de que o movimento seria um ator unificado e homogêneo que atuaria coordenadamente. Na visão desses autores, seria preciso pensar o movimento como um ator heterogêneo, ou uma rede de atores constituída por múltiplos agentes que atuariam em diferentes frentes, partilhando de uma mesma identidade e trabalhando para um mesmo objetivo.

A criação do GTI é um exemplo da ação do Movimento Negro após a redemocratização. Com a abertura de diversos espaços de atuação para o movimento os militantes, não necessariamente em contato, mas com o mesmo objetivo, atuaram em diferentes frentes a fim de implementar um projeto de ação dentro do Estado. Esses militantes, partilhando dos mesmos objetivos e de uma mesma identidade (a de militante da causa negra), mas com visões divergentes sobre as melhores formas de se chegar ao objetivo, traçaram caminhos diferentes, mas que convergem para o mesmo fim.

Na década posterior há um trânsito ainda maior de militantes do Movimento Negro no Estado. O motivo foi o início do primeiro governo petista em nível federal. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR), assinada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, foi, desde o seu planejamento até a sua implementação, fruto da ação do Movimento Negro por dentro do Partido dos Trabalhadores.

A ação institucionalizada transformou-se em um repertório central do Movimento Negro. Leitão (2012), baseado no texto de Alberti e Pereira (2007), mapeia a atuação de alguns militantes negros, observando os espaços e os tipos de militância acionados por eles.. Apresentaremos esse mapa a seguir.

Figura II - Sociograma da atuação das lideranças do movimento negro



Podemos notar nesse mapa, como já havíamos colocado, que há uma forte inserção de militantes do Movimento Negro em espaços institucionais. Notamos, ainda, que os partidos, mesmo que não unicamente mas em grande parte, são os espaços que ligam esses militantes e os espaços institucionais.

Considerações Finais

É interessante apresentarmos aqui uma breve reflexão sobre os repertórios de ação do Movimento Negro nas três fases que apresentamos nesse tópico.

Um dos principais repertórios utilizado pelo Movimento Negro, durante as três fases, foi a utilização da imprensa como forma de denúncia do racismo sofrido pela população. Com um custo relativamente baixo, os jornais foram o repertório mais utilizado pelo Movimento Negro, sendo ainda hoje utilizados pelos militantes.

Nas três fases vimos também que o Movimento Negro sempre se preocupou em oferecer serviços de intervenção social, como, por exemplo, assistência jurídica, médica, qualificação para o trabalho e aulas de alfabetização. Nas duas primeiras fases essas ações são produzidas pelo movimento; na terceira fase, surgem as ONGs que rapidamente se espalham por todo o território nacional, executando ações de intervenção social. A oferta de políticas públicas, principalmente após os anos 2000, também assume papel central na disponibilização de ‘serviços’ à população negra.

Outro fato que merece a nossa atenção é a interação do Movimento Negro com os partidos. Desde a década de 1930 há um interesse de setores do movimento na institucionalização das suas lutas. Na primeira fase a Frente Negra torna-se um partido, na segunda fase o TEN apoia e até lança candidaturas, buscando ter os seus próprios representantes nos lugares de tomada de decisão. Na terceira fase o movimento nasce, de certa maneira, já interligado com os partidos, sindicatos e organizações de esquerda, com militantes que transitam entre essas múltiplas esferas.

Nas duas primeiras fases, entretanto, as tentativas de institucionalização do movimento não alcançam o objetivo. O movimento fica relegado à externalidade em relação ao Estado, não conseguindo ocupar os espaços de poder de maneira satisfatória. Somente na terceira fase as tentativas de institucionalização do movimento surtem efeito e o movimento passa a atuar dentro e fora das esferas de poder político.

Quanto aos repertórios, vimos que, ao mesmo tempo em que avista a oportunidade de institucionalização e utiliza-se dessa estratégia, o movimento não abandona, em nenhuma das três fases, o repertório de confronto. Os jornais, manifestações de rua, propostas de projetos de leis, reuniões com governantes, foram estratégias utilizadas em todas as fases do movimento, incluindo a terceira, quando a institucionalização já havia se iniciado.

O Movimento Negro utilizou mais de um tipo de repertório de ação desde o seu início, atuando tanto pela via partidária, na tentativa de se inserir no Estado, ainda que sem sucesso nas duas primeiras fases, quanto pelas vias externas, pressionando os governos de fora, a fim de que as reivindicações do movimento fossem atendidas.

Mesmo na década de 1980, com um processo de institucionalização crescente no Movimento Negro, a entrada de militantes negros nos partidos e no Estado não foi unânime nem pacífica. Conflitos, denúncias, acusações de cooptação, entre outras, acompanharam o processo de institucionalização das causas negras. A filiação de militantes e, posteriormente, o trânsito desses para dentro do Estado, causava inúmeros conflitos dentro do movimento que, a todo o momento, necessitava se reafirmar autônomo e apartidário.

Os militantes divergiam sobre qual era a melhor estratégia de ação, qual o melhor repertório para o Movimento Negro. Surgem, a partir daí, inúmeras trajetórias distintas, militantes que optavam por agir por dentro do Estado, outros por dentro do partido, outros somente no movimento, outros em ambas as esferas. A partir do nosso recorte de pesquisa, apresentaremos, no próximo capítulo, algumas trajetórias de militantes negros, a fim de compreender os espaços de atuação desses militantes.

4 AS TRAJETÓRIAS E A MÚLTIPLA MILITÂNCIA

Nesse capítulo começaremos apresentando as trajetórias dos militantes que fazem parte do corpus da pesquisa (subcapítulo 4.1). Posteriormente, faremos uma discussão sobre as múltiplas inserções que esses militantes possuem (subcapítulo 4.2), dando ênfase nas relações de conflitos causadas pela militância múltipla.

4.1 AS TRAJETÓRIAS MILITANTES

Os militantes que fazem parte dessa pesquisa, como já explicitado no segundo capítulo, fazem, ou fizeram parte de uma organização de movimento negro do Rio Grande do Sul. O corpus da pesquisa constitui em sete trajetórias distintas. Não faremos, entretanto, uma análise minuciosa das trajetórias de vida desses militantes (a criação, a sua ‘descoberta’ enquanto negro, o desenvolvimento da identidade negra, etc.). Focaremos em relatar, de maneira sucinta, as trajetórias militantes desses atores, as trajetórias que se constituíram dentro do Movimento Negro. A razão desse recorte é a linha de análise da pesquisa que visa observar os repertórios de ação dos militantes, bem como as suas relações com partidos e a estrutura estatal.

Entrevistado I

A primeira entrevistada possui um curso bastante linear. Começou a sua trajetória de militância no sindicato onde começara a trabalhar em 1993. Segundo a militante, o sindicato abriu de fato a oportunidade de uma militância consistente, tornando, o que antes era um interesse, uma curiosidade, em atuação política propriamente dita.

[...] na causa negra comecei no sindicato onde eu trabalho há quase 22 anos, porque até então eu não tinha essa visão de militância. Eu tinha muita curiosidade, tinha vontade de entrar, essa coisa toda, eu nunca tinha oportunidade né. Então o sindicato me abriu uma porta, em função de política aquela coisa né, foi aí que eu entrei. (Entrevista I)

No sindicato a militante filia-se no Partido dos Trabalhadores (PT), mas mantém uma relação de distanciamento com o partido. Como ela mesma coloca: ‘eu dou o meu voto, mas não uso eles assim pra nada’.

A militância no Movimento Negro se inicia no sindicato, a partir da criação de um coletivo de negros e negras, em 2005. É a partir desse coletivo que, em 2007, a militante conhece a organização estudada e filia-se nessa instituição.

[...] pois é, por várias atividades que o sindicato construiu, ele fez vários encontros, vários seminários, e ali o movimento vai chegando, vai expandindo, os movimentos sociais, e as pessoas se aproximam, varias reuniões, pedem espaços para as reuniões, até foi num dos fóruns que eu me filiei, eu não me lembro assim do ano, qual deles né? Tipo há uns 10 anos por aí, e nós construímos vários espaços dentro do sindicato, até a Fundação Quilombola foi criada lá dentro né, a gente tem uma participação bem ativa dentro dos movimentos sociais. Eu como funcionária continuo levando as bandeiras dos movimentos sociais dentro do sindicato. (Entrevista I)

Na organização a militante atuou na coordenação municipal (Porto Alegre), mas, por conta de conflitos políticos/ideológicos, aponta a gestão como ilegítima e deslegitimada. A crítica feita pela militante é a de que houve manipulação por parte dos partidos políticos dentro do movimento. Pela compreensão de que partidos políticos influenciaram nas eleições e na gestão da última coordenação, a militante se une a uma nova corrente dentro do movimento que visa à autonomia, principalmente em relação aos partidos.

Entrevistado II

A segunda entrevistada apresenta uma trajetória de militância múltipla. A militante começa a sua história no Partido dos Trabalhadores.

Entrevistadora: e a senhora disse que é militante do PT desde o início do partido, lá por 1980. Militante: Eu era de menor e tinha as reuniões do PT lá em cima do Mercado Público e eu já participava das reuniões da juventude. Sou fundadora. Não era filiada naquela época por que não podia. (Entrevista II)

A atuação partidária se iniciou ainda na adolescência e prolongou-se para o resto da vida da militante. Diferentemente da primeira entrevistada, essa militante apresenta uma atuação partidária muito mais orgânica, participando ativamente do partido. Dentro do partido, em 2003, começa a participar da setorial de combate ao racismo, que hoje se transformou em secretaria.

A militante começa, em 1989, a trabalhar dentro de uma empresa estatal, no qual hoje ocupa um cargo político (FG¹¹ - Função Gratificada).

[...] essa instituição é uma instituição do Governo Federal, e eu sou do Partido dos Trabalhadores. Os espaços de poder são os cargos que são decididos a partir dos seus militantes do partido que está vigente no Governo Federal. Eu sou militante do Partido dos Trabalhadores então eu fiz uma luta, ajudei a eleger um vereador. Elegi vereador, deputado federal, estadual, tenho direito a um espaço. Não só isso, sou funcionária há 27 anos, nada mais justo. (Entrevista II)

Nessa empresa a militante veio a ocupar um cargo de coordenadora da comissão de políticas raciais, cargo que foi perdido por causa de conflitos entre a militante, membros da gestão da empresa e do partido. Esses conflitos ocasionaram a perda do espaço de coordenação e a realocação da militante para outro espaço na empresa.

A sua inserção no Movimento Negro se deu pela ocupação do espaço como coordenadora de políticas raciais na gestão, o que possibilitou a ela o contato com outros militantes da causa negra. Esse encontro com os outros militantes ocasionou a entrada da ativista na organização de movimento social. A partir dessa entrada, que se deu em 2004, a militante atuou na coordenação municipal (Porto Alegre), e na coordenação estadual.

Entrevistado III

O terceiro entrevistado não possui, atualmente, múltipla militância. O militante inicia a sua militância muito influenciado pela sua vivência familiar (apesar de desterritorializados,

¹¹ FG (Função Gratificada): Cargo oferecido pelo partido governante a funcionários de organizações estatais. “Ato de investidura de servidor público efetivo, por meio de designação, para função gratificada retribuída com gratificação.” (fonte: <http://www.dgp.unb.br/guia-do-servidor/83-designacao-para-funcao-gratificada-fg>).

seus pais eram originários de comunidades quilombolas). O militante iniciou a sua trajetória em movimentos populares, na rearticulação das associações de moradores. Após disso, iniciou a sua militância sindical, sem nunca, porém, perder o olhar para a questão racial.

Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores com quem rompeu e desfilou-se no final de década de 1990. Apresenta uma singularidade em relação ao partido, mesmo sendo filiado, e, participando organicamente até o seu desligamento, o militante diz nunca ter participado de nenhuma comissão racial dentro do Partido dos Trabalhadores, separando, assim, a sua militância partidária da social, para, segundo o militante, ‘evitar a contaminação’.

A militância no Movimento Negro inicia-se em 1994, quando o militante adentra a organização de movimento social estudada, fazendo parte praticamente da coordenação estadual até 2010. Por divergências ideológicas sobre a autonomia, afasta-se da coordenação da organização e, juntamente com outros militantes, cria uma linha dentro da organização reivindicando a autonomia deste, baseado na acusação de rompimento, por parte dos outros militantes, com os princípios básicos de independência partidária. Ainda por causa dessa compreensão, o militante rompe com a organização estudada e cria uma nova organização de política militância negra, tendo como princípio o apartidarismo.

O militante, apesar de várias propostas, nunca atuou no Estado, se mantendo externo à estrutura governamental.

Entrevistado IV

O quarto entrevistado possui uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua militância ainda adolescente no movimento estudantil. Ingressou na organização de movimento social em 1981, mas somente em 1986 iniciou de fato a sua atuação mais orgânica. Concomitantemente, em 1986, iniciou a sua atuação no sindicato, começando no sindicato uma comissão racial.

O militante participou de duas coordenações estaduais do movimento. Atuou, ainda no Estado, enquanto Movimento Negro no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE), na gestão 1999-2002.

Em 2003, se filiou ao Partido dos Trabalhadores; antes era filiado ao PTB, muito por influência da sua participação no movimento estudantil. Aproxima-se do PT, uma parte por envolvimento familiar, já que o padrasto foi membro fundador do partido em uma das cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Entretanto, a decisão de se filiar é tomada dada a vivência na organização estudada, dada a proximidade da organização com o Partido dos Trabalhadores.

Entre os anos de 2012/2014, foi secretário estadual de combate ao racismo na secretaria do partido. A gestão foi partilhada com outro militante da mesma organização que, também como ele, hoje faz parte da coordenação estadual (entrevistado VII). A “dobradinha” na gestão continua hoje, só que invertida, já o outro militante (VII) assumiu como o secretário, enquanto o militante hoje assumiu como secretário adjunto.

Entrevistado V

O quinto entrevistado também possui uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua militância negra no Fórum da Juventude Negra do Rio Grande do Sul (FAJURS), em 2005. Inicialmente, como militante de matriz africana, ingressou nesse Fórum a fim de representar a sua comunidade. Visto por militantes da organização, como um jovem com muito potencial político, é convidado a ingressar na organização.

O militante, inspirado pela vivência familiar, militava desde a sua adolescência no Partido dos Trabalhadores.

Sempre militei na política, desde adolescente, menos de 15 anos e eu já frequentava o PT. A minha família toda era petista, sempre militei, mas não na causa racial, eu militava na questão ambiental, na questão da educação, na questão de base. Mas nesse processo do Fórum da Juventude Negra eu entrei pra militância racial mesmo. Acho que o começo foi aí. (Entrevista V)

Apesar dessa ligação com o partido dos trabalhadores, o militante desliga-se do partido no final do ano de 2015. A razão principal desse desligamento seria o afastamento do partido dos ideais de luta que ele pregava no tempo da sua fundação e os escândalos de corrupção que o partido protagonizou. O militante afasta-se do PT e filia-se ao PCdoB, começando a participar da coordenação municipal do partido como secretário da comissão de movimentos sociais.

Em 2010, na organização de movimento social, o militante começa a fazer parte da coordenação estadual; concomitantemente, ele é convidado pelo governo de Tarso Genro a ocupar um cargo como FG no governo estadual como assessor pedagógico em uma coordenadoria regional de educação. O militante aceitou o cargo e começou a trabalhar dentro da estrutura estatal. Diferente de outros militantes que operam tanto na organização como coordenadores e como operadores dentro do Estado simultaneamente (militantes II e VII), esse militante pede o seu afastamento da coordenação da organização e fica atuando somente no Estado.

Após a sua gestão no governo Tarso, o militante volta a se inserir no movimento, porém pede o seu afastamento definitivo do movimento em 2016, por divergências ideológicas e uma acusação de enfraquecimento do movimento por causa da influência política partidária na gestão do Movimento Negro.

Entrevistado VI

A sexta entrevistada possui uma trajetória de múltiplas inserções, atuando no Estado, na organização de movimento negro e no sindicato da sua categoria. A ativista começou sua militância no Partido dos Trabalhadores, na década de 1980; concomitantemente começa atuar também na organização estudada, nos dois casos como membra fundadora. A militante afasta-se do Partido dos Trabalhadores (PT) e filia-se ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Em 2000, porém, se desfilia do PSTU e rompe definitivamente com partidos políticos.

A militante é servidora pública aposentada. Possuía um cargo técnico como coordenadora regional na área de saúde da população negra e de outras minorias sociais em âmbito municipal. Após a aposentadoria passou a atuar no Conselho de políticas raciais do município que reside, focando a sua atuação ainda dentro das estruturas estatais.

No sindicato a militante atua na secretaria de gênero e combate a discriminação racial como diretora de políticas sociais e inclusão racial, bem como faz parte da coordenação estadual da organização de movimento negro estudada.

Entrevistado VII

O sétimo entrevistado também possui uma trajetória de militância múltipla. Iniciou a sua militância no Partido dos Trabalhadores ao mesmo tempo em que se filiou a organização de movimento social estudada. Nos dois espaços foi membro fundador.

O militante atua como vereador suplente na câmara de vereadores de Porto Alegre. Além dessa atuação, também participa ativamente das comissões raciais dentro do partido. Ele foi, juntamente com o entrevistado IV, coordenador adjunto da secretaria de combate ao racismo do PT na gestão partilhada de 2012-2014, ocupando, ainda, na gestão atual, a coordenação dessa secretaria.

Quanto a organização de movimento social negro, o militante participa da nova coordenação estadual, ocupando a coordenação de formação política, posição já ocupada por ele outras vezes.

-----*

As trajetórias mostradas aqui, mesmo que de maneira sucinta, permitem analisar os diferentes trajetos individuais de militância. Permite-nos observar as relações de múltiplas inserções militantes, pela qual os militantes atuam por dentro de diferentes esferas ao mesmo tempo.

Os dados mostram a estreita relação entre militância em organizações de movimento social, partidos e sindicatos. Nota-se que, em muitos casos, a militância começa nos partidos e depois se converge em militância no movimento social. O partido torna-se, muitas vezes, um condutor para o militante chegar ao movimento.

Os espaços como partidos, sindicatos e movimentos estudantis são, muitas vezes, a primeira experiência de militância do ativista. Esses espaços acabam abrindo caminho para uma militância mais específica. Pode-se dizer, portanto, que os partidos, sindicatos e grêmios estudantis são espaços impulsionadores de militância.

Mas naquela época eu não tinha consciência étnico-racial, não via diferença entre negro e não-negro. Sentia algumas experiências na pele, mas me negava a acreditar que isso era racismo. Mas quando eu fui encontrando outras pessoas dentro do partido que faziam essa discussão eu fui adquirindo essa consciência da questão racial. (Entrevistado V)

É interessante analisar, também, que alguns militantes iniciaram a sua militância ainda na década de 1980, começando no partido, muito antes da inserção no movimento (entrevistados II, III e V). Outros começaram a sua militância partidária concomitantemente com a sua inserção no movimento social (entrevistados VI, VII). Esse dado é interessante, pois evidencia que a atuação partidária não é somente estratégica. Os militantes não se inserem no partido somente para levar as suas demandas para o Estado, mas possuem uma relação de pertencimento político-ideológico com os partidos e os sindicatos. Entretanto, como veremos no capítulo cinco (5), aqueles militantes que mantêm relações com os partidos, os descrevem como ferramentas utilizadas por eles para a militância no movimento, fazendo referência ao partido sempre como algo a ser utilizado. As relações de pertencimento ideológico são sempre referenciadas ao Movimento Negro.

Ainda sobre a atuação no partido, é notório que todos os militantes em algum momento passaram pelo partido, e, ainda mais interessante, todos eles foram filiados ao Partido dos Trabalhadores. Entretanto, somente um militante (entrevistado IV) identificou o movimento como impulsionador para a sua inserção nesse partido. Em todas as outras trajetórias ou a militância no Partido dos Trabalhadores ocorreu em simultâneo com a militância no movimento ou ocorreu anteriormente.

Outro dado que chama a atenção diz respeito às relações de rompimento, tanto partidário como com a organização de movimento social. Das sete trajetórias de militância que constituem a amostra dessa pesquisa, três possuem histórias de rompimento, as três com partidos e duas com partidos e com a organização de movimento social. Essas relações de rompimento foram, de certa forma, motivadas pela ideia de autonomia do Movimento Negro (discussão que faremos no subcapítulo 4.2).

As trajetórias permitem observar ainda que os partidos políticos abrem caminhos para os militantes, não somente em direção ao movimento social, mas também possibilitam que se insiram na estrutura estatal. Como colocado no capítulo três (3), subcapítulo 3.3, os partidos também contribuem abrindo o trânsito entre as esferas societais e estatais. Dos quatro ativistas que exerceram algum cargo na estrutura do Estado, somente uma não o tinha ocupado por intermédio do partido, tendo ocupado aquele espaço como servidora/técnica concursada (entrevista VI).

Observamos que nenhum dos ativistas manteve uma única inserção militante durante a sua trajetória. Todos eles, em algum momento, tiveram uma relação com outras esferas de

militância que não o movimento social, seja em partidos, sindicatos, movimentos estudantis, ou mesmo dentro do Estado. Vimos, porém, que essas relações são fluidas, com processos de filiações e desfiliações.

Apresentamos no quadro abaixo uma sintetização dos espaços de militância que, no momento da pesquisa, os militantes ocupavam, lembrando que os ativistas apresentam, na sua trajetória, uma contínua experiência de filiações e desfiliações. Apresentamos esse quadro como uma fotografia tirada no momento da pesquisa de campo, observando que essas relações podem variar com o tempo.

Quadro VI- Espaços de militância dos entrevistados

	Militância na organização estudada	Militância em Partidos	Atuação no Estado	Militância em outras organizações¹²
Entrevistado I	Sim	Não	Não	Sim
Entrevistado II	Sim	Sim	Sim	Não
Entrevistado III	Não	Não	Não	Sim
Entrevistado IV	Sim	Sim	Não	Não
Entrevistado V	Não	Sim	Não	Sim
Entrevistado VI	Sim	Não	Sim	Não
Entrevistado VII	Sim	Sim	Sim	Sim

*Quadro produzido pela pesquisadora

Como apresentado acima, é notória a atuação dos ativistas em esferas além do movimento social negro. Essas relações de múltiplas inserções é o que analisaremos no próximo tópico, focando a análise nas relações conflitivas geradas pela múltipla militância.

4.2 A MÚLTIPLA MILITÂNCIA

No início se achava que isso era dupla militância ou tripla militância, mas depois se viu que sem isso não se ia há lugar nenhum. (Entrevista VI)

¹² Organizações de ordem religiosa, sindical ou coletivos menores de militância racial.

A múltipla militância é um fenômeno comum se tratando de militantes dos movimentos sociais brasileiros (MISCHE, 1997). A atuação em diferentes esferas de militância é observada também no caso da militância negra; as relações entre movimento, partidos, estrutura estatal, sindicatos, etc., são recorrentemente observadas nas trajetórias de militância dos ativistas do Movimento Negro brasileiro.

Essas múltiplas inserções, apesar de não constituírem exceção, não são, de maneira alguma, isentas de conflitos. Muito pelo contrário, essa atuação nas diferentes esferas é altamente conflituosa.

Os conflitos - tanto externos quanto internos à atuação dos indivíduos - frente às diferentes demandas de cada espaço de militância, a percepção dos indivíduos dos ganhos e perdas de atuar em múltiplas esferas, é o que abordaremos nesse subcapítulo.

4.2.1 ‘Ser movimento, partido e Estado’: a militância múltipla

Os militantes possuem diferentes visões sobre a múltipla militância, principalmente no que diz respeito aos espaços ‘lícitos’ para a militância. Enquanto para alguns ativistas os partidos se constituem em uma boa opção para a militância, outros espaços como o Estado, por exemplo, causam cooptação e abandono da causa. Há, ainda, aqueles que elegem o partido como o causador de males como enfraquecimento e desmobilização do movimento, tornando a militância nessa esfera perigosa para o movimento social.

Dos militantes que fizeram parte da pesquisa, somente dois possuíam, no momento da pesquisa empírica, militância tanto na organização de movimento social, nos partidos e também no Estado (entrevistados II e VII). A entrevistada II, quando indagada sobre as suas múltiplas inserções, começa falando sobre a importância de se manter fiel à ‘causa’, que antes de tudo vem o Movimento Negro. A relação de pertencimento e a identidade negra são trazidas nesse momento para definir a relação que se coloca com as outras esferas. Os outros espaços são colocados a serviço do movimento e da causa negra.

Você tem que se manter firme, e você tem que ser um braço do movimento social. Foi o que nós fomos quando eu era coordenadora da CEPPIR (*comissão especial de políticas raciais da empresa estatal que a entrevistada trabalha*). Eu era um braço do movimento social negro. Contribuí, ajudava a necessidade, construir junto com

o movimento, estruturar o Movimento Negro, e isso é que tem que ser feito. (Entrevista II)

Fazer parte do Estado assume importância, o fato de ser uma funcionária estatal também é lembrado. Ser uma profissional que tem deveres para com a instituição, tanto quanto para com a organização de movimento social, é colocado como algo definidor da sua atuação. É reforçado o compromisso com a instituição, ao mesmo tempo em que é reafirmado o compromisso com a causa negra e com o movimento.

Pra tu ver o que eu tenho hoje, essa experiência que eu tenho tem tudo a ver com o meu trabalho, por exemplo, eu tenho uma obrigação que é ética dentro dessa instituição, eu tenho cargo político, mas antes de tudo eu sou uma profissional dessa instituição. E ao mesmo tempo eu tenho que primar pela luta, não deixar que ela esmoreça, e não deixar que os vícios da sociedade atrapalhem. (Entrevista II)

A militante descreve algumas dificuldades em ocupar esses múltiplos espaços, as relações conflitantes que se estabelecem. Mesmo que, ao se colocar nesses espaços (partido e estruturas estatais) como, antes de tudo, militante da causa negra com a função de levar as demandas do movimento, a militante reconhece a excentricidade da posição que ela ocupa, sendo, ao mesmo tempo, movimento, partido e Estado. Ela reconhece que essa posição causa, no mínimo, desconforto.

Eu me prontifiquei pra ficar somente na organização, somente no movimento social, que é uma forma que eu tenho de cobrar, porque é uma posição estranha essa, quando a gente ocupa espaços de poder, mas se os brancos podem, nós também podemos. É estranho quando eu digo que quando eu luto eu ajudo o governo, a minha organização ajuda o governo a construir políticas públicas, ao mesmo tempo eu estou do lado de cá, eu sou militante, eu cobro o governo. Ao mesmo tempo eu sou gestora e eu sou cobrada, enquanto gestora, pelo movimento social e por mim mesma. Eu sou cobrada enquanto gestora, sou cobrada enquanto governo, eu sou do partido do governo, e eu também cobro, então é uma miscelânea. (Entrevista II)

Ao mesmo tempo em que a militante concorda que a posição ocupada por ela é confusa do ponto de vista das cobranças e do papel que o movimento social ocupa na sociedade, o de cobrar o governo, ela resolve o dilema causado dela sua múltipla militância:

Nós usamos da estrutura do Estado para demandar para o movimento social, transformando o Estado em um espaço de continuidade do movimento social. [...]

Então é muito difícil essa relação, ora tu está aqui: 'eu sou governo', ora tu estás aqui: 'eu sou movimento social'. Como tu lida com isso frente a frente? Tu pegas as demandas do movimento social e vem pra dentro da institucionalidade trabalhar os temas. (Entrevista II)

Quanto às pressões que se colocam frente às diferentes demandas que são postas pelas esferas (movimento, partido e Estado), a militante traz novamente a identidade e o pertencimento ao movimento como ponto zero, como a base para as suas ações. É retomada a importância de não se ‘vender’, manter os valores do movimento social. É lembrado que a obrigação é com o movimento social, e que em qualquer lugar a ação deve ser propositiva, deve-se levar as demandas do movimento.

Enquanto o negro do movimento social manter também a coerência e ser propositivo, tem que cobrar, não pode temer. Quanto tu está nesse lugar ou tu vai ou racha. Você precisa manter a sua posição. Propor, tu entra dentro da institucionalidade e tu propõe, tu conduz, tu mostra os caminhos, tu mostra as necessidades. (Entrevista II)

Na fala da militante notamos que a militância múltipla causa conflitos, principalmente internos. A miscelânea de ser movimento, partido e Estado, causa conflito quanto à sua referência frente aos espaços em que atua. Esses conflitos, por sua vez, são resolvidos quando a militante se coloca nesses espaços como militante da causa negra, resolvendo os conflitos vivenciados colocando a sua identidade como militante acima das demandas do partido e da atuação como profissional. Assim, utiliza-se desses espaços como segmentos do movimento social.

Parecida com a fala da entrevistada II é a fala do entrevistado VII. Este, porém, tem uma singularidade: ele não parece perceber os conflitos das múltiplas inserções. O movimento, o partido e o Estado parecem ser uma coisa só.

A gente nunca deixa de ser uma coisa ou outra. Eu sou aqui contigo, mas aqui eu sou o PT, sou movimento social, sou negro, sou pobre. Só a pauta, na hora, que diz pra onde eu me referencio. (Entrevista VII)

Nos dois casos, a definição como militante de uma causa, a causa negra, transcende os espaços de atuação, os interligando, transformando todos em espaços de militância.

Diferente dos entrevistados II e VII, o entrevistado V, ao assumir um cargo como FG no governo estadual, colocou o seu cargo de direção da organização à disposição. Esse posicionamento do militante é dado pela compreensão de que seria impossível assumir, dentro do espaço de governo, a posição de construtor e implementador de políticas raciais e, ao mesmo tempo, estar dentro da organização de movimento social cobrando essas políticas.

E aí, por uma decisão pessoal, eu apresentei um pedido de afastamento do meu cargo na coordenação estadual da organização, porque achava incompatível estar em um cargo de governo e estar na direção do movimento social. Porque normalmente os movimentos, eles pautam o governo, e os governos eles tem que dar resposta aos movimentos. Na minha opinião, não era compatível ocupar os dois espaços simultaneamente. Nós tivemos naquela época e naquela direção outros companheiros que estavam em cargo de governo e não ligaram, ficaram na direção da organização e no governo. E eu respeitei a escolha, mas eu, a minha escolha individual, foi ‘bom eu vou pro governo, eu quero que o movimento me cobre enquanto governo o que é possível fazer. Eu não quero ficar na organização, na direção da organização e dentro de um espaço de governo’. Então eu me desliguei da direção naquela época e fui me dedicar ao governo (Entrevista V)

Essa posição do militante mostra a sua percepção sobre a militância múltipla. Mesmo que compreenda que é ‘lícito’ um militante ocupar espaços governamentais, ou militar dentro do Estado, o militante compreende que não seria correto ‘misturar’ os dois espaços. O certo seria, estando no Estado, afastar-se da organização de movimento social, para que ela possa cumprir o seu papel, o de cobrá-lo enquanto Estado.

Apesar da ocupação do espaço dentro do Estado ter sido para implementar políticas raciais ou fazer andar as demandas da organização, há na fala do entrevistado a construção de momentos distintos, um de militante e outro de gestor. Um em que se reclama a política e outro onde se implementa a política.

Notamos na fala dos três entrevistados, que há duas visões distintas sobre a múltipla militância. Uma em que se interconectam os espaços de atuação, movimento, partido e Estado, eliminando o conflito, principalmente interno, ao definir todos os espaços como espaços de militância. Outra em que se separam os espaços, constituindo para eles papéis e momentos distintos, o momento em que se está na organização de movimento social e demanda para o Estado, e o momento em que está no Estado e constrói a política demandada pela organização.

Podemos perceber que há duas percepções distintas sobre a militância e os espaços de atuação: uma em que os espaços (movimento, partido e Estado) são tidos como complementares, pois são utilizados pelos ativistas para a sua militância; outra, em que cada umas das esferas de atuação possuem a sua própria especificidade, não sendo necessariamente espaços de militância racial. Em uma não há conflitos, e na outra o conflito é inerente.

Os conflitos internos e externos, frutos da militância múltipla, se fazem notar principalmente no que tange à noção de pertencimento, ou, como colocado na fala da

entrevistada II, ‘na definição de que deus tu quer servir’. As relações de conflito interno e externo causados pela múltipla militância é o que abordaremos a seguir.

4.2.2 Os conflitos internos e externos

Quanto perguntado para os entrevistados sobre os conflitos vivenciados por eles por causa da sua múltipla militância, as pressões vivenciadas pelos ativistas, e os ganhos e perdas pela sua múltipla inserção, três tipos de resposta foram obtidas: não há conflito (entrevistado VII); há conflito e ele é externo (entrevistado IV e V); e há conflito e ele é externo e interno (entrevistado II).

O entrevistado VII, que faz parte da coordenação da organização, é coordenador da secretaria racial do PT e ainda ocupa um espaço no legislativo municipal, fala sobre a ausência de conflitos na ocupação desses múltiplos espaços. Ele, como a entrevistada II, traz a questão do pertencimento, a identidade negra, que é representada pela atuação na organização de Movimento Negro. A ‘causa’ torna-se o referencial identitário utilizado para circular e interligar todos os espaços.

O militante usa como metáfora a utilização de camisas, a camisa movimento social, a camisa partido, a camisa Estado. O militante coloca que o conflito começa quando não se sabe qual camisa é a mais importante, quanto o militante não tem uma camisa que prepondera sobre as outras.

As pessoas entram em conflito. Tu tá falando em conflito pra fora. Mas eu tô falando em conflito interno. É muito difícil, é muito complicado. Aí eu falo assim, as metáforas das camisas. E ao fim, qual camisa tu tá usando mesmo? A partir da onde que tu fala? ‘eu tô falando do movimento social’. Notou? Isso é evidente. Não é do PT que eu tô falando, não é essa camisa que eu tô usando. Ela está lá em baixo, vou dizer que a gente usa três camisas. É muito complicado. Mas eu vou dizer o seguinte: Eu nunca tenho conflito. Eu tenho muitas convicções. Quando eu falei pra ti que muitas vezes a gente perde em nome da luta social é verdade. O governo Tarso, agora recentemente, eu recebi 7 convite pra trabalhar com ele, 7 convite, não aceitei nenhum, e alguns recebiam 7 mil, 10 mil e 12 mil. Eu não aceitei nenhum. Qualquer pessoa em outro momento faria isso. (...). Eu sempre coloquei na frente a minha camisa, por que tenho um lado, e esse prepondera sobre os outros. Tem uma camisa que prepondera sobre as outras duas. Se alguém me convida pra uma seção na câmara e no mesmo dia pra uma atividade do Quilombo Silva, que eu tô desde 1983, evidente que eu vou optar pelo Quilombo Silva. (...) Não tem conflito, e o conflito que tem a gente tira de letra. (...) É difícil, mas tem que ter coragem. Como eu chamo ‘prioridade zero’. E na metáfora das três camisas tem uma camisa que tem que preponderar sobre as outras. Senão aí dá conflito. Conflito de existência. (Entrevista VII)

As camisas são utilizadas como uma metáfora para as relações de pertencimento. A ausência de conflito é causada pelo posicionamento do militante. Se ele coloca a sua causa - a causa negra - acima das demais demandas dos espaços, segundo o entrevistado, ele não entra em conflito.

A visão desse militante sobre os conflitos e suas soluções é parecida com a da entrevistada II. A diferença é que a entrevistada II não ignora os conflitos, admitindo que a militância múltipla gerou situações conflitivas no caso dela. As relações com os partidos e com o espaço estatal causaram desconforto e conflitos, tanto de ordem interna como externa.

Os conflitos internos se dão, sobretudo, na questão do pertencimento identitário. No caso da entrevistada II, a militante já possuía tanto uma relação com o espaço estatal em que ela trabalhava - já que ela atuava na empresa por quase trinta anos - quanto com o partido, em que militava desde a sua adolescência. O local de trabalho e o partido tornaram-se parte importante da sua identidade. O conflito aí aparece como algo significativo na fala da entrevistada, pois as relações de pertencimento vão além do movimento social. Se nesse caso também utilizarmos a metáfora das camisas, creio que a definição da camisa mais importante será muito mais complicada. Ainda assim, a militante coloca que o serviço dela tanto no Estado quanto no partido é cumprir as demandas da organização.

Há, no caso dessa ativista, um tensionamento identitário: de um lado as identidades sociais - negra, trabalhadora, servidora pública - e de outro lado as identidades coletivas - militante partidária e do movimento social. Essas identidades acabam por ser hierarquizadas na fala da entrevistada, sendo a identidade coletiva, a de militante do movimento, principalmente, assume a frente, sendo reiterada como a identidade definidora que guiará o seu posicionamento e atuação tanto no partido quanto dentro do Estado.

A militante coloca também que além dos conflitos internos, de ser partido, Estado e movimento, há ainda conflitos externos. A relação entre movimento e partido nem sempre é pacífica, e quando você decide se posicionar a favor do movimento negro você sofre pressões e sanções da parte do partido.

Então quando você quer fazer, insiste em fazer um movimento em favor do movimento social, dentro do organismo do partido, tu é rechaçado, na maioria das vezes tu perde o seu espaço. É aí que eu digo que só os fortes sobrevivem. Eu hoje na CEPPIR não faço mais parte do quadro. E me pergunta porque, porque eles estão a mando do nosso partido e não da causa negra. (Entrevista II)

As relações ficam mais conflitivas quando, além de ocupar os espaços do partido, são ocupados espaços no governo. A militante coloca que a ocupação de um cargo político no governo causa ainda mais conflitos externos, pois como militante é necessário cobrar as promessas não cumpridas pelos partidos e o que não está sendo implementado pelo Estado por falta de compromisso da gestão.

Mas aí o partido vai, me disseram uma vez que o partido vai te cobrar por que tu tá dizendo que o governo não fez isso, não fez aquilo. Bom, se o partido está mesmo trabalhando de fato uma política pública ele não tem que me cobrar, ele tem que fazer uma autoavaliação, e ver porque isso não está ocorrendo já que isso é proposta dele próprio. (Entrevista II)

Fazer parte da estrutura estatal em um cargo político dado ao militante pelo partido causa muitos conflitos, principalmente dentro do espaço partidário. O entrevistado V, ao falar sobre o momento em que atuava no governo como FG, traz à tona situações conflitivas em que o militante, por perceber que havia um desinteresse da parte do Estado com a implementação da lei 10.639¹³, denunciava para o movimento.

[...] Muitas vezes, diversas vezes causou stress, ficaria aqui citando a noite inteira. Até porque eu sou uma pessoa muito polêmica, não sou de ouvir as coisas e aceitar com muita facilidade. Sou muito questionador. Então, por exemplo, quando eu estava na frente da coordenadoria, a gente tinha um processo... Infelizmente a gente vive numa sociedade capitalista e tudo depende de dinheiro pra fazer as ações que a gente propunha dentro da coordenadoria. E a verba vinha através de projetos que a coordenadoria enviava pra cá, pra Porto Alegre, pra sede da Secretaria Estadual de Educação, defendendo esses projetos, dizendo que a gente precisa de tanto pra fazer isso. Assim como eu era assessor pra implementação da Lei 10.639 havia assessoria pra implementação de outras políticas. E não raras as vezes o recurso que nós solicitávamos pra implementação da promoção de igualdade racial nas escolas vinha atrasado com relação a outras assessorias. Nós éramos os primeiros a apresentar os projetos e bem embasados teoricamente porque a gente buscava pessoas qualificadas pra contribuir com a construção desse projeto. Então eram bem embasados, bem justificados, com valores dentro da realidade, nada absurdo. Mas outros que apresentavam projetos bem depois de nós recebiam o recurso antes. Então a gente ia lá e brigava, e a gente vinha no movimento e dizia: vocês tem que ir lá, de dentro do governo eu saía e dizia pro movimento: ‘vocês tem que ir lá ver isso porque a assessoria de educação ambiental tá ganhando recurso pra viajar pro interior do estado, conhecer a serra gaúcha, os Pampas, e outros lugares e nós estamos pedindo dinheiro pra ir ali em Canoas pra fazer uma discussão com quadro e com giz ou Datashow, com recurso mínimo, fazer uma discussão sobre a implementação da Lei e não dá’. E as pessoas não gostaram muito de eu tomar a iniciativa. ‘Pô tu tá no governo, tu é do partido e tu tá nos denunciando pro movimento’. ‘Mas se não

¹³ Lei 10.639: Lei de 9 de janeiro de 2003. A lei 10.630 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

denunciar vocês não andam’ ‘ se o movimento não pressionar vocês não fazem’. Como eu te disse, nos governos do PT, nos governos de esquerda, a tendência do movimento é esfriar. Então a gente sentia a obrigação de vir e denunciar pro movimento. Isso acabava causando um desconforto. Eu vim na plenária do movimento aqui em Porto Alegre e disse exatamente o que eu tô te dizendo, o recurso tá vindo pra outras assessorias e não tá vindo pra nós. Daí o recurso vinha e assim que o recurso vinha a gente conseguia implementar. (Entrevista V)

Esse ato de denuncia para a organização do movimento negro era visto como uma traição dentro do partido. O que causava ainda mais mal-estar para o militante.

[...] pressionado de certa forma não, por que sempre consegui conectar uma coisa com a outra, mas a momentos que o movimento caminha pra um lado e o partido para o outro. Então cria uma certa dicotomia que não consegue se situar muito bem, ‘olha eu vou pelo partido ou eu vou pelo movimento’. Lá você tem que se posicionar, então nesse caso eu sempre tomava a decisão pelo movimento. E o partido entendia isso, nesse caso não é uma pressão é uma opção. (Entrevistado IV)

Os conflitos ocorrem, na maioria das vezes, por causa de diferentes demandas dos espaços; nesse caso os militantes têm de optar por qual caminho devem seguir. Todos eles dizem optar sempre pela organização, mantendo-se fiel ao Movimento Negro e, assim, à causa negra. O interessante é que somente uma fala, a da entrevistada II, expõe os malefícios da múltipla militância, observando que se ela atuasse somente no partido, teria mais ganhos, principalmente profissionais. Entretanto, dada a sua atuação em simultâneo na organização de movimento social e a necessidade de fazer o enfrentamento ao partido, que nesse caso era governo, a militante, como ônus à sua atuação, teve perdas profissionais.

[...] Vamos dizer assim, se eu fosse só do partido, se eu não tivesse as inúmeras vezes que bater no partido pra poder chegar uma conquista do movimento social negro, uma forma construtiva de fazê-lo, provavelmente eu teria mais sucesso financeiro, profissional, enfim, todos os benefícios de quem vai pra dentro do partido de faz de conta. Provavelmente eu teria muito mais. (Entrevista II)

A militante, além de assumir os conflitos internos e externos causados pela militância múltipla, assume também que esse tipo de atuação causa um ônus muito grande ao militante, tanto físico quanto emocional e financeiro. Um dos maiores ônus da militância múltipla são as acusações de cooptação que os militantes enfrentam dentro da organização de movimento social, causando conflitos e fragmentação dentro do movimento negro. A acusação de cooptação está intimamente ligada à ideia de autonomia, à percepção da quebra da autonomia do movimento. A ideia de autonomia em contraponto às acusações de cooptação será tratada no próximo tópico.

4.2.3 ‘O movimento é autônomo!’

[...] em primeiro lugar é importante tu saber que a [Organização de Movimento Negro estudado] é uma organização independente. Uma organização independente, ela não é ligada a partidos, não representa nenhum partido, existe sim uma, até pela forma de pensar né, o que existe na verdade é que coincidentemente os militantes da organização geralmente são filiados a partidos de esquerda, como PT, PCdoB. Poucos são os militantes que são militantes de direita ou não são ligados a partido nenhum. (Entrevista II)

Quando perguntado para os militantes que atuavam em mais de um espaço de militância sobre os conflitos gerados pela militância múltipla, todos descreveram conflitos com os partidos e dentro do Estado, não abordando os conflitos dentro da organização de movimento social. O motivo parece óbvio: passar um ar de consenso, de unanimidade dentro da organização.

Dois ativistas que atuam fora de partidos e na esfera estatal (Entrevistados I e III), entretanto, mostram em suas falas a fragmentação, as disputas, os conflitos dentro do movimento frente à múltipla militância de alguns dos seus membros.

Nessas falas a noção de autonomia surge como aspecto central para o questionamento da atuação nas esferas do partido e do Estado. Há uma fala sobre a perda da autonomia do movimento, intervenção dos partidos políticos, e abandono dos princípios originais da organização.

[...] continuo filiado a organização, mas em função de mudanças de rumo e, digamos assim, uma ruptura por parte da maioria da direção com os documentos básicos que implica na autonomia em relação aos partidos, em relação ao Estado e em relação ao governo, nós nos articulamos nacionalmente em uma facção pública, que defendia essencialmente os documentos básicos originais da organização, principalmente no que tange a autonomia. (Entrevista III)

A percepção da perda de autonomia do movimento frente à atuação partidária fez com que parte dos militantes dessa organização se organizassem em uma facção, a qual reivindica o fim da influência do partido nos direcionamentos da organização.

A fala do entrevistado III vai ao encontro do pensamento da entrevista I, que, ao analisar a situação da organização, também percebe uma forte influência dos partidos políticos. A militante, então, se uniu a uma nova linha dentro da organização que tem como

princípio a atuação não partidária, promovendo, assim, na visão dela, uma organização de fato independente.

Entrevistadora: e qual seria essa terceira via?

Militante: A gente ainda está vendo nomes, ainda não tem. A princípio seria uma Organização independente.

Entrevistadora: Independente...

Militante: de partido, de corrente de partido. [...] Pra mim movimento independente é quem não tem partido. (Entrevista I)

Já nas falas dos ativistas que mantém relações com os partidos e com a estrutura estatal (Entrevistados II, IV, VII), há uma alegação de independência da organização frente aos partidos e ao governo. Esses ativistas diferenciam a atuação da organização em sintonia com os partidos da ‘cooptação’ da organização pelo partido.

Nesse sentido, há uma volta ao discurso de pertencimento ideológico, da defesa da causa negra dentro dos partidos e da esfera estatal. Todos reconhecem que existiram e existem casos de cooptação de certos militantes, mas reafirmam que isso se dá quando não há uma firmeza de caráter por parte do militante, quando ele não tem firmeza sobre ‘qual camisa é a mais importante’. Há, nessa fala, uma negação de cooptação por parte da organização, e sim uma alegação de casos de cooptação de indivíduos dentro da organização. Os casos de cooptação, portanto, seriam sempre individuais, o que manteria a organização autônoma e independente frente a esses casos.

Vemos também que há percepções diferentes sobre a autonomia da organização entre os que defendem que a organização é autônoma. A primeira delas diz respeito à concepção de que a autonomia da organização se justifica pela formação dela ter acontecido de maneira separada dos partidos. O fato de que a organização não ter surgido do PT, mas ter surgido separado e antes do partido, mostra a sua autonomia.

[...] diferente de nós, a [nome de outra organização de movimento social negro] tem uma característica, ela é do PCdoB, nós não somos do PT. Nós podemos até, muitas vezes caminhar juntos, mas não somos. (Entrevista II)

O fato de essa outra organização de movimento social ter surgido a partir do PCdoB leva a uma relação de maior dependência e de pertencimento ao partido, segundo a entrevistada. Já a afirmação de não pertencer ao PT, retoma a ideia de independência partidária. A relação com o partido é legitimada pela caminhada da organização e do partido, os quais, em alguns momentos, se interconectam.

Outra forma de legitimação da autonomia da organização, segundo a entrevistada VI, é o fato de nenhum dos ativistas da organização ocuparem espaços institucionais como movimento social. Segundo a entrevistada, a organização não teria nenhum vereador, não estaria em cargo de gestão, etc.

E a organização é autônoma e independente, não tem ninguém da organização. Nós temos militantes em vários partidos com cargos, mas eles não são vereadores da organização, não existe nenhum cargo da organização. Ela é autônoma e independente. Nós não estamos em nenhum cargo de governo enquanto entidade. (Entrevista VI)

Nesse sentido, a organização não ocuparia o Estado, os militantes sim. É trazida, novamente, a separação entre organização e militantes. O interessante é que todos os militantes, com exceção da entrevistada VI, que fez essa colocação, afirmam que ocuparam espaços institucionais em nome da organização e da causa do Movimento Negro. A atuação nesses espaços institucionais é justificada como atuação do Movimento Negro, sendo levadas as pautas e demandas do movimento.

Podemos observar que existem múltiplas percepções de como se dá a atuação da organização. Alguns militantes veem a organização como dependente do partido e, de certa forma, inoperante. Outros defendem que a organização atua dentro da institucionalidade, mas se mantém apartidário e atuante como movimento social desvinculado de partidos e do Estado. Ainda tem militante que separa a atuação institucional da organização de movimento social da atuação institucional de militantes específicos. Entretanto, há uma unanimidade na fala dos ativistas: a necessidade de autonomia e independência da organização. Todos os militantes compreendiam a necessidade do apartidarismo, não permitindo a influência dos partidos nas decisões do movimento. As diferenças começavam pela percepção de cada ativista sobre como se alcançaria essa autonomia.

Considerações Finais

Faz-se necessário sistematizar alguns dos argumentos apresentados nesse capítulo. Primeiramente, quanto às trajetórias dos ativistas, é perceptível a intersecção entre organização de movimento social e partido político - no caso da organização estudada, o Partido dos Trabalhadores. Não raros casos a militância iniciou-se no partido e foi levada a organização. As redes familiares e de convivência tornam-se fundamentais para explicar o trânsito entre movimento social e partido político.

Os partidos, por sua vez, possibilitam aos militantes adentrarem no Estado. Dentre os sete entrevistados, quatro deles apresentam atuação dentro do Estado, dois como FG possibilitado pelo partido e outro como cargo eletivo. Somente uma militante apresentava cargo técnico sem vinculação partidária. O partido permitiu a entrada desses militantes no Estado, abrindo para eles a porta para a atuação institucional.

Entretanto, notamos que a atuação dentro do partido não é vista por todos os ativistas como boa para a organização social. Apesar de todos os ativistas terem passado por partidos políticos, há três casos de desfiliação partidária. Em todos os casos, a tentativa de interferência do partido na organização foi colocada pelos ativistas como pelo menos uma das causas para a desfiliação, sendo esse também o motivo alegado por dois deles para a desfiliação tanto do partido como da organização.

Como no argumento de Goldstone (2003), constatamos que os partidos políticos apresentam grande importância para o movimento. Quando analisadas as histórias dos ativistas em particular, a intersecção com os partidos assume uma configuração específica. Apesar de, na fala dos ativistas, os partidos aparecerem como órgãos auxiliares a organização social, utilizados por este para levar adiante as suas demandas, vimos que a entrada no partido, em alguns casos, foi anterior ou concomitante à entrada na organização. Isso demonstra um vínculo de pertencimento ideológico com os partidos, que foi menosprezado na fala dos militantes em detrimento do vínculo de pertencimento ao Movimento Negro.

Nas trajetórias dos ativistas entrevistados notamos que a múltipla militância é uma prática recorrente entre os militantes, principalmente na militância partidária, o que corrobora os estudos de Goldstone (2003).

A autonomia da organização frente ao partido e ao Estado é reiterada a todo o momento como essencial para a sua atuação. Os ativistas, entretanto, possuem diferentes visões de como alcançar essa autonomia. Alguns buscam separar as esferas, não misturando militância partidária com militância social; outros se afastaram dos partidos, e ainda há os que buscam a autonomia tentando bloquear as tentativas do partido de intervir da organização de movimento social.

Para os militantes que possuem dupla militância (movimento/partido) ou tripla militância (movimento/partido/Estado) os conflitos lembrados pelos ativistas são entre as esferas. Os conflitos, tanto no âmbito interno quanto externo, se dão pelas pressões e

demandas dos diferentes grupos a que pertencem. Nesses momentos o pertencimento a organização de movimento social é eleito como vínculo de maior preponderância, e colocado como definidor da atuação dos militantes.

Para os militantes que não possuem múltiplas inserções, os conflitos são dentro da organização, onde eles alegam uma luta constante contra a ação partidária.

Foi possível perceber diferentes percepções dos ativistas sobre a autonomia e como alcançá-la. Há, também, percepções distintas sobre as múltiplas inserções e sobre os conflitos. As percepções dos ativistas nos parecem centrais para compreender a atuação dos mesmos, bem como uso ou não dos partidos e das estruturas de Estado. Ainda trabalhando com as percepções, no próximo capítulo apresentaremos as percepções dos militantes sobre os espaços tanto de militância quanto institucionais, relacionando-os com os repertórios que os ativistas utilizam.

5 AS PERCEPÇÕES SOBRE A REALIDADE SOCIAL E OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO

Nesse capítulo apresentaremos as diferentes percepções sobre as esferas de atuação dos ativistas: o movimento, os partidos e a estrutura estatal (subcapítulo 5.1). Posteriormente, apresentaremos os repertórios de ação dos ativistas, bem como as suas percepções sobre esses repertórios (subcapítulo 5.2).

5.1 AS PERCEPÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS

Como visto no capítulo anterior, as percepções dos ativistas sobre a realidade social variam significativamente. Ao longo da pesquisa empírica foi observado que os ativistas, ao mesmo tempo em que compartilham de um mesmo ideal, divergem sobre a melhor maneira de alcançar os seus objetivos.

As percepções sobre os espaços de militância parecem centrais para se entender o porquê da ação dos militantes (o porquê da escolha de determinado repertório). Apresentaremos, então, as diferentes percepções dos militantes sobre cada uma das esferas estudadas - o movimento, o partido e o Estado.

5.1.1 Percepções sobre o Movimento Social: Entre a retaguarda e a ação política

Quando perguntado aos ativistas sobre suas percepções sobre o Movimento Negro, eles apresentavam duas visões distintas sobre o papel do movimento social: o papel do movimento seria **formular** propostas políticas; e o papel do movimento seria **formular** as políticas e **pressionar** (de fora) o Estado, possibilitando a implementação dessas propostas.

‘O movimento formula’

Havia nas falas dos ativistas uma percepção do movimento como formulador de políticas. O papel do movimento seria, nesse caso, formular problemas e respostas para os dilemas raciais encontrados na sociedade.

[...] Então a gente consegue transcender a questão do movimento. Por isso que eu te digo, o movimento elabora a proposta e usa o partido como ferramenta pra transformar isso em políticas públicas. (Entrevista IV)

Essa percepção está muito ligada aos repertórios de cooperação e infiltração no Estado. A organização de movimento social ficaria responsável pela elaboração teórica que guiaria a atuação dos militantes nos espaços institucionalizados. Além disso, seria, também, o espaço de diálogo onde as decisões sobre as políticas públicas seriam tomadas. A organização serviria, então, como suporte para a ação dos militantes em outras esferas, como partidos, sindicatos e o Estado.

Nessa perceptiva há uma percepção de um trajeto que, quando efetuado, permitiria a entrada do tema do movimento na agenda governamental. O movimento formula as políticas, os militantes levam essa formulação para os partidos e as implementam.

O movimento ficaria, assim, na retaguarda, e os partidos ficariam encarregados de agir politicamente em favor do movimento, levando suas demandas para dentro do Estado.

Eu entendo que dentro do movimento negro nós não teríamos condições de competir com o sistema político. Ainda mais com o sistema político como ele é organizado no nosso país. Um sistema representativo. No qual o movimento social, se você não tiver uma interlocução com qualquer partido político ele não vai ter voz. Ele vai ficar sempre à mercê dos partidos. Infelizmente. Se fosse como deveria ser, a representação partidária representa a voz da população, tal era pra ser, mas eu entendi, eu entendi a necessidade de, dentro do movimento, de participar do partido político. (Entrevista IV)

O entrevistado IV percebe que o movimento, para alcançar os objetivos, precisa agir em interlocução com os partidos políticos. A ação do movimento sem essa interlocução partidária não teria êxito. A institucionalidade se apresenta, nesse sentido, como necessária ao movimento, não sendo mais os repertórios tradicionais (de confronto) suficientes para alcançar a mudança social desejada.

Mesmo reconhecendo que a ação institucional do movimento social por dentro dos partidos seja necessária, novamente vemos conflitos entre a organização de movimento social e os partidos. O conflito principal colocado pelos ativistas é a interferência dos partidos nas formulações dentro da organização.

[...] É não mais eu, até hoje é uma das minhas brigas é essa, é que na verdade é o movimento que tem que levar pra dentro do partido, a política, e geralmente as

peças fazem ao contrário, levam a política do partido pra dentro do movimento, ou tentam, e aí alguns como eu ficam gritando atônitos. (Entrevista IV)

Há uma nítida separação dos papéis dos diferentes espaços, a organização de Movimento Negro sendo responsável pela formulação das propostas e o partido responsável por levar as demandas do movimento pra dentro do Estado. A maior crítica dos militantes é a tentativa dos partidos de interferirem dentro do movimento. A fala dos ativistas demonstra que o trajeto é em uma só direção, do movimento para o partido, nunca ao contrário.

Ai é que tá a diferença de atuação assim. Nós separamos muito bem a questão da proposta do movimento negro pra um espaço e depois a gente faz uma discussão partidária. Não levamos a proposta partidária pra discutir no movimento, eu pelo menos faço isso. (Entrevista IV)

Dentro do partido tu tem que deixar bem claro, dentro do partido e do governo que movimento é movimento e governo é governo. E isso é uma via, o movimento constrói política, o governo aplica. Esse é o movimento certo. (Entrevista II)

Apesar da fala oficial de que a construção das políticas se dá no movimento social e não do partido, e que há só uma via de mão única que leva do movimento para o partido e nunca ou contrário, há sim um intercâmbio de ideias entre as esferas, onde ideias do partido caminham em direção a organização de movimento social.

[...] Então nesse ano eu só vou ficar com o trabalho com o afro-empendedorismo. Isso não é no movimento é no partido, mas estamos tentando levar pra dentro do movimento.

Vimos, então, que apesar do movimento ser considerado o formulador teórico que demanda pra dentro do partido, o qual é um receptor e implementador dessas ideias, esses papéis são ambíguos e as relações conflituosas. O movimento não é o único formulador e o partido não é somente receptor.

‘O movimento pressiona’

Muito mais ligada ao repertório de confronto, a percepção de alguns outros militantes é a de que as organizações do movimento negro tem como função essencial agir externamente ao Estado, formulando as políticas e agindo de maneira extrainstitucional a fim de emplacar as suas formulações dentro da esfera estatal.

[...] Na última década ele [o movimento negro] se acomodou demais com os avanços dos governos progressistas. Muitos quadros foram ocupar espaços de governo, muitas lideranças foram pros governos. Nos cedemos muitos quadros aqui do Rio Grande do Sul pra ocupar espaços em quadros do governo federal, tanto no governo Lula quanto nos dois governos da Dilma. Quadros gaúchos que agora começam a voltar, por causa do processo de impedimento da presidente. Mas então, o movimento negro do Rio Grande do Sul de uma modo geral se acomodou, entrou em uma chamada zona de conforto, e eu fui sempre de estar na luta, eu não sou de me acomodar assim, e dentro do movimento eu sempre cobrei muito isso, da gente estar na rua, na ação, por que o movimento social tem que estar na rua, tem que estar cobrando, não importa se o governo é de esquerda ou de direita, se o governo é de um partido ou de outro. Se eu sou movimento social eu pauto o governo, nenhum governo de esquerda, de direita ou de centro, ele vai fazer nada pelo movimento social se o movimento social não cobrar. Os governos não vão vir até nós e dizer o que vocês querem que a gente faça, os governos precisam ser pressionados, em todas as áreas, sejam a área da juventude, das mulheres, LGBT, e o movimento negro não é diferente. (Entrevista V)

Há uma retomada do papel e do repertório tradicional do movimento, que além de formular as políticas, possui o papel de lutar, externamente ao Estado, para a implementação das políticas específicas do povo negro.

O repertório de confronto é acionado pela compreensão dos ativistas de que a organização deve agir de maneira autônoma em relação ao partido, tendo a possibilidade de ação desligada da esfera estatal. Apresentaremos a discussão sobre os repertórios no próximo subcapítulo (5.2), mas observamos que os ativistas, até mesmo por compreender os ventos das mudanças nas oportunidades políticas com o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e a ascensão do governo do presidente Michel Temer, por exemplo, retomam a necessidade de o movimento ‘ir pra rua’.

[...] O movimento ainda está fazendo reunião. Tem os conselhos, os conselhos em que a sociedade civil tem cadeira, representação, o conselho federal de cultura, educação, de saúde de segurança, todos os conselhos. O movimento negro está discutindo nesse momento se deve entregar suas cadeiras nesses conselhos e não reconhecer o governo [do presidente Michel Temer], ou se deve permanecer nessas cadeiras e dentro desses espaço de conselho fazer oposição ao governo. [...] Na minha opinião eles deveriam sair dos conselhos vir pro movimento social e fazer o enfrentamento nas ruas (Entrevista V)

Diferente da visão de que o movimento deve formular as políticas e utilizar os partidos e as suas posições na esfera estatal para inserir essas demandas no Estado, nessa perspectiva o movimento tanto formula as propostas quanto, ele mesmo, enquanto movimento social, leva essas demandas à frente.

Por exemplo, na questão da campanha para a reparação, nós vamos ter que estar organizados pra ter a interlocução com o nosso oponente, e pra isso você tem que estar em uma organização própria, por que se você está em uma outra organização política você vai estar submetido ao programa de uma outra organização política. Então, por exemplo, se você é um negro ou negra que está em uma organização política de esquerda, o máximo que a questão negra vai ser dentro dessa organização, vai ser uma secretarias de combate ao racismo, uma secretaria de opressões, sei lá eu. Nós achamos que isso não é o suficiente pra você combater uma questão do racismo que é estruturante na nossa sociedade, estruturante mesmo junto com a questão de classe (Entrevista III)

Nessa perspectiva, é retomado o peso que a organização possui, a sua trajetória e a importância para a ação política do país. A organização é visto como forte e autossuficiente, não necessitando dos partidos para negociar com o Estado. Ao contrário, a ação partidária é vista como um empecilho que a enfraquece e deslegitima frente ao poder estatal.

Na fala dos ativistas há duas concepções sobre o papel do movimento social: uma em que o movimento é visto como um formulador de propostas, ficando na retaguarda da ação política; e uma em que o movimento, além de formulador, assume o papel de levar as suas propostas à frente, lutar por elas, independente de partidos e de espaços na estrutura estatal, fazendo ele mesmo a ação política.

Essas duas perspectivas apresentam duas ideias distintas sobre como se produz a mudança social (aspecto que abordaremos no capítulo 6). São leituras diferentes da realidade brasileira. Enquanto alguns ativistas observam que sem a ação partidária a ação do movimento é ineficaz, outros acreditam que a ação do movimento social separado dos partidos e do Estado é completamente capaz de produzir a mudança social desejada.

Além da percepção sobre o movimento, as percepções sobre os partidos e sobre o Estado também são fundamentais para compreender a ação dos ativistas. Apresentaremos no próximo tópico as percepções dos militantes sobre os partidos políticos.

5.1.2 Percepções sobre os Partidos Políticos: Ferramenta ou Armadilha

Os partidos, da mesma forma que o movimento social, são vistos de maneiras diferentes pelos ativistas. Alguns percebem os partidos como **empecilhos** à ação do movimento; outros percebem, porém, que os partidos são **ferramentas** úteis para ação do movimento social.

‘O partido é um empecilho’

Os partidos são apresentados por alguns ativistas como uma armadilha à ação social. Uma das questões centrais é a autonomia do movimento. Há uma percepção de que a atuação partidária constrangeria muito mais a ação política do Movimento Negro quando o partido é também governo.

Há um entendimento de que os partidos tentariam intervir dentro da organização de movimento social negro, influenciando para garantir o seu apoio ao partido sem dar o respectivo retorno esperado.

A maior denúncia é a de cooptação, acusação de que militantes do movimento ligados aos partidos usam da estrutura da organização para garantir votos para o partido e, depois, usar dos votos como barganhas dentro do partido, alcançando espaços de poder na arena estatal.

O movimento praticamente não funcionou nesses últimos seis anos. No nível nacional, sofreu um esvaziamento brutal dos organismos e a militância que vinha e que foi responsável por essa desagregação, muito ligada a partidos e a governos, se transformou quase que um instrumento para garantir, se utilizar das nossas pautas para que alguns se apoderassem dentro dos partidos, e a partir daí negociar cargos, negociar localização em determinados espaços. (Entrevista III)

Além das denúncias de cooptação, alguns dos ativistas defendem a ideia de que o partido nada ou pouco faz pelo movimento, e que somente leva as pautas raciais para ganhar as eleições; rapidamente, após as eleições, esquece-se das propostas que ele mesmo formulou. A atuação partidária é assim representada como ineficiente para a organização, visto que os compromissos firmados com ela podem não ser efetivados.

A percepção dos ativistas sobre os partidos é de que o apoio não necessariamente traz retorno a organização social. As reivindicações feitas pelo movimento são, muitas das vezes, ignoradas pelos partidos.

[...] (risos) dou o meu voto, mas não uso eles assim pra nada. Até porque muitas vezes que a gente até precisou, a gente nunca foi em alguma atividade, a gente pede alguma coisa, a gente pede cópia, a gente faz solicitações de material pra trabalhar, e a gente nunca foi atendido e todas as vezes que nós tentamos, a gente não obteve retorno. (Entrevista I)

Há uma crítica à visão de que os movimentos utilizariam os partidos. De acordo com esses ativistas, na verdade seria ao contrário, os partidos se utilizariam das organizações de

movimento social, tanto na hora das eleições, quanto na hora de fazer oposição ao governo quando eles não estão no poder.

Também a questão político partidária que vem influenciando muito o movimento, querem que seus filiados sejam a direção pra poder ter descanso quando estão no governo e poder usar o movimento quando não estão no governo pra bater na oposição. Eu não me presto a esse serviço. A minha luta ancestral não é pra bater em partido nenhum. [...] a gente fica refém de um partido quando a gente fica escravo do partido, nós estamos trabalhando pra uma esquerda branca, que em última análise é esquerda classe média que não conhece a realidade das periferias e que não nos representa. Na verdade não nos representa. (Entrevista V)

É reiterado que os partidos, além de não contribuírem da maneira esperada pelo movimento, ainda causam problemas à ação coletiva, restringindo a liberdade dos ativistas, que, estando dentro do partido, não podem falar, questionar, e acusar o governo de inação (quando o partido é situação e não oposição).

Eu já fui, inclusive fui fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT) e do PSTU. Hoje eu não tenho partido. Hoje não, faz quinze anos ou mais que eu não tenho partido político. Não sou filiada a partido por que entendo que a gente fica mais livre. Não fica na exigência do partido pra poder implementar alguma coisa (Entrevista VI)

[...] por que as correntes [dentro do partido] eles te dão o norte da sua vida, você é comandado pelo partido, você é comandado pela corrente né, você não pode sair fora, você não pode falar fora do que eles acordaram, eles norteiam a sua vida, e não faz sentido. [...] é você não pode falar, você tem que saber o que você pode falar, isso não é vida. (Entrevista I)

Por último, ainda há uma visão de que os partidos, mesmo os de esquerda, são espaços branquealizados, na qual uma classe média branca, que não vive e nem compreende as realidade das periferias, decide. Os temas relacionados às causas raciais são sempre secundarizados, e por mais que os ativistas do movimento dentro do partido trabalhem e levem as demandas do movimento para dentro dessa esfera, a decisão última se dará pela elite partidária, uma elite branca. Então, em última instância, os próprios partidos é que discutem as hierarquias sociais e raciais, mantendo os mesmos padrões, relegando um lugar secundarizados às discussões raciais.

Dentro do PT o que mais existe é a uma discussão conceitual, teórica nas estâncias. Raríssimas vezes se tem ações práticas, propositivas, que causasse impacto na base, a discussão era muito mais teórica. Era produção de documentos pra fazer defesa de tese pra que a comissão branca do PT avaliasse pra ver se poderia implementar alguma política. (Entrevista V)

Não, os partidos são locais onde os brancos determinam. Eis a questão por eu ter saído fora, não foi só por isso lógico, mas a gente é pautado pela direção do partido, que sempre acha que não é importante o trabalho com a negritude, o investimento pra fazer algum trabalho (Entrevista VI)

‘O partido é uma ferramenta’

A percepção de que os partidos são uma ferramenta também é bem reiterada por uma parte dos ativistas do movimento. Como já colocado, apesar de não pacífica, a atuação nos partidos é vista como fundamental para o movimento, sendo um dos mais importantes repertórios de ação para a eficácia do movimento social.

Algumas conquistas do Movimento Negro, como a promulgação da Lei 10.639, demanda desde os anos 1980, somente tornaram-se políticas públicas através da ação partidária.

Tanto que o movimento negro só conseguiu galgar esse patamar em virtude das elaborações, das discussões, da inserção dentro de propostas partidárias, tanto que conseguimos levar isso a nível de políticas públicas, como a Lei 10.639 coisa que o movimento já discutia em 1978. (Entrevista IV)

O partido se apresentaria como um espaço útil ao movimento, um espaço que levaria as demandas do movimento pra dentro da esfera estatal. Entretanto, há também críticas muito parecidas com aquelas feitas pelos ativistas que veem o partido como um empecilho ao movimento: o partido como estrutura branquealizada, onde o tema da desigualdade racial é secundarizado; a crítica de que o partido somente leva a bandeira do movimento porque dá voto; e que os partidos não vão resolver a questão das desigualdades raciais, e que nem possuem esse intuito, até porque a luta racial é uma bandeira dentre tantas outras defendidas com mais afinco pelo partido.

Você não sabe como é difícil fazer o enfrentamento dentro do partido dos trabalhadores, por mais que é um partido que defende as questões das políticas públicas é um partido totalmente embranquecido. (Entrevista II)

[...] o povo negro luta pra que de fato, coloque, faça com que as nossas buscas, as nossas lutas de fato aconteçam, nós lutamos por nós, e os partidos lutam por eles. Não é pelo povo, eu tenho essa compreensão. Eu acho que os partidos aceitam a nossa luta como pauta por que dá voto, por isso que a gente vai pra dentro deles, pra que a nossa concepção, o nosso trabalho é ir pra dentro dos partidos políticos pra que essa concepção mude. Por que a princípio nós somos mais como pauta que dá voto. Nós somos apenas uma pauta que dá voto. (Entrevista II)

Eu vejo o partido político como um instrumento pra nós chegarmos a uma posição de igualdade étnico racial na sociedade, mas não que o partido tenha um fim em si mesmo, é só um mecanismo pra que nós alcancemos a igualdade. (Entrevista V)

O que difere da percepção dos primeiros ativistas é que o partido é entendido como uma arena de militância política, da mesma forma que o Movimento Negro. Leitão (2012), defendendo a diferença entre cooptação e institucionalização das demandas do movimento, vai dizer que a institucionalização não elimina o confronto político, somente leva-o para outra esfera. Ao invés de o confronto se dar entre movimento e partidos, ou movimento e Estado, o conflito se dá no interior dos partidos e no interior do Estado.

A ação dos militantes dentro do partido leva ao conflito, que antes se daria entre movimento e partido, para dentro do partido, transformando-o em uma arena de militância. Os militantes, então, brigariam dentro do partido, tentando trazê-lo mais para perto das suas demandas.

A percepção é diferente da primeira porque, apesar de fazer as mesmas críticas dos outros ativistas, é observado que o partido pode sim contribuir com o movimento, não por uma espontaneidade do partido, mas por influência do movimento dentro do partido.

Uma das coisas que eu sempre digo no movimento negro ‘tem que reivindicar, defender, propor, elaborar documentos’, quem tem que fazer isso somos nós, por eles isso não, é mais um. Sabemos que o Partido dos Trabalhadores, com todos os seus problemas que tem é o único partido que a gente consegue de fato unir e dialogar entre as bandeiras. Quais são as bandeiras, do feminismo, do homossexualismo, do negro, do índio, do sem-terra, de todos esses movimentos, dos quilombolas. Quando eu falo do movimento negro eu falo do geral, da mulher negra, da juventude negra, enfim. Então a gente consegue mesmo que pareça fragmentado. Esses fragmentos, cada núcleo desses fragmentos fazem a discussão mais ampla e eu não consigo enxergar isso nos outros partidos, pode ter o setor lá do negro, mas a gente não consegue enxergar isso, e digo mais, eu sempre, eu nunca espero nada do partido, eu sempre espero que o partido me ouça e leve a minha bandeira, é diferente eu nunca espero que o partido vá me beneficiar de alguma forma, por eu ser negro ou ser do movimento negro. Muito pelo contrário, eu utilizo dessa ferramenta pra que as propostas do movimento negro avance. Não entendo que o partido possa me beneficiar de alguma forma, nenhum partido tem isso com nenhum movimento, diga-se de passagem. Por que as discussões, as deliberações, as propostas daquele determinado segmento a gente tem que desenvolver isso pra que o partido leve a frente. O partido é a ferramenta pra que as propostas sigam avante. (Entrevista IV)

Observamos que, diferente das percepções sobre o movimento social, a discussão não é somente sobre qual é a melhor alternativa para a inserção das demandas do movimento no Estado, mas também sobre as perdas do movimento quando esse toma a decisão da ação partidária, sendo, antes de tudo, uma discussão de custo e benefício. A atuação partidária é mais custosa ou mais benéfica ao movimento?

Há, por um lado, uma percepção de que a atuação partidária é custosa, mas benéfica, que sem ela é quase impossível o movimento alcançar os seus objetivos, visto que o

movimento não é capaz de fazer frente ao sistema político. Há, por outro lado, uma discussão de que a atuação partidária traz pouquíssimos benefícios ao movimento, e que a ação extrainstitucional, ou a ação por dentro do Estado sem a intersecção com os partidos (caso da entrevistada VI), é muito mais eficaz, pois possibilita que a organização aja sem a interferência do partido, assim, com muito mais liberdade e autonomia.

Apresentaremos, por último, a percepção dos militantes sobre o Estado.

5.1.3 Percepção sobre o Estado: Espaço de militância ou Oponente

O Estado, diferente do movimento e do partido, foi muito menos abordado pelos militantes. Apesar disso, notamos duas percepções distintas na fala dos ativistas. A primeira é a percepção do Estado como um *espaço de militância* política. A segunda percepção é de que o Estado, na verdade, seria o *oponente* do movimento social, independente dos partidos políticos e da linha política que assuma o governo.

‘O Estado é um espaço de militância’

Muito ligado ao repertório de infiltração, o Estado é visto como mais uma arena de militância. O Estado é compreendido como um espaço de ação política, em que militantes do movimento implementam ações de combate ao racismo.

Como uma opção ainda mais eficiente do que a ação partidária, a ação por dentro do Estado é vista como uma opção capaz de produzir mudanças ainda maiores do que a atuação por meio do partido. A diferença é que na ação partidária, por mais que o movimento atue inserindo as propostas de políticas no programa de governo, a implementação ainda é feita pelos brancos dentro do partido, não havendo garantia nem que se implemente a política, nem que a política implementada será mesmo como fora planejada dentro da organização de movimento social.

[...] por mais que exista uma proposta séria dos movimentos sociais, por mais que essa proposta seja levada pelo partido político para o governo, quem continua fazendo o gerenciamento disso são os brancos. (Entrevista II)

Diferentemente, quando os militantes implementam as políticas há uma garantia de que a política seja exatamente como planejado pela organização, não havendo erros de comunicação entre o desejado pelo movimento e o implementado pelo governo.

Em contrapartida, há militantes que, mesmo concordando, e até incentivando, a atuação partidária dos militantes, não veem com bons olhos a atuação dos ativistas dentro do Estado. Diferentemente da ativista VI que, atuando dentro do Estado como técnica concursada na área de políticas raciais se desligou dos partidos por compreender que eles eram um empecilho à sua atuação como militante, o entrevistado IV, compreendendo exatamente o contrário, faz uma crítica aos militantes que adentram a esfera estatal. Mesmo atuando ativamente na esfera partidária, sendo o secretário da secretária de políticas raciais do PT, o militante acredita que a atuação dentro do Estado gera, muitas vezes, a desmobilização política dos militantes e o abandono da causa.

Mas aí o que acontece, qual é a nossa crítica ferrenha, com relação à isso, que a partir do momento que um militante parece, veja bem eu não to dizendo que é, mas parece que o militante só atua na militância quando ele não tem o cargo. Quando ele tem o cargo, ele deixou de ser militante, e aí acaba toda a reivindicação, todo aquele protesto que existia, deixa de existir, não tem mais. [...] Tantos outros, mas muitos colegas meus quando vão pro governo lá propondo e não o que o movimento negro quer, aí parece que se esquece que era do movimento, pisou no barro e tá lá de terno e gravata e esquece o movimento. Essa é uma crítica ferrenha que eu tenho. Infelizmente os nossos companheiros quando assumem um cargo, ocupam um espaço que poderia ser de fundamental importância para o movimento e acaba passando para o outro lado, 'agora eu tenho que fazer o que eles querem, por que eu sou empregado, senão eu vou perder o meu emprego, o meu CC'. São poucos que fazem o movimento de impulsionar de fato a luta, esse que são quase taxados de loucos, rebeldes, radicais. Quanto a gente poderia ter avançado no último período com o Lula mesmo, com a questão da criação da SEPIR, a secretária de igualdade racial, as políticas afirmativas, o fortalecimento a Palmares, a saúde da população negra. Um monte de coisa, um monte de coisa, mas aí fica no papel, parece que as coisas não avançam. Aí o militante que não é mais militante, ele é do governo agora, e aí como é que fica. (Entrevista IV)

Ao contrário dessa visão, a entrevistada II, reitera que a atuação na esfera estatal tem como função primeira implementar as propostas da organização de movimento social, agindo dentro da esfera estatal sempre como uma extensão do Movimento Negro.

Você tem que se manter firme, e você tem que ser um braço do movimento social. Foi o que nós fomos quando eu era coordenadora da comissão racial. Eu era um braço do movimento social negro. (Entrevista II)

Vemos, dessa forma, que a atuação na esfera estatal é também tão conflituosa quanto à atuação partidária. Mesmo assim, há uma visão de que a ação dentro do Estado é válida desde que se mantenha o ativismo dentro da esfera estatal, assim como na atuação dentro do partido.

‘O Estado é o oponente’

Ao contrário da percepção de que o Estado é uma arena de militância política, há também a percepção de que o Estado é, independente dos partidos que se encontram no poder, o oponente do movimento.

Essa fala reitera o papel clássico do movimento que, por ser um desafiante do poder instituído, se opõe ao Estado e, através de um repertório de confronto, exige do poder público uma resposta para as suas demandas.

[...] Por exemplo, na questão da campanha para a reparação, nós vamos ter que estar organizados pra ter a interlocução com o nosso oponente, e pra isso você tem que estar em uma organização própria, por que se você está em uma outra organização política você vai estar submetido ao programa de uma outra organização política.

Para absoluta surpresa da pesquisadora, somente um ativista qualificou o Estado como oponente. Todos os outros ativistas qualificaram o Estado como espaço de militância ou, quando perguntados sobre o Estado, abordavam as políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores, tecendo críticas ou elogios, não diferenciando Estado e governo.

Mesmo não conseguindo explorar da maneira desejada a percepção dos militantes sobre o Estado, percebemos pelos menos duas visões distintas. Em uma há uma divisão mais ou menos clara entre o nós e o eles, entre o movimento e o Estado, em que, por um lado, há um Estado (eles) que possui o poder de decisão, onde o que opera é contrário ao movimento, e o movimento (nós) que, destituído de poder de decisão e *outsider* ao poder institucional, pressiona o Estado a fim de implementar as suas demandas.

A outra perceptiva entende o Estado como uma esfera de militância política. O Estado já não é compreendido como uma esfera de oposição ao movimento, como esfera racista e conservadora, mas como um espaço, senão imparcial, pelo menos aberto à disputa, onde, como no partido, o movimento poderia buscar trazê-lo mais para perto, buscando o influenciar de dentro pra fora.

No próximo tópico apresentaremos os repertórios utilizados pelos ativistas, relacionando-os com as percepções sobre os espaços de militância apresentados nesse subcapítulo.

5.2 OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO

Os repertórios de ação dos ativistas do movimento variam bastante. Durante a pesquisa observamos diversos tipos de repertórios, desde repertórios de confronto até institucionais.

A ação externa ao Estado é defendida por uma parte significativa dos ativistas como o repertório legítimo do movimento, que o define como movimento social. Apesar disso, poucos militantes pensam esse repertório como repertório único do movimento. Observando que as oportunidades políticas - redemocratização, abertura do governo às demandas do movimento, a entrada de partidos de esquerda com forte interlocução com movimentos sociais nos governos estaduais e federal - acabam proporcionando a utilização de outros repertórios. Os repertórios institucionais acabam por ser preferidos pelos ativistas, que os veem como uma forma mais eficaz de mobilização política.

Os repertórios utilizados pelos ativistas é o que apresentaremos a seguir.

5.2.1 O repertório de confronto

O repertório de confronto é colocado como o repertório oficial do movimento. O agir ‘na rua’ é representado como o repertório legítimo e simbólico que traduz a ação coletiva. Entretanto, nem sempre esse repertório é visto como o mais eficaz.

Somente dois ativistas descreveram esse tipo de repertório como o seu único ou mais recorrente (entrevistados I e III). A entrevistada I, quando perguntada sobre suas estratégias de ação, faz um longo relato da sua atuação na Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em Brasília no ano de 2015, colocando que a sua principal atuação no ano de 2015 foi a atuação nos sindicatos e no movimento a fim de construir a Marcha.

Até mesmo agora, no ano passado, a gente trabalhou o ano todo em função da Marcha Nacional das Mulheres Negras (Entrevista I)

Outro militante que diz utilizar unicamente o repertório de confronto é o entrevistado III, que, desejando fazer uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular, propõe que essa ação seja desvinculada dos partidos políticos, sendo produzida unicamente pelas organizações de movimento social e levada para a negociação no Estado pela sociedade civil.

Isso implica em o nosso povo se organizar para negociar diretamente com o Estado. Nós estamos usando uma ferramenta para fazer essa discussão nos territórios que é uma campanha por um projeto de lei de iniciativa popular, para ser apresentado em 2018 [...] A ideia nossa não é procurar um partido, um parlamentar amigo, pra encaminhar o projeto, a ideia nossa é apresentar como um projeto de lei de autoria popular, pra que a gente se obrigue a fazer essa discussão, em cada terreiro, em cada comunidade, em cada favela, em cada clube negro, em cada escola de samba e assim por diante. (Entrevista III)

Apesar de somente dois ativistas reivindicarem os repertórios de confronto como o seu único ou principal repertório, outros ativistas não os excluem do seu leque de possibilidades. Por exemplo, o entrevistado VII, mesmo tendo uma atuação tanto dentro do partido, como coordenador da secretaria estadual de combate ao racismo do Partido dos Trabalhadores, e trabalhando na Câmara dos vereadores, como vereador do mesmo partido, relata um caso em que ele, juntamente com outros militantes do movimento negro, reuniu-se e foram ao Ministério Público a fim de fazer uma denúncia contra o governador do Estado.

Outro dia, nós do movimento fomos no Ministério Público. Nos fomos lá denunciar o descumprimento da lei que foi aprovada no congresso. E diz lá que em todas as escolas do país é obrigado a ter a história e a cultura do povo negro. E eles não cumprem. Eu iniciei a reunião falando isso: “senhor cabe ao senhor resolver isso, prender um prefeito, secretário de educação, governador, por que ele não está cumprindo a lei, eles dizem que a gente tá fora da lei, quando ele não estão cumprindo a lei.” (Entrevista VII)

O repertório de confronto foi, assim, acionado por membros do movimento social que, mesmo sendo de certa forma parte do Estado, confrontaram o poder público enquanto movimento social, exigindo que fosse dada uma resposta institucional às suas demandas.

Igualmente, o ativista V, militante que atuava até recentemente (2014) na esfera estatal, relata também a utilização de repertórios de confronto político, quando o mesmo ativista denunciava para o movimento social situações que julgava ser de racismo dentro da Secretaria de Educação do Governo Estadual, usando a organização para pressionar o Estado.

Esse fato representa uma multiplicidade na ação da organização de movimento social, que mesmo possuindo a oportunidade de agir por dentro do Estado, institucionalmente, utiliza-se ainda de repertórios extrainstitucionais quando compreende que esse repertório oferece melhores oportunidades de resposta.

O repertório de confronto é, então, colocado, se não como um repertório mais recorrente, ainda como um repertório eficaz, sendo utilizado quando os ativistas sentem a necessidade de agir como movimento social, reivindicando como ação coletiva. A ação extrainstitucional é utilizada por alguns como único repertório e por outros como um complemento à ação institucionalizada.

5.2.2 Os repertórios de cooperação e infiltração

Como já colocado anteriormente, a ação partidária é vista por boa parte dos ativistas como um mal necessário. Entretanto, a ação por dentro dos partidos permite ao movimento dois tipos de repertórios: o de cooperação, quando os ativistas atuam dentro dos partidos inserindo as ideias do movimento no plano de ação partidário; e o repertório de infiltração, quando os ativistas adentram ao Estado.

O repertório de cooperação é colocado por alguns ativistas como central para que os objetivos do movimento sejam alcançados. Esse repertório é identificado como um dos mais eficientes, sendo a causa de muitas das conquistas do movimento no último período político, como por exemplo, a promulgação da Lei 10.639.

Apesar do repertório de confronto não ser completamente abandonado pelos ativistas entrevistados, podemos notar que muitos dizem perceber que o repertório de cooperação é mais eficaz quando o assunto é inserir uma ideia do movimento dentro do Estado. Em contraponto ao repertório de confronto, é mais eficaz quando o objetivo é pressionar que a demanda já colocada na institucionalidade de fato avance, fato esse notado nas falas tanto do ativista V quanto do ativista VII, já relatadas anteriormente. Ambos relatam casos em que atuavam institucionalmente, no executivo e no legislativo respectivamente, e, utilizando-se do repertório de confronto, pressionaram o Estado a fim de que as suas demandas voltassem a caminhar.

Esses dois casos mostram que os repertórios são utilizados em diferentes momentos pelos ativistas, e para um fim determinado. O repertório de cooperação é, assim, utilizado quando o intuito é inserir uma demanda no plano político-partidário.

Essa secretaria constrói políticas, na verdade, o pessoal do movimento que discute dentro do partido dos trabalhadores, e que pertencem a essa secretaria de combate ao racismo. Eles dialogam as políticas para o povo negro para serem implementadas pelo governo. Nós que construímos o plano de governo no que tange a questão racial. [...] fazer as construções políticas. Ver as maiores necessidades do povo e depois fazer com que a demanda siga em frente. Como é que é feito isso? A gente pauta o governo, pauta os candidatos, para que as nossas necessidades façam parte do programa político partidário (Entrevista II)

Os repertórios institucionais são utilizados com fins específicos, não causando o abandono dos repertórios de extrainstitucionais. Apesar disso, é clara e notória a preferência da maioria dos ativistas que fazem parte da pesquisa pelos repertórios institucionais. A leitura das possibilidades políticas obtidas pelo movimento é colocada como a justificativa para a preferência dos repertórios institucionais.

[...] até por que a própria conjuntura né, por que na época era um momento de reivindicação, de protestos, hoje o negro está dentro do governo, não dá pra dizer que não. (Entrevista IV)

Além do repertório de cooperação, a ação dentro do Estado é colocada por três dos sete entrevistados (entrevistados II, V e VI) como o mais eficaz dos três repertórios. O repertório de infiltração traria a possibilidade de não somente formular políticas, mas as implementar de fato, garantindo a eficácia da política produzida no movimento social.

Se é proposta do governo nos últimos anos veio como linha, como proposta a questão das políticas públicas, população negra, mulher, pessoa com deficiência, se isso é proposta do governo então eu vou ir pra dentro institucionalidade e vou fazer. (Entrevista II)

Indo pro governo eu tive oportunidade de desenvolver outros projetos bastante importantes, na área de educação nas escolas, lá na base, onde a gente vê a mudança acontecendo. Por que é muito difícil a gente chegar lá na ponta. Nesse cargo de assessor pedagógico eu consegui desenvolver práticas junto aos alunos e aos próprios professores. (Entrevista V)

O repertório de infiltração é colocado, também, e antes de tudo, como um repertório de protesto. Os ativistas entram para a institucionalidade e ali fazem o enfrentamento político-ideológico.

E é uma forma de eu fazer o protesto aqui dentro, por que as coisas não andam.
(Entrevista II)

O ativista VII lembra que a entrada na institucionalidade foi uma demanda do Movimento Negro, não uma vontade dos militantes. A organização, visualizando a oportunidade de atuar dentro do Estado, arquitetou a entrada de ativistas para a esfera estatal.

[...] bom né, eu estava no partido, e em 1992 estávamos nós do movimento social negro. Eu lembro que alguém, começou um movimento pra ter candidatos negros à vereadores e aí surgiu vários nomes e sempre diziam tem que ter um, tem que ter um negro que unifique todo o mundo .

Entrevistadora: Isso no movimento ou no partido?
Militante: Eram os filiados do partido no movimento. (Entrevista VII)

Diferente dos outros entrevistados, que tinham uma atuação institucional por intermédio do partido (entrevistados II, V e VII), a entrevistada VI possuía um vínculo diferente com o Estado: era funcionária concursada. Atuava dentro da esfera estatal, mas sem possuir vínculos com os partidos, o que, segundo a militante, oportunizava a ela maior liberdade de ação.

A partir das falas dos entrevistados notamos que os militantes utilizam diversos tipos de repertórios extrainstitucionais e institucionais. A percepção sobre as oportunidades oferecidas ao movimento social também se apresenta como significativa para a escolha dos repertórios, e a percepção de qual o melhor repertório para cada momento e objetivo da organização.

Notamos, também, que não há um abandono dos repertórios de confronto. Os repertórios extrainstitucionais são acionados pelos ativistas e utilizados como complemento aos repertórios institucionais.

Considerações Finais

Nesse capítulo apresentamos as diferentes percepções dos ativistas sobre o movimento, o partido e o Estado. Há claras divergências entre as percepções dos atores sobre as três esferas. Entretanto, há, também, discussões diferentes sobre os espaços. A discussão sobre o movimento está ligada ao seu papel na ação política, se o seu papel é formular propostas, como um espaço de elaboração teórica, problematizar as questões de raça, ou o seu

papel é o de reivindicador, papel em que o movimento não apenas formula, mas sim executa ações de caráter combativo.

A discussão sobre os partidos, diferentemente, é de custo e benefício. É mais proveitoso ao movimento utilizar-se dos partidos ou agir em separado deles? Todos os ativistas entrevistados admitem o risco da utilização dos partidos políticos para a autonomia da organização. Todos veem os partidos como interessados somente em angariar votos, apontando que os partidos não se importam realmente com a causa negra. Entretanto, os ativistas divergem sobre a melhor alternativa. De um lado, a intersecção com o partido é vista como perigosa à independência da organização e pouco útil. Por outro lado, o partido é visto como um mal necessário à organização, que sem ele fica praticamente invisibilizada.

Quanto ao Estado, ele é percebido de duas formas. Em uma delas é visto como um espaço de disputa, no qual o movimento entraria em conflito com outras forças sociais e lutaria para implementar a suas demandas. Na outra, o Estado é visto como um espaço hierarquizado e branquializado, não sendo eficaz a ação por dentro das esferas institucionais.

Quanto aos repertórios de ação, é notório, na fala dos ativistas, que o repertório de confronto não foi abandonado, como supomos na hipótese do projeto de pesquisa. O repertório de confronto é colocado por alguns ativistas como o repertório principal, enquanto, por outros, como um repertório complementar à atuação institucional.

Podemos perceber que há uma ligação entre as percepções sobre os espaços sociais de militância e os repertórios de ação que os ativistas usam. Existem ativistas que, percebendo os espaços dos partidos como empecilhos e o Estado como oponente (militantes I e III), optam por um repertório extrainstitucional. Outros, percebendo os partidos como ferramentas e o Estado como esfera de militância (entrevistados II, V, VII), optam por um repertório de cooperação e infiltração.

Apresentaremos no próximo capítulo a relação dos três aspectos observados nessa pesquisa: a ocupação dos espaços de militância (movimento, partido e Estado), as percepções sobre a realidade social e os repertórios de ação dos ativistas. A partir desses dados formaremos as teorias nativas sobre a mudança social relacionando-as com os repertórios utilizados pelos ativistas.

6 COMO SE PRODUZ A MUDANÇA SOCIAL?

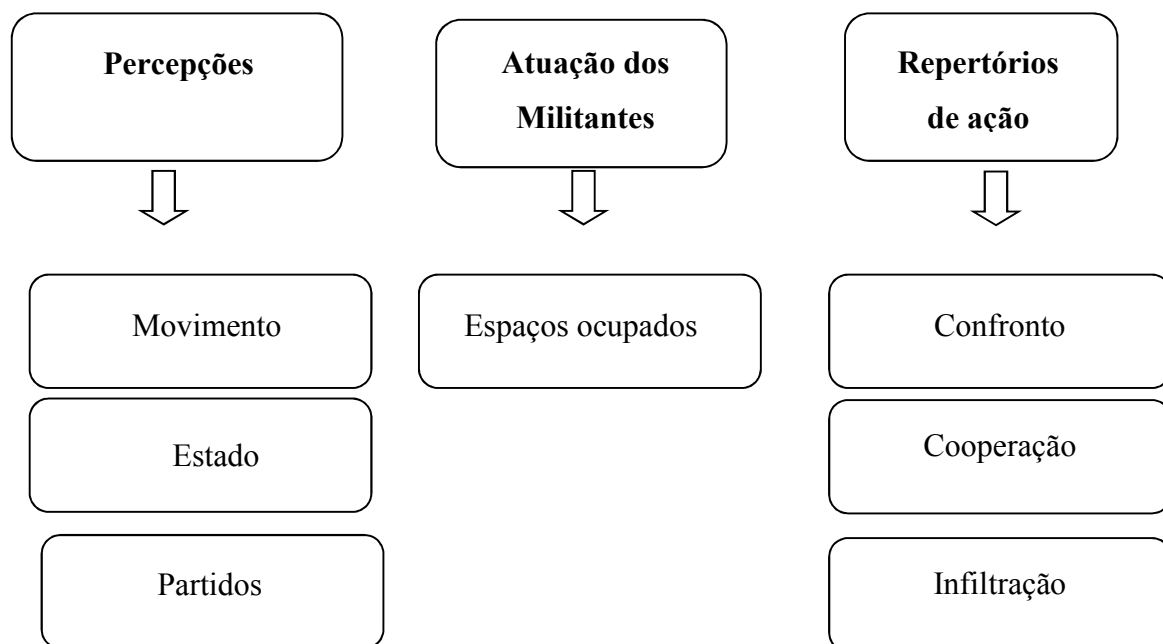
Nesse capítulo apresentaremos uma síntese dos aspectos analisados até aqui. Primeiramente, apresentaremos as percepções, os espaços de militância e os repertórios de ação de cada um dos militantes que fazem parte da pesquisa (subcapítulo 6.1), para, posteriormente, construir as teorias nativas sobre a social (subcapítulo 6.2).

6.1 PERCEPÇÕES, ESPAÇOS DE MILITÂNCIA E REPERTÓRIOS DOS ATIVISTAS

Apresentamos, nos capítulos anteriores, as múltiplas inserções militantes dos ativistas, bem como os conflitos gerados por esse tipo de militância. Apresentamos também as diversas percepções sobre os espaços de militância, observando que os militantes possuem visões bem distintas sobre o movimento, os partidos e a esfera estatal. Observamos, ainda, que essas percepções são essenciais para compreender os repertórios de ação dos militantes.

Partimos, então, da perspectiva de que as percepções dos atores sobre a realidade social são fundamentais para compreendermos o porquê da escolha dos repertórios de ação dos militantes. Nesse sentido, construímos aqui uma sistematização das percepções, os espaços ocupados pelos ativistas, e os repertórios de ação de cada um dos militantes. Segue o modelo que utilizamos para a análise.

Figura III- – Representação gráfica do modelo utilizado para síntese dos aspectos trabalhados na dissertação



Apresentaremos, a seguir, a análise de cada um dos militantes.

Ativista I

A entrevistada começa abordando que, apesar da sua entrada na organização de movimento social estudado ter se dado através da sua inserção no Partido dos Trabalhadores, toda a sua atuação de militância racial foi fora do partido, percebendo que os partidos muito pouco fazem pelo movimento e pela causa racial.

A militante fala sobre as disputas internas da organização, que muitos dos conflitos gerados são causados pela interferência partidária. Os partidos, buscando dar a linha para a organização, acabam por interferir na sua autonomia.

Podemos perceber que na percepção da ativista, além dos partidos não ajudarem muito a organização, não dando o devido suporte, a intersecção com eles causaria, ainda, problemas a ação coletiva, que perderia a sua autonomia pelo alto grau de interferência partidária.

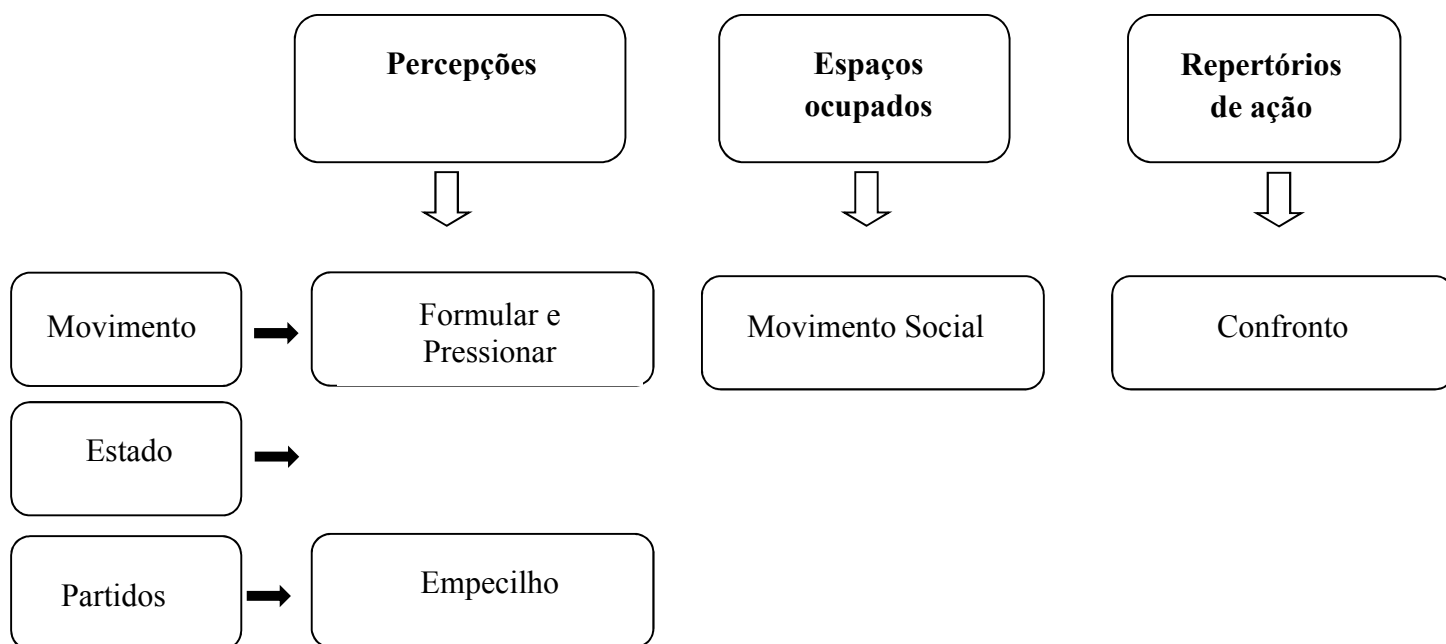
A militante coloca que para a organização conseguir agir é necessário um afastamento partidário, uma busca por uma genuína independência. A organização é vista como capaz de agir por conta própria, desvinculado de partidos políticos, o que até é mais eficaz para a luta social.

Quanto os repertórios de ação, a militante apresenta uma estratégia externa ao Estado e aos partidos. A militante faz uma crítica a organização estudada que, segundo ela, está muito parada. E até chega a nos aconselhar a trocar de objeto de pesquisa e estudar outra organização de movimento social negro que tenha de fato uma atuação efetiva de militância, que permanecerá ativa politicamente. Apesar da fala ter sido no tom de brincadeira, há claramente uma crítica de uma aparente paralisia da organização, que, segundo ela, acontece por causa dos conflitos internos, pelas brigas protagonizadas pelos militantes partidários e apartidários.

A militante, por fim, não apresenta nenhuma fala sobre o Estado, somente colocando que nunca atuou dentro da estrutura estatal.

Apresentamos, abaixo, a sistematização dos dados.

Figura IV – Sistematização dos dados do ativista I



Ativista II

A entrevistada II apresenta, diferente da primeira, uma trajetória de militância múltipla, atuando dentro da organização de movimento negro, do partido (PT) e do Estado (como FG), simultaneamente.

A militante fala bastante sobre os conflitos gerados por causa da militância múltipla, os conflitos internos, e também sobre os conflitos externos, originados pela tentativa de interferência partidária na organização social. Apesar disso, a militante defende a atuação partidária, compreendendo a ação dentro do partido como complementar à ação do movimento. O partido é colocado como uma ferramenta útil ao movimento social.

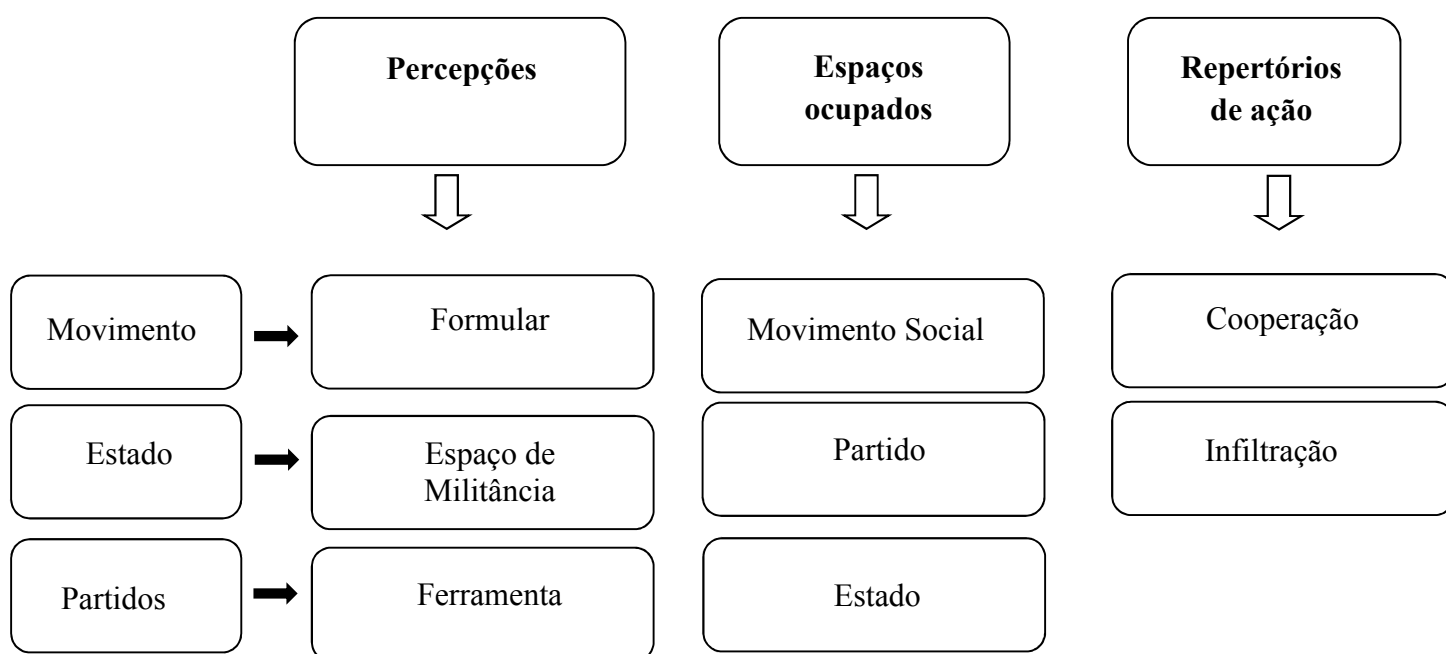
A atuação da militante dentro do partido é sempre colocada como atuação do Movimento Negro, reiterando repetidas vezes a relação de pertencimento com o movimento social, que legitimaria a atuação dos militantes dentro dessa esfera.

O partido, além de levar a demanda do movimento pra dentro do Estado, oportunizaria aos ativistas entrar na estrutura estatal e eles mesmos implementarem as políticas formuladas dentro da organização, o que seria a maneira mais efetiva de ter as políticas implementadas de fato.

O Estado e os partidos são compreendidos como espaços de militância, espaços em que os militantes levariam as definições produzidas pela organização e às inseriria nessas esferas.

Quanto aos repertórios de ação, a militante fala que a sua maior atuação nesses últimos anos foi dentro do Estado, na empresa estatal onde ela trabalha como coordenadora de políticas raciais, e dentro do partido político, na secretaria de políticas raciais.

Figura V - Sistematização dos dados da ativista II



Ativista III

O terceiro entrevistado, apesar de ter militado no partido político (PT) por 20 anos, afirma que em nenhum momento misturou sua militância partidária com a militância no Movimento Negro. Segundo o ativista, essa separação tinha por objetivo barrar qualquer tentativa de influência partidária dentro da organização de movimento social, evitando, assim, a contaminação.

A percepção que o militante tinha da organização é que era necessário o afastamento do partido e também do Estado para ter uma ação efetiva, optando por uma ação extrainstitucional, mantendo o seu apartidarismo e se opondo ao poder, independente do

partido que se está no governo. O militante afirma que o movimento em intersecção com os partidos e dentro do Estado perde a sua força de mobilização, perdendo a sua razão de ser, o seu princípio reivindicatório.

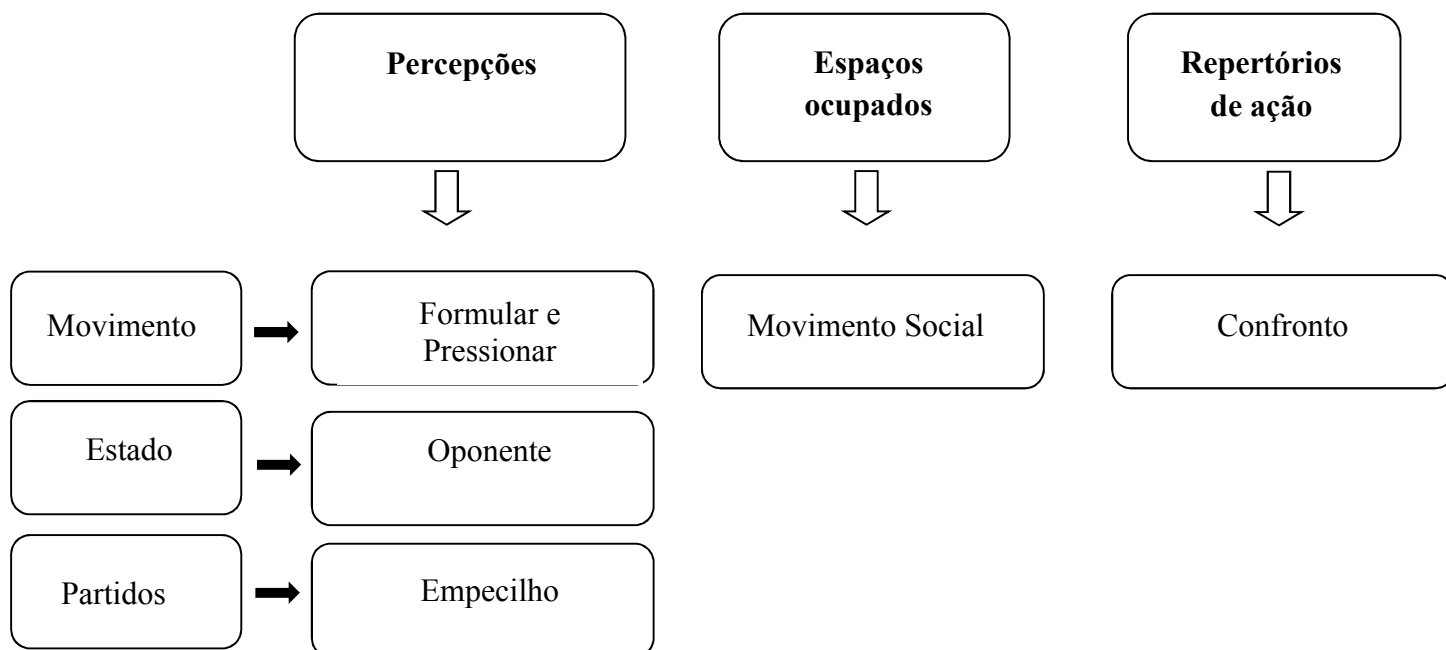
Na percepção do militante os partidos são empecilhos, já que se aproveitam das causas do movimento para angariar votos sem, de fato, ter um compromisso com a luta. É visto como empecilho, também, por barrar a ação dos militantes, que quando participam do partido ficam sem poder fazer frente a ele quando este está no governo.

O Estado é visto como oponente do movimento. O ativista julga ser necessário que se desvincule dos partidos e se mantenha fora do governo. A sua percepção é de que, sendo parte da estrutura de governo, o movimento não poderá de fato propor uma grande mudança real, um projeto político de reparação. Assim sendo, o máximo que os militantes poderiam é propor políticas públicas específicas, que, além disso, teriam de passar pelo crivo do partido, crivo de uma elite branca classe média que comanda os partidos tanto de esquerda quanto de direita, para ser implementadas dentro do Estado.

A melhor estratégia de ação seria a ação desvinculada dessas duas esferas (partido e Estado), um repertório de ação externo ao Estado, o movimento agindo por conta própria, sem a interferência partidária.

Segue abaixo a sistematização das percepções do ativista bem como o repertório.

Figura VI – Sistematização dos dados do ativista III



Ativista IV

O entrevistado IV, divergindo do entrevistado III, compreende que a ação da organização sem nenhuma interlocução com partidos políticos acaba por ser ineficaz. Segundo ele, a forma que está configurada o sistema político torna necessária a atuação juntamente com os partidos. A organização, somente com os seus repertórios de confronto, na compreensão do ativista, não seria capaz de competir com a estrutura institucional.

Mesmo assim, o ativista concorda que há conflitos na relação entre movimento social e partido, mas afirma que esses conflitos são inerentes a toda relação. O partido não seria, assim, um empecilho ao movimento. Ao contrário, os partidos são vistos como uma ferramenta valiosa a favor do movimento social.

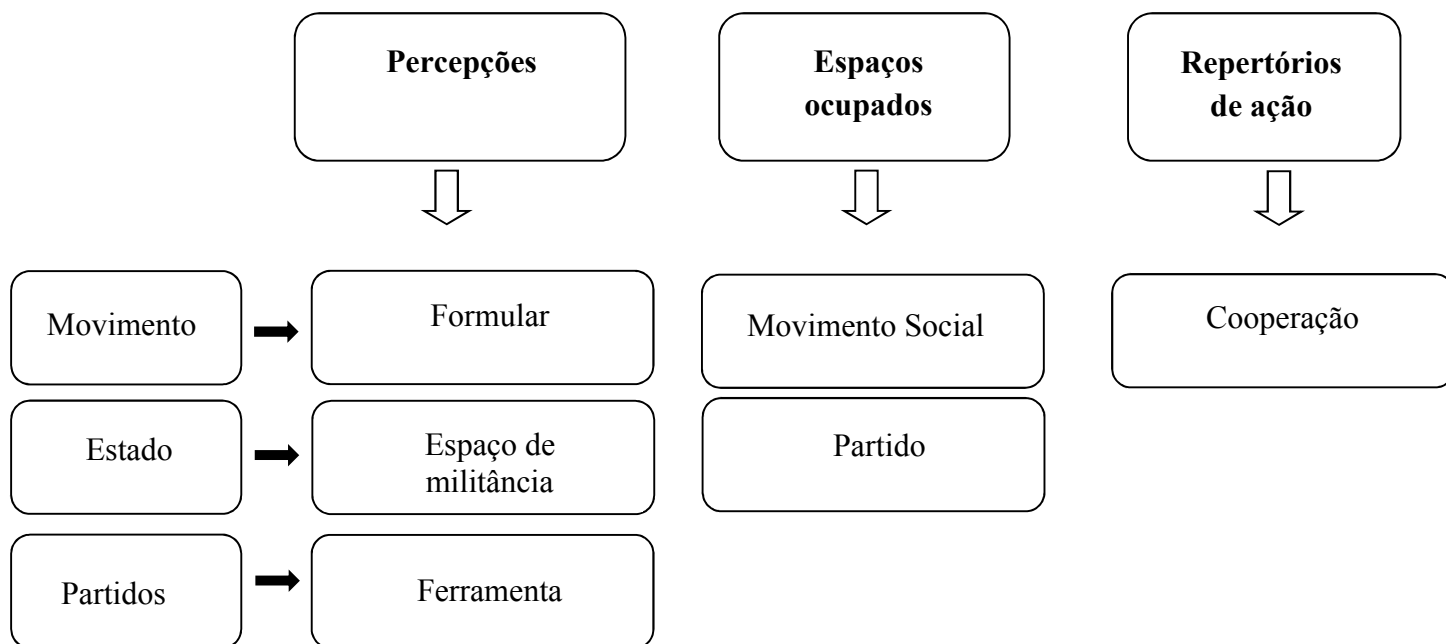
A organização atuaria, em separado, mas dentro do partido. Formularia as propostas, pois tem o conhecimento de causa, traçando a rota que o partido seguiria. Na fala desse ativista não é, em momento algum, negada a atuação externa ao Estado (repertório de confronto). Na fala de nenhum dos ativistas esse tipo de repertório foi excluído completamente. Mas na fala do entrevistado IV fica clara a preferência do repertório de cooperação em detrimento dos outros repertórios - o de confronto e o de infiltração – pois, segundo esse ativista, a ação de cooperação com os partidos permitiria a organização inserir as suas ideias no governo, mas ao mesmo tempo estar fora do governo, fazendo com que a organização se posicione em contraposição ao poder institucional, o que possibilitaria certo tipo de independência quanto à ação institucionalizada.

Na fala do ativista, tanto o repertório de confronto quanto o de infiltração seriam pouco eficazes a organização social. O confronto, como já colocado, não seria capaz de sobressair ao poder institucional. A infiltração no Estado, por um lado, poderia trazer muito benefícios ao movimento, mas o ativista percebe que quando o militante entra para o Estado, muitas vezes deixa de agir como militante, abandonando o seu ímpeto reivindicatório, se tornando mais um empregado do Estado.

Há uma imprecisão na fala do militante sobre o Estado, visto, por um lado, como um possível espaço de militância, mas, ao mesmo tempo, percebido como um espaço de desmobilização política. Entretanto, o militante afirma a necessidade de possuir parlamentares negros, identificados com o movimento e com a causa.

Abaixo a sistematização dos dados apresentados.

Figura VII- Sistematização dos dados do ativista IV



Ativista V

O entrevistado V apresenta uma atuação em múltiplas esferas, atuando simultaneamente dentro da organização social, do partido (PT) e como FG dentro do Estado (2011-2014). Entretanto, no momento da entrevista não mais ocupava o cargo de FG, já havia se desfilado do PT, se filiado ao PCdoB e estava se desligando da organização de movimento social estudado.

O militante explica que um dos motivos da sua decisão de se desfiliar da organização é a crescente desmobilização que, de acordo com ele, vem acontecendo na organização, desmobilização causada em grande medida pela intersecção da organização com o partido.

Entretanto, diferente dos entrevistados I e III, que colocam a desmobilização como motivo para defender o afastamento da organização dos partidos e da esfera estatal, o ativista defende a atuação nessas esferas. A crítica do ativista diz respeito à ausência de um repertório de rua simultaneamente aos repertórios institucionais, diz respeito ao abandono do repertório de confronto.

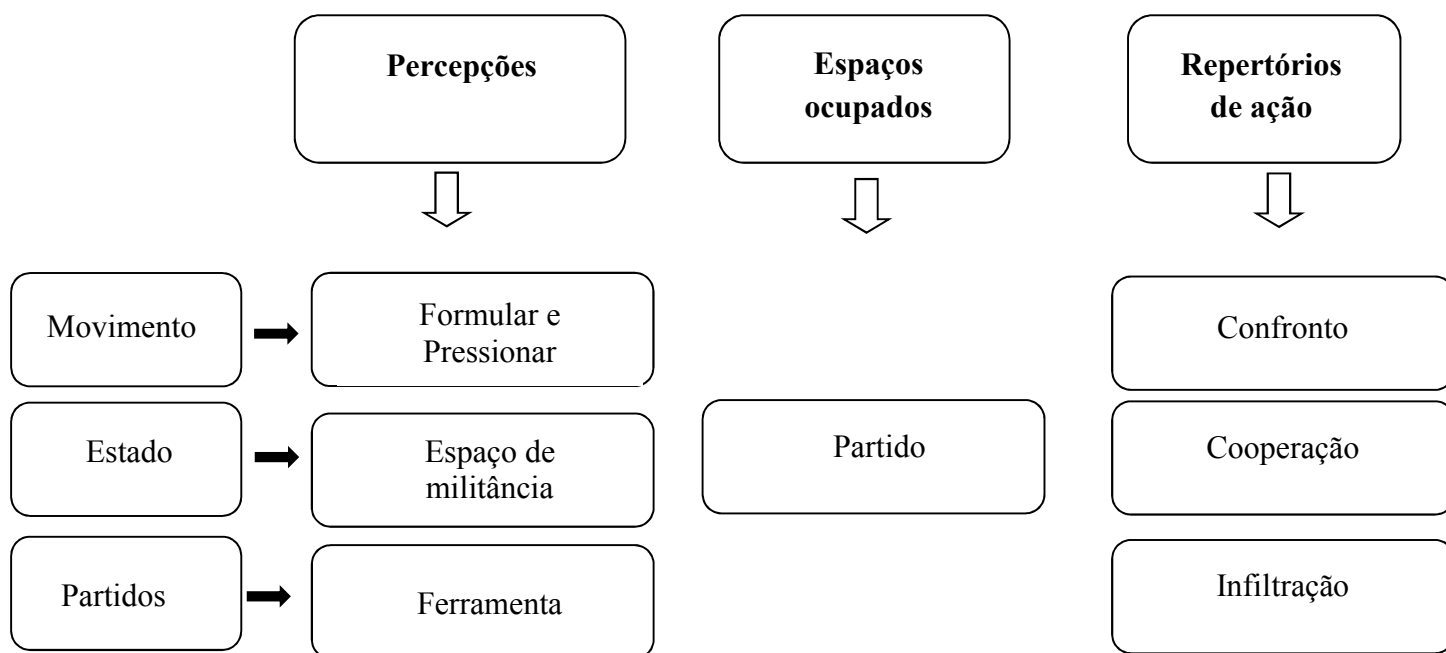
O ativista defende que a ação do movimento deveria utilizar todos os repertórios possíveis (confronto, cooperação com os partidos e a infiltração dentro do Estado), ocupando todos os espaços oportunizados ao movimento.

A autonomia da organização não estaria ligada à desvinculação de outras esferas de militância, mas à construção de uma via de mão única em que as propostas da organização seguiriam para dentro do partido e do Estado.

Na percepção do ativista não haveria repertórios ilícitos ou ilegítimos. E a ação dentro do partido e do Estado não seria nem boa e nem ruim, sendo transformada em benefício ou um malefício, dependendo do uso que a organização faz desses espaços.

Apresentamos a sistematização a seguir.

Figura VIII – Sistematização dos dados do ativista V



Ativista VI

A ativista VI iniciou sua militância simultaneamente no partido e na organização de movimento negro. Porém, afastou-se do partido por compreender que os partidos muito pouco contribuíam para a causa negra.

A percepção da militante sobre os partidos, entretanto, é diferente da percepção dos outros ativistas. A militante levanta a questão da disponibilidade do partido em ajudar a financiar as ações extrainstitucionais da organização. Afirma que, quando solicitado suporte financeiro para eventos e manifestações, o partido nunca se mostrava disponível.

A militante questiona a contribuição do partido à causa, mostrando que os partidos nunca estavam dispostos a ajudar a organização dando suporte às ações de mobilização de âmbito externo ao Estado (repertório de confronto), não se referindo ao partido como um espaço de militância para onde se leva a demanda do movimento, como apontado pelos outros militantes. A ideia de utilidade ou inutilidade do partido estava ligada à disponibilidade do partido em dispor de recursos financeiros para o movimento financiar ações de mobilização extrainstitucionais.

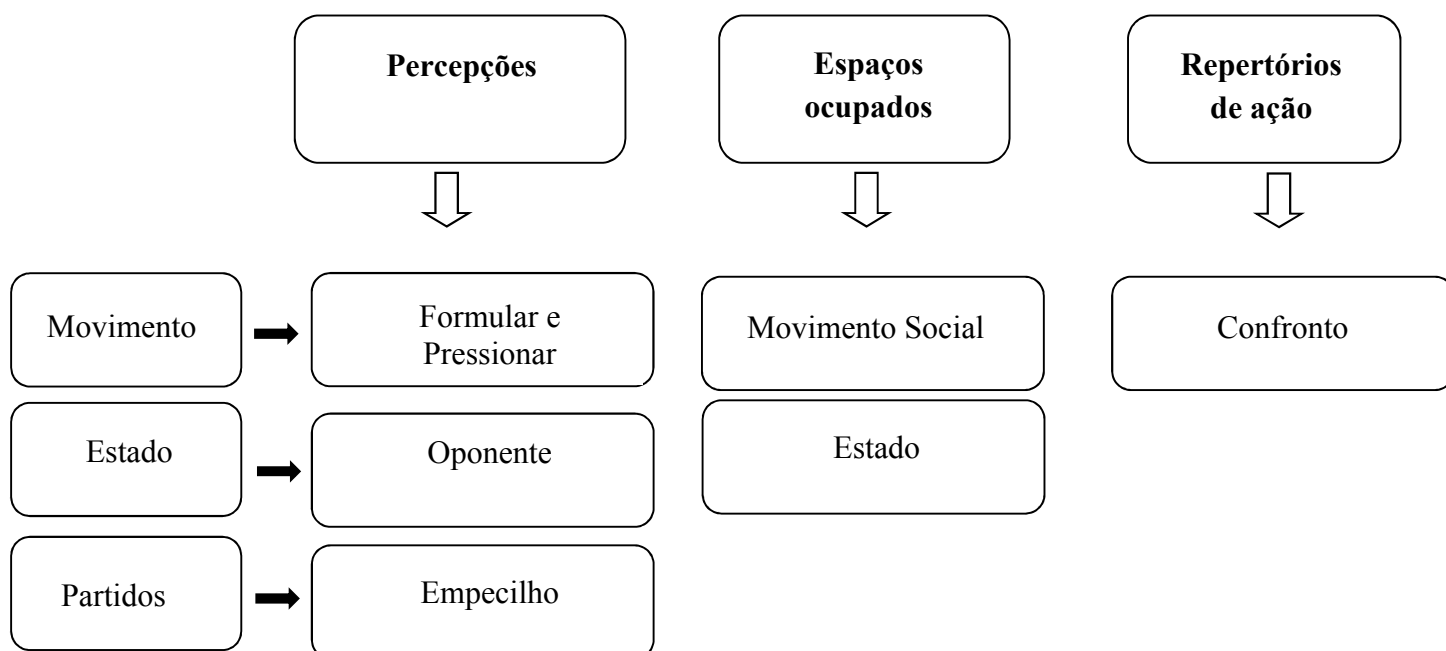
Durante a entrevista a militante falou sobre a sua atuação na área de saúde da população negra, que trabalhou por muitos anos, dentro do governo municipal. Após a aposentadoria, a militante ainda atuava no conselho racial do município, possuindo, assim, um repertório bastante institucional. Quando perguntado para a ativista sobre as suas estratégias de ação, ela ressaltou os repertórios extrainstitucionais, como a atuação das marchas das mulheres negras e as palestras que dava sobre a saúde negra. O que não ficou muito claro na fala da entrevistada é que ela, afirmando a autonomia da organização, colocou que a organização não possuía cargos, que a organização não atuava dentro do Estado, que alguns militantes atuavam dentro do Estado como vereadores dos seus partidos ou como técnicos, como ela, mas isso não significava que o movimento estivesse dentro da estrutura institucional.

A militante, para defender a autonomia do movimento, negou a atuação do movimento na arena institucional, alegando que esses casos, em que os militantes atuavam como técnicos e não como participantes do movimento, eram excepcionais.

Há, nesse caso, uma negação do repertório de infiltração sem, entretanto, haver uma negação da atuação dos militantes no governo. O repertório de atuação do movimento seria então o de confronto.

Apresentamos a síntese abaixo.

Figura IX - Sistematização do dado do ativista VI



Ativista VII

O ativista VII apresenta uma atuação de múltipla militância, agindo tanto dentro da organização de movimento negro quanto do partido (PT) e dentro do Estado como vereador. Começou atuando no partido e na organização, atuando, desde então, ativamente na comissão racial do partido.

Diferente da última militante, o entrevistado VII, não somente pensa a atuação dentro do Estado como militância, como afirma que a atuação dentro do partido e do Estado é uma reivindicação do movimento negro. Muito parecida com a percepção do ativista V, o militante defende a atuação em todas as esferas possíveis. Indo mais além na fala do ativista, não há uma divisão clara entre a militância nos diferentes espaços; os três espaços se complementarizam. O movimento, o partido e ação estatal seriam complementares, sendo a causa negra o fio que uniria esses espaços.

A percepção do militante é que os três espaços seriam espaços de militância. A organização social atuaria dentro do partido em intersecção com ele. A militância partidária casaria perfeitamente com a militância social, pois as lutas de classe e racial, na visão do

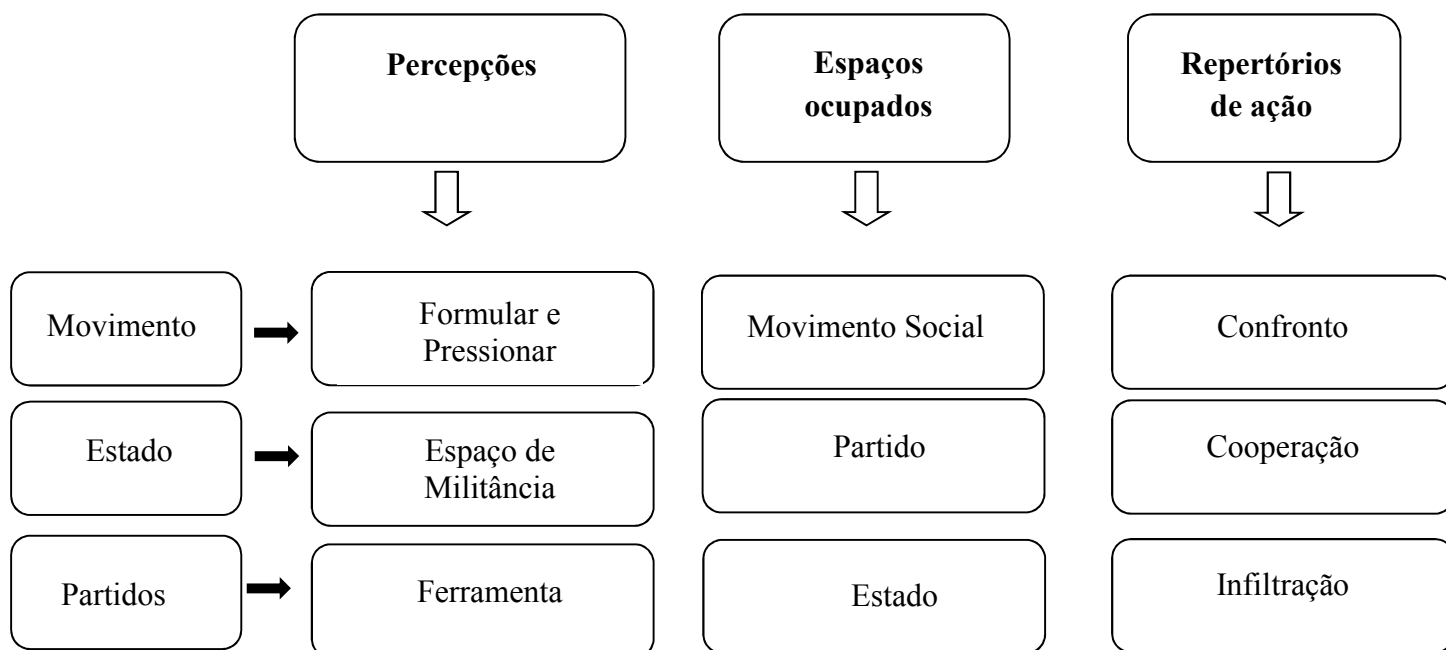
ativista, se complementaríamos perfeitamente. A atuação no Estado, segundo o ativista, foi uma demanda ‘do movimento dentro do partido’. A candidatura do indivíduo seria uma decisão do movimento social, uma demanda da ação coletiva.

Ao mesmo tempo, discordando da percepção do entrevistado V, o militante não concorda com a ideia de que o movimento abandonou o repertório de confronto. Ele mesmo descreve esse repertório quando conta um caso em que ele e outros militantes foram ao Ministério Público reivindicar uma ação contra o governador.

Na atuação do ativista há uma mistura clara da utilização de todos os repertórios. Há, por outro lado, a percepção de que a ação do movimento mudou nas últimas décadas; a ação agora seria mais institucional, pois as chances do movimento modificaram. Segundo o ativista, antes o movimento era ‘de agitação’, não havia muita organização; agora o movimento é organizado, agindo por dentro do Estado. Há uma percepção das mudanças na estrutura de oportunidades, vendo que existe muito mais oportunidade agora. Isso justificaria a entrada dos militantes no Estado.

Abaixo a síntese da percepção do ativista.

Figura X - Sistematização dos dados do ativista VII



A partir do apresentado acima - as percepções dos ativistas sobre as esferas de atuação e os seus repertórios de ação - é que construímos as teorias de interpretação sobre a mudança social que abordaremos a seguir.

6.2 AS TEORIAS NATIVAS DA MUDANÇA SOCIAL E A AÇÃO MILITANTE

Vimos que os ativistas possuem diferentes percepções sobre as esferas de atuação (movimento, partidos, Estado). Essas diferenças dizem respeito à forma que os ativistas entendem a realidade social e como eles escolhem os seus repertórios de ação. É a partir dessas percepções que construímos as teorias nativas da interpretação sobre a mudança social, com o intuito de responder a seguinte pergunta: *Para os ativistas, como se produz a mudança social?*

Compreenderemos, assim, as razões da escolha dos diferentes repertórios dos ativistas.

6.2.1 As percepções os ativistas e as teorias nativas da mudança social

Relatamos nos capítulo quatro (4) e cinco (5) as diferentes percepções dos ativistas sobre os desafios da militância múltipla e sobre as esferas de atuação militante, respectivamente. Salientamos, no capítulo quatro, tipos diferentes de visões sobre os conflitos, as múltiplas inserções e sobre a autonomia do movimento social. Já no capítulo cinco, observamos os diferentes tipos de percepções sobre os espaços de atuação (movimento, partido e Estado) e os repertórios de ação.

Observando o que já foi apresentado, quatro tipos de percepções se mostraram centrais para compreender as teorias dos ativistas: as percepções sobre a autonomia do movimento; sobre o papel do movimento social; sobre os partidos; e sobre o Estado. Essas quatro variáveis são fundamentais para compreender os sentidos dados pelos ativistas à realidade social.

A autonomia do movimento

Esse aspecto se apresenta como fundamental para a compreensão das ações dos ativistas. Há uma contraposição de ideias. Por um lado há uma percepção de que a ação desvinculada da arena política institucional é mais autônoma e independente, possibilitando aos ativistas uma maior liberdade de ação. A ação desvinculada possibilitaria que os ativistas

agissem por si mesmo, sem a necessidade de negociação com a arena institucional, o que é essencial, na visão deles, para a ação do movimento social.

Por outro lado, há a percepção que a ação conjunta com os partidos e dentro do Estado não necessariamente rompe com a autonomia do movimento. A intersecção com partidos e a ação dentro do Estado não gera dependência do movimento em relação a esses espaços, nem enfraquecimento da organização. A autonomia da organização está ligada à perseverança dos ativistas em manter-se fiel ao movimento social, levando as suas demandas pra dentro dos espaços institucionais e lá agindo em favor do movimento.

A arena extrainstitucional

A arena extrainstitucional ora é apresentada como forte, independente, autossuficiente, capaz de eficácia política independente da ação institucional, ora é apresentada como pouco eficaz por si mesma, sendo necessária a intersecção com outras forças (força do poder institucionalizado). Em uma perceptiva o movimento age, em outra utiliza outras esferas pra ação.

A arena institucional

Já a arena de militância institucional é vista como auxílio ou como empecilho à ação social. Tanto o partido quanto o Estado são vistos por alguns militantes como arenas de militância política, enquanto para outros como arena de desmobilização social.

Com o intuito de sistematizar algumas das questões que se colocam no decorrer dos capítulos anteriores, construímos o quadro apresentado a seguir.

Quadro VII - Tipos de percepções dos ativistas sobre as esferas de atuação e sobre a autonomia

Percepção sobre autonomia do movimento	Percepção sobre o Movimento Social	Percepção sobre os Partidos Políticos	Percepções sobre o Estado
Autonomia com intersecção com a esfera institucional	Formular	Ferramenta	Espaço de Militância
Autonomia sem	Pressionar	Empecilho	Oponente

intersecção com a esfera institucional			
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria

A partir desses dados procuramos responder a seguinte questão: *Para os ativistas, como se produz a mudança social?* Chegamos a duas respostas: (1) a mudança é produzida através de uma ação de contraposição ao modelo político institucional; (2) a mudança é produzida através da utilização do modelo político institucional.

- **A mudança social é alcançada através de uma contraposição ao modelo político institucional**

Tendo como um princípio norteador a sua percepção de autonomia da ação social, nessa teoria a separação entre a esfera política institucional e extrainstitucional é fundamental para a ação coletiva. Manter o movimento autônomo e independente é entendido como essencial para a eficácia da ação do movimento social.

Há uma clara separação entre o ‘nós’ e o ‘eles’, sendo o ‘nós’ não é somente os que partilham a mesma identidade negra, mas os que destituídos de poder, lutam contra os detentores do poder institucional.

O papel do movimento seria sempre externo ao poder institucional, pois a compreensão dos ativistas é a de que, mesmo quando o movimento está dentro do governo, o poder ainda é do branco. O negro é sub-representado e/ou está fora do jogo de poder.

A ação institucional não é essencialmente retratada como cooptação, pois há uma percepção que existem militantes que adentram ao Estado e não necessariamente abandonam a causa negra. A percepção dos ativistas é a de que a ação por dentro dos partidos e do Estado é pouco eficaz ao movimento, pois dependem de acordos com partidos, de negociações dentro do Estado. A percepção é de que a entrada nessas esferas traz prejuízos ao movimento, pois ao passo que possibilita pequenas conquistas, como a entrada de algumas demandas no poder público, demanda ações caras ao movimento, como intervir nas eleições da coordenação a fim de que a liderança do movimento fique com membros partidários, a utilização do movimento para protestar contra o governo quando o partido é oposição, e não fazer protesto quando o partido é situação, entre outras. A crítica é que a ação institucional acarreta um compromisso com os partidos, sendo a contrapartida pedida pelos partidos cara demais ao movimento social, acabando, assim, trocando pequenas conquistas em detrimento do silenciamento do movimento.

A percepção seria, então, de que os partidos seriam um empecilho, principalmente quanto à autonomia do movimento. Mas não somente ali o partido impediria uma ação mais efetiva do movimento quando o mesmo estivesse em condição de governo. A ação dentro do Estado é vista como uma falácia, dado que os negros nunca estariam em condições de poder real, somente ocupando espaços de baixo reconhecimento social e com pouco poder de decisão. O Estado é compreendido como um espaço de brancos, em que eles decidem e dominam.

Há a compreensão de que a mudança real, o alcance de um projeto político para a população negra, só poderia ser obtida através da ação do movimento social sem interferência partidária e estatal. A separação daria ao movimento, primeiramente, legitimidade à ação coletiva, que é vista não como parte do sistema, mas como um ente à parte, que atua em separado do poder institucional. Além disso, garantiria a autonomia do movimento, bem como uma negociação direta com o Estado, sem intermediários. A negociação seria entre sociedade civil e Estado, *outsider X insider*.

- **A mudança social é alcançada através da ação dentro do modelo político institucional.**

Nessa teoria a análise da conjuntura exerce o papel principal. A possibilidade de ação institucional é vista como importante oportunidade à eficácia do movimento social. A utilização dos partidos daria maiores chances de sucesso ao movimento social, abrindo as portas do Estado ao movimento.

O movimento observaria as melhores oportunidades que se abrem. O partido e o Estado são considerados espaços não de oposição, mas de militância política.

Nessa perspectiva, os partidos não são pensados como entidades que buscam auxiliar o movimento, que se importam com as suas causas. Os ativistas do movimento percebem os partidos como organizações que trabalham somente para si. Muitas vezes consideram os partidos como racistas, organizações que mantêm na sua estrutura a mesma hierarquia de raça e de classe encontrada na sociedade. Entretanto, diferente dos militantes que colocam isso como motivo para a ação externa aos partidos, esses os militantes percebem que a conjuntura política, ou melhor, como está organizado o poder governamental, exige que o movimento utilize dos partidos políticos.

Os partidos são transformados em espaços de militância. A percepção é de que os partidos seriam o meio mais fácil e menos custoso para a inserção das demandas do movimento dentro do Estado. Os partidos permitiriam que o movimento agisse com mais precisão, possibilitando ao movimento mais dois repertórios, o de cooperação, em que o movimento fica na retaguarda política, atuando dentro do partido, e o de infiltração, no qual o movimento volta a atuar na frente política, mas agora como Estado, abrindo eles mesmos as chances para o movimento.

Em vez de empecilhos, os partidos tornam-se ferramentas. Os conflitos, antes Movimento X Estado/Governo (*outsider versus insider*), agora passam a ser Movimento dentro do partido X elite do partido, ou movimento dentro do Estado X elite burocrática estatal (*insider versus insider*).

O dilema da autonomia é solucionado identificando e rotulando os papéis de cada esfera. O movimento formula a política, o partido leva pra dentro do Estado ou abre um espaço para que ativista adentre ao Estado e implemente a política formulada por eles mesmos. É feito, assim, um trajeto de uma única via, tendo cada espaço o seu papel definido. Desse modo, a autonomia do movimento seria mantida e nem o partido nem o Estado teriam o acesso às decisões do movimento.

Nessa perspectiva todos os repertórios conviveriam, tendo cada um o seu momento e função. Os repertórios institucionais seriam utilizados para levar as demandas do movimento pra dentro do Estado, enquanto os repertórios de confronto seriam utilizados para pressionar o governo quando as políticas não estiverem seguindo o planejamento do movimento, sendo abandonadas pelo Estado, ou implementadas de maneira incorreta. Não há o abandono de repertórios, mas sim a utilização de repertórios específicos para cada um dos fins desejados.

A mudança social, nessa perspectiva, seria alcançada pelo movimento em ação conjunta com partidos e com o poder institucional. Há uma observação das oportunidades abertas ao movimento, e a decisão de levar o conflito para dentro da arena institucional, levando o conflito da rua para dentro do gabinete.

6.2.2 Da teoria à ação militante: os repertórios de ação

Como já demonstrado acima, a análise das teorias de interpretação social buscou responder à seguinte pergunta: para os ativistas como se produz a mudança social? As teorias

ajudariam a explicar as escolhas dos repertórios dos ativistas. Teríamos, nesse caso, dois tipos de ação militante: uma externa à esfera institucional, no qual a escolha de repertório está altamente interligada à ideia de autonomia e legitimidade do movimento social, que negociaria diretamente com o Estado sem intermediários; e uma interna ao modelo institucional, na qual a escolha dos repertórios de ação interliga-se à análise das oportunidades políticas disponibilizadas ao movimento social, interpretando a ação institucionalizada como um importante recurso, que garantiria a entrada de algumas demandas do movimento dentro do Estado.

A sociologia compreensiva weberiana nos dá suporte teórico para compreender as ações sociais dos indivíduos, colocando no centro da análise os sentidos que os mesmos atribuem aos seus atos. Como já salientado no capítulo teórico, a discussão weberiana promove uma reflexão sobre aspectos subjetivos que conduzem as ações objetivas, tanto aspectos valorativos quanto estratégicos, tradicionais e emocionais.

Observando os dados, podemos notar que as ações dos ativistas variam de acordo com as suas percepções do que seria a ação ideal para o militante do movimento social. Podemos notar que tanto na ação externa ao poder institucional quanto na interna o tipo de ação dos militantes é o que Weber definiria como ação de tipo racional, pois a ação é reflexiva e tem como sentido atingir um objetivo específico.

Faz-se necessário, porém, compreender o que Weber (2001) chama de ‘conexões de sentido’ das ações sociais, compreendendo os sentidos subjacentes à ação social.

Na teoria em que a mudança social é alcançada através de uma contraposição ao modelo político institucional, são elencados como sentidos para a ação elementos como a autonomia, a legitimação e a autossuficiência do movimento social. Para os atores, a escolha dos seus repertórios tem como base esses três aspectos. Subjacente à fala dos ativistas, observamos que esses aspectos apresentam um significado subjetivo de grande importância para os militantes, podendo ser tratados como crenças ou valores, sendo esses aspectos tidos como princípios do movimento social, pressupostos basilares da ação coletiva já arraigados que moldam a sua percepção sobre o papel do movimento social e sobre os seus repertórios como militante da causa.

Já na teoria em que a mudança social é alcançada através da ação dentro do modelo político-institucional, o sentido dado pelos atores está centrado na ideia de aproveitamento das oportunidades oferecidas ao movimento. Os imperativos atuantes na teoria anterior não

possuem tanta força nessa teoria. O sentido da ação é outro: alcançar os objetivos do movimento utilizando os meios necessários e disponíveis.

Constatamos que apesar das duas teorias terem sentido de tipo racional, pois são reflexivas e buscam alcançar um objetivo, possuem tipos diferentes de racionalidade, uma que Weber chamaria de racional com relação a fins e outra que ele chamaria de racional com relação a valores.

Entretanto, é importante observar que em seus próprios escritos Weber já salienta que não há tipos puros de ação social, sendo os sentidos das ações misturados na realidade social. Ao mesmo tempo em que a ação é racional com relação à fins ela é tradicional ou emotiva, sendo uma ação sempre influenciada por mais de um sentido. As ações racionais com relação a fins também contêm elementos que se relacionam com valores, e os imperativos morais do movimento social também são operantes nesses ativistas. Nesses casos, porém, o sentido da ação não são os valores, mas sim aspectos do objetivo que os ativistas buscam alcançar. Enquanto em um caso aspectos como os princípios do movimento parecem ser o norte para a ação, em outros esses imperativos, ainda que atuantes (visto que todos os ativistas salientaram a importância do princípio da autonomia, por exemplo), não norteiam a ação, sendo esta guiada, em maior medida, para as oportunidades abertas ao movimento.

Na ação racional com relação a valores, que chamaremos de valorativa, os repertórios utilizados seriam os extrainstitucionais, sendo pensados como os únicos que garantem a tão necessária autonomia ao movimento. Os repertórios de extrainstitucionalidade são tidos como leis aos princípios do movimento, mas também, e tão importante quanto, são tidos como mais eficazes. Possibilitaria a fala sem intermediários, o próprio movimento falaria e agiria por si.

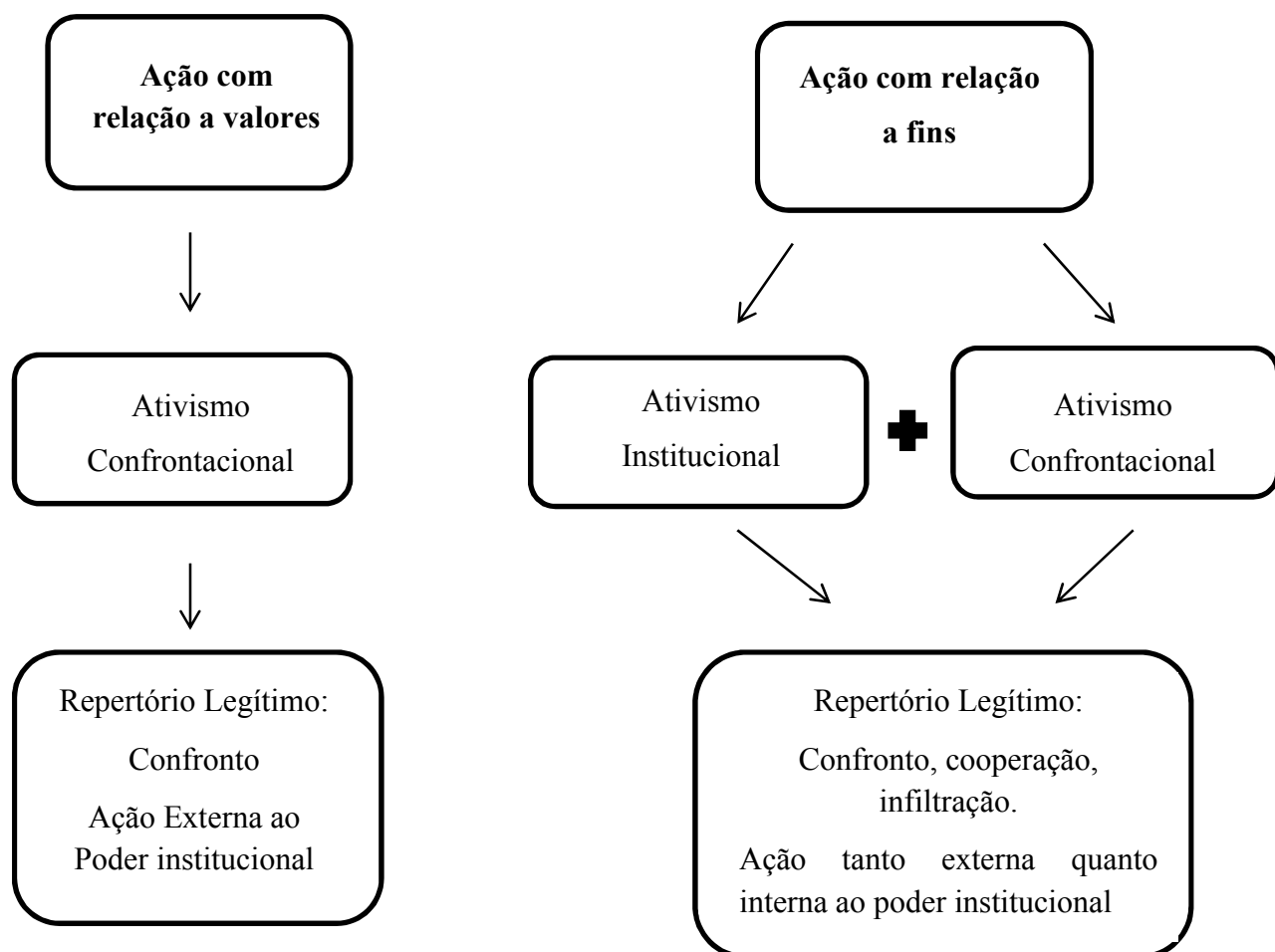
Os repertórios institucionais seriam deslegitimados, pois são visto como pouco eficazes ou como cooptação. A intersecção com partidos e com o Estado é percebida como maléfica ao movimento e faz com que ele perca a sua força reivindicativa e a sua razão de ser.

A ação racional com relação a fins, que chamaremos estratégica, porém, analisando as estruturas de oportunidades políticas possibilitadas ao movimento, propõe a utilização em simultâneo de todos os repertórios possíveis. As ações, não pensadas através de um filtro valorativo, são altamente objetivadas, obedecendo à lógica objetivo/resultado.

Os repertórios, que antes eram vistos como ilegítimos, agora são legitimados e utilizados conjuntamente. Utilizados em momentos diferentes, mas em combinação com os repertórios institucionais, os repertórios de confronto não são abandonados pelos ativistas, mas são colocados como importantes formas de mobilização social, complementando a ação institucional.

Vimos, então, que das diferentes teorias de interpretação social surgem diferentes tipos de ação militante. Uma voltada para si mesma, tendo como sentido os princípios do movimento, propondo uma ação militante guiada pelos seus parâmetros valorativos. Outra, porém, fazendo uma discussão sobre estratégia, sobre a melhor forma de alcançar o objetivo do movimento, propondo uma ação militante que utilize todos os meios para alcançar os fins desejados pelo movimento.

Figura XI - Modelo descritivo da relação entre tipos de ação e repertórios de ação



Considerações Finais

Nesse capítulo expusemos a sistematização dos dados apresentados e discutidos nos capítulos anteriores: as percepções dos ativistas, os seus espaços de atuação e seus repertórios.

A partir dessa síntese observamos duas teorias de interpretação social distintas sobre como ocorre a mudança social para os ativistas. Na primeira, a mudança aconteceria quando a ação do movimento contrapõe-se ao Estado, na segunda a mudança ocorreria quando a ação do movimento acontece dentro do espaço institucional.

Com base na sociologia weberiana identificamos, relacionando as teorias e os repertórios de ação, dois sentidos diferentes que estariam subjacentes às ações dos militantes (seus repertórios de ação), formando dois tipos de ação diferentes, uma valorativa e outra estratégica, uma ligada a crenças/valores e outra, a oportunidades abertas ao movimento.

Apresentamos abaixo as considerações finais dessa dissertação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou contrapor-se ao pressuposto teórico da externalidade do movimento social frente às esferas institucionais. Além disso, buscou apreender sobre a relação entre a política extrainstitucional e a política institucional. Focando a análise na interpenetração entre movimento/partido/Estado, tivemos como objetivo compreender qual a influência da intersecção entre essas esferas para as estratégias de ação dos ativistas de movimento social negro do Rio Grande do Sul.

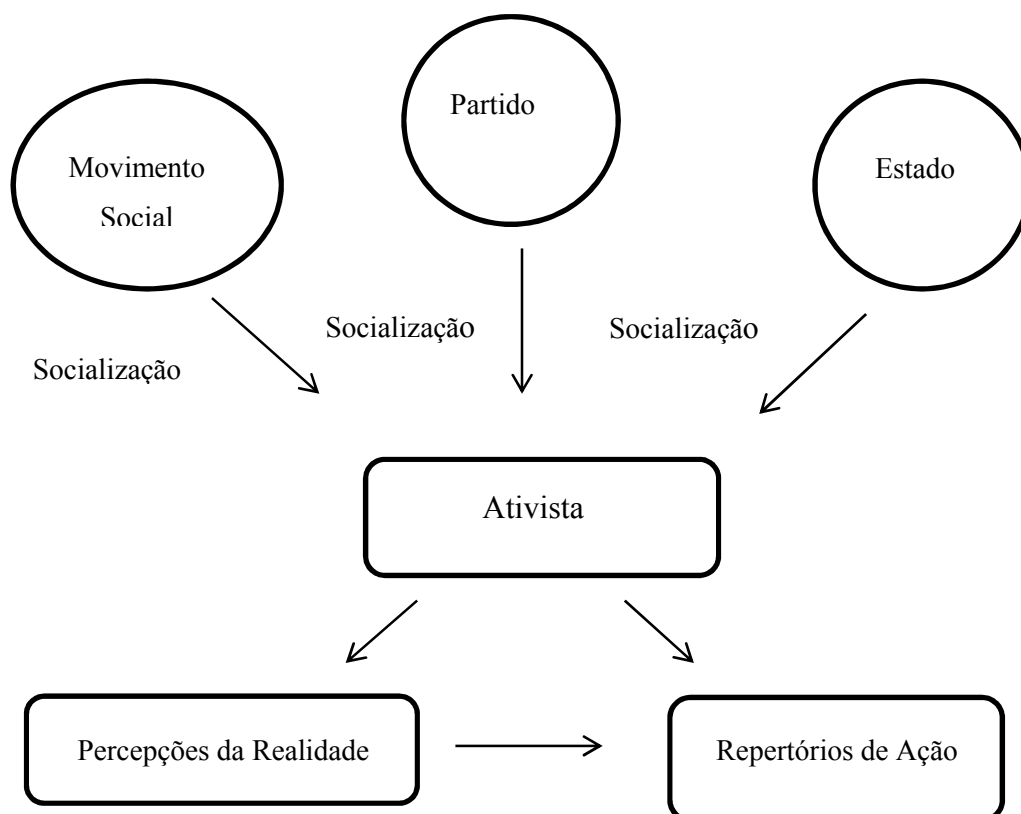
Fundamentados pela Teoria do Confronto Político, que busca analisar os movimentos sociais a partir da lógica do conflito, trabalhamos com dois conceitos: o de *repertórios de ação* e o de *oportunidades políticas*.

Apesar do modelo proposto pela Teoria do Confronto ser muito útil para pensar as estratégias de ação militante, esse modelo, sozinho, apresenta limites quando utilizado para problematizar a realidade brasileira, pelo pressuposto da externalidade da ação coletiva, basilar na teoria do Confronto. A fim de complementar a análise, utilizou-se o conceito de *militâncias múltiplas* de Ann Mische (1997), que lança luz sobre a múltipla atuação dos militantes de movimento social simultaneamente em diferentes espaços sociais, como movimentos, partidos, igrejas, organizações sociais etc. Segundo a autora, a militância múltipla seria uma característica importante dos ativistas brasileiros, com implicações nas formas como o ativismo é pensado e desenvolvido.

Para Mische, a atuação militante em múltiplas esferas afetaria não somente as oportunidades de ação, alterando as estratégias e as chances dos movimentos, mas também alteraria a forma como os ativistas compreendem a realidade à sua volta, e também a sua militância, produzindo um compartilhamento de ideias, valores e projetos entre essas esferas.

A hipótese norteadora do trabalho foi a seguinte: Disponibilizadas aos ativistas oportunidades de ação por dentro das esferas estatais e partidárias, acreditava-se que tanto aspectos subjetivos (como as suas perspectivas sobre a realidade social) quanto objetivos (como os seus repertórios de ação) se modificariam. E em última instância os ativistas abandonariam os repertórios de confronto, optando gradativamente por repertórios institucionais, identificando a esferas institucionais não mais como inimigas, mas como aliadas à ação do movimento.

O modelo analítico formulado no projeto de pesquisa é o apresentado a seguir.



Nesse modelo, a múltipla militância ampliaria as oportunidades políticas e os espaços de militância. Esses espaços, por sua vez, teriam as suas visões e compreensões sobre a realidade social. A partir de um processo de socialização secundária, os ativistas moldariam as suas percepções da realidade e seus repertórios de ação.

Com vista a questionar o pressuposto da externalidade do Movimento Negro, no capítulo de contextualização vimos que nas duas primeiras fases do Movimento Negro houve tentativa de institucionalização, porém, essas não foram bem sucedidas, ficando o movimento, assim, relegado à externalidade em relação ao Estado. Somente na terceira fase as tentativas de institucionalização do movimento surtiram efeito. O movimento ampliaria, a partir dessa fase, as suas possibilidades de ação.

Entretanto, a institucionalização do movimento não foi nem unânime nem pacífica, ocasionando casos de conflitos entre os militantes dentro do movimento social.

Quanto aos entrevistados que constituem o corpus da pesquisa, observamos uma forte intersecção com partido político. Todos os ativistas entrevistados participavam ou haviam participado de partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores. Nas trajetórias dos

ativistas entrevistados notamos que a múltipla militância é uma prática recorrente entre eles, principalmente a militância partidária.

Quanto à múltipla militância, o principal aspecto abordado é o dilema da autonomia do movimento. Para alguns, a separação das esferas institucionais é o único modo de garantir a autonomia da ação coletiva, para outros a autonomia do movimento depende dos ativistas, da sua decisão de manter-se firme às definições, às demandas e aos princípios do movimento dentro das esferas de ação institucional.

Abordando as percepções dos ativistas sobre a realidade social foram observadas divergências entre as percepções dos atores sobre as três esferas de atuação estudadas (movimento, partido e o Estado), aspecto que tornou-se central na análise dos dados.

Quanto aos repertórios de ação, é notório que o repertório de confronto não foi abandonado como supomos na hipótese do projeto de pesquisa. O repertório de confronto é colocado, por alguns ativistas, como o repertório principal, enquanto para outros como um repertório complementar à atuação institucional.

Na análise dos dados percebemos a forte ligação entre as percepções sobre os espaços sociais de militância e os repertórios de ação que os ativistas usavam, tendo ativistas que, percebendo os espaços dos partidos como empecilhos e o Estado como oponente (militantes I e III), optam por um repertório extrainstitucional, e outros, percebendo os partidos como ferramentas e o Estado como esfera de militância (entrevistados II, V, VII), optam por um repertório de cooperação e infiltração.

Notou-se, então, duas teorias de interpretação social distintas sobre como ocorre a mudança social, para os ativistas. Na primeira, a mudança aconteceria quando a ação do movimento contrapõe-se ao Estado; na segunda a mudança aconteceria quando a ação do movimento se dá por dentro do espaço institucional.

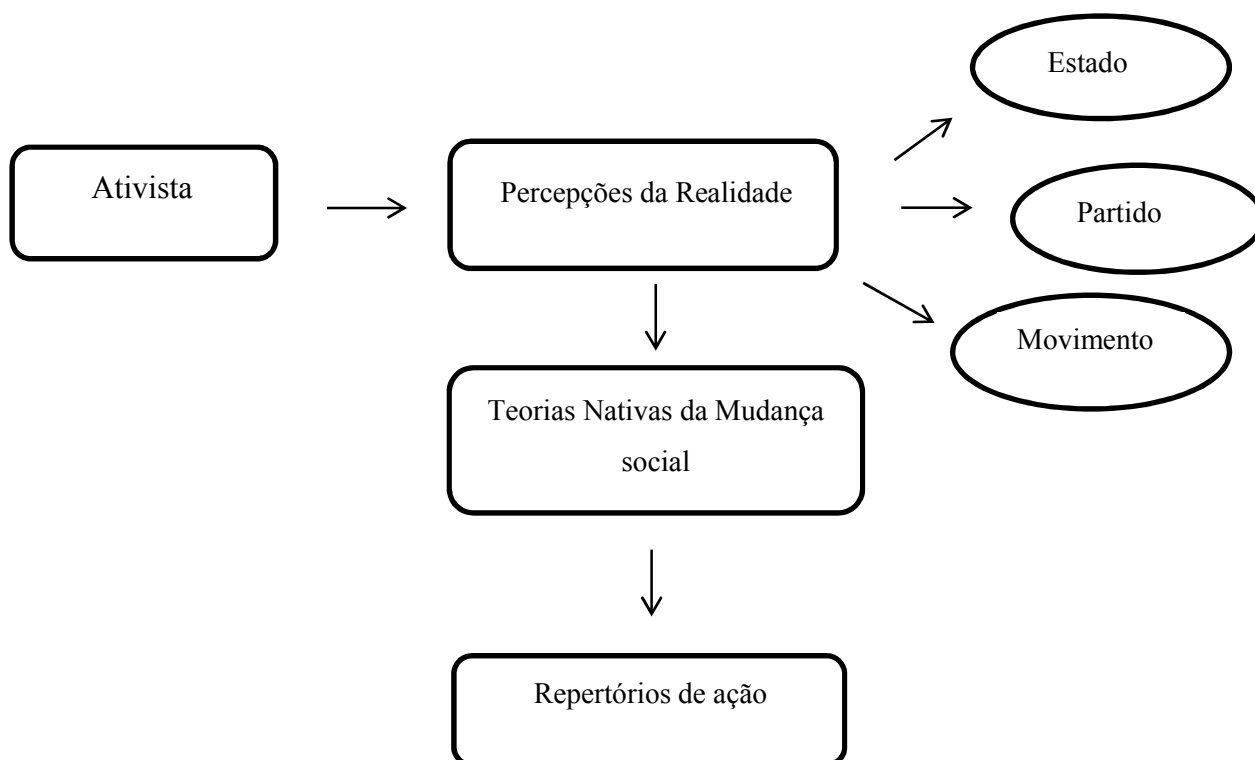
Buscando compreender a relação entre essas teorias e os repertórios de ação dos militantes, recorreremos ao referencial analítico da sociologia compreensiva weberiana. Focando a análise nas conexões de sentido, foi possível captar dois tipos de ação dos ativistas: uma que chamados de valorativa, mais identificada com o tipo ideal weberiano de ação racional com relação à valores, sendo o sentido da ação, ainda que racional, relacionado a valores e princípios dos ativistas e os repertórios utilizados seriam extrainstitucionais, repertórios de confronto; outra, identificada como a ação do tipo estratégico, mais relacionada

ao tipo ideal weberiano da ação racional com relação a fins, onde o sentido da ação é o alcance do fim desejado. Nesse tipo de ação os ativistas intercalariam ações tanto de confronto quanto institucionais, sendo observadas as oportunidades políticas oferecidas ao movimento.

Como já salientado, a hipótese formulada no projeto de pesquisa foi refutada na análise dos dados. O modelo de análise se mostrou ineficiente para explicar o fenômeno estudado. Fez-se necessário reorganizar o modelo, virando-o de cabeça para baixo. As percepções dos atores, que originalmente se encontravam em baixo no modelo analítico, sendo uma dimensão que se modificaria na inter-relação com as esferas institucionais juntamente com os repertórios de ação, agora aparecem como dimensão explicativa para os repertórios em questão.

Apresentamos abaixo o modelo reformulado a partir da análise dos dados.

Figura XII – Modelo de análise reformulado a partir da análise dos dados



Concluimos, então, que as percepções dos ativistas se mostraram importantíssimas para a análise dos repertórios de ação. Os atores interpretam a realidade social e, orientados por essas teorias, agem politicamente a fim de produzir a mudança desejada.

Algumas questões, porém, não puderam ser abarcadas na pesquisa, ficando sem resposta, podendo ser alvo de próximos estudos, como, por exemplo, a relação entre a múltipla militância e a subjetividade dos ativistas, a sobreposição de diferentes identidades militantes, profissionais, religiosas e os conflitos gerados para a ação coletiva. Outra proposta que poderia ser objeto de pesquisa é a relação entre militância partidária e societal, observando como a militância partidária se converte em militância social.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?. *Sociologias*, 13 (28), p.52–84, 2011.

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados*, vol. 57, n°2, p.325 a 357, 2014.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76, p.49-86, 2009.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Ano 2, Volume 3, p.21-41, 2012.

ARAÚJO, A. F. Participação política e o poder dos negros no Partidos dos Trabalhadores. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) – Universidade Federal do Rio Grande dp Sul, Porto Alegre, 2004.

BANASZAK, L. A. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, David S. (Ed.). *Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. Framing processes and social movements: and overview and assessment. *Annual Review of Sociology*. 26. P. 611- 639.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973

CARDOSO, R. (1984) "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico", In: Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Contexto Enfermagem*, Florianópolis, vol. 15, nº 4, p. 670-684, out/dez 2006.

CORTES, S. Arcabouço histórico- institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. *Educar em Revista*, Curitiba, Vol. 25, pg. 143-174. 2005.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*. Nº 23. Pg. 100 – 122. 2007.

DOWBOR, M. A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. 2012.

FACEIRA, L. da S. (enero-junio, 2014). Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, 5(1), 171-196.

FALLETI, T. G. Infiltrando o Estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil- 1964-1988. In. *Estudos Sociológicos*, Araraquara, Vol. 15, 2010.

GOFFMAN, E. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOHN, M. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOLDMAN, M. Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro. 7 Letras. 2006.

GOLDSTONE, J. A. (ed.). *States, parties, and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Introduction)

GUSSO, R. Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo: O fórum da Reforma Urbana. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

GUTIERRES, K. A. Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a políticas de assistência social entre o partido e o Estado. Tese de doutorado. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMPI, Campinas.

HANAGAN, M. (1998), “Social movements, incorporation, disengagement, and opportunities – a long view”, in M. Giugni, D. McAdam e C. Tilly (orgs.), *From contention to democracy*, Lanham, MA, Rowman and Littlefield Publishers, pp. 3-29.

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdade raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

KOSSLING, K. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. *Perseu*. Nº 2, ano 2. Pg. 29-57. 2008.

LAVALLE, A. G. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 21, nº 1, pg. 157- -187. 2015.

LEITÃO, L. Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 2012.

LEITÃO, L.; SILVA, M. Institucionalização e Contestação: As Lutas Do Movimento Negro No Brasil (1970-1990). *Revista Sociedade & Estado*. No prelo.

LERBACH, B. C. Abordando itinerários de ativistas a partir da sociologia das carreiras militantes. Em Tese, Florianópolis, v.11, n.2, jul./dez., 2014.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol.14, nº 41, pg. 45-66. 1999.

MCADAM, D. Orígenes terminológicos, problemas actuales, futuras líneas de investigación. In: *Movimientos Sociales, Perspectivas Comparadas: oportunidades políticas, estructuras de mobilización y marcos interpretativos culturales*. Espanha: Istmo, 1999.

MCADAM, D; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. N; 26, São Paulo: Lua Nova, 2009.

MINAYO, M. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 05-06, p. 134-150, 1997.

MOURA, J; SILVA, M. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista Sociologia Política*, v. 16, número suplementar, pg. 43-54, ago. 2008

MULLER, A.L.; SILVA, M.K; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. *Estudos Sociais e Agricultura*, Rio de Janeiro, Vol. 20, nº1, p. 106-138. 2012.

OLIVEIRA, G. L. *Permeabilidade e transito institucional: a relação entre sociedade civil e Estado a partir das trajetórias de militantes- gestores nas -políticas de economia solidárias no Rio Grande do Sul- os casos de Porto Alegre (1996- 2004) e do Governo Estadual (1999-2002)*. Dissertação de Mestrado. 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre.

PEREIRA, A. M. *Trajetória e Perspectiva do movimento negro brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyaia, 2008.

PEREIRA, M. M. *Enquadramento Interpretativo, Lógicas de Ação e Dinâmicas Interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PEREIRA, M. M.; Silva, M. K. O Dilema do Enquadramento Interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. *Revista Sociedade & Estado*. No prelo.

PETTINICCHIO, D. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. *Sociology Compass* 6/6 (2012): 499-610, 10.1111/j. 1751-9020.2012.00465.x

RAMOS, S. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 9, nº 4, p. 1067-1078, 2004.

RIOS, F. Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo (USP). 175p. 2008.

SANTORO, W; MCGUIRE, M. Social Moviment Insiders. *Social Problems*. 44: 503-20.

SANTOS, I. A. A. O movimento negro e o Estado: o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987). 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

SILVA, M. K. Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias (UFRGS)*, v. 8, p. 156-179, 2006.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p.2-9, 2010.

SILVA, M. K. Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade civil e do Estado. No prelo.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Erving Goffman e a Ação Coletiva: contribuições do conceito de molduras interpretativas para o estudo de movimentos sociais. Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 2013.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), p.86-125, 2011.

SMITH, S. R., LIPSKY, M. Nonprofits for hire: the welfare state in the age of contracting. Cambridge, MA : Harvard University Press, 1993.

STUKER, P. Entre a cruz e a espada: significados da renúncia à representação criminal por mulheres em situação de violência conjugal no contexto da Lei Maria da Penha. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

TARROW, S. Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WAGNER, H. **Introdução**. In: SCHÜTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos. WAGNER, Helmut (org). Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais. In: Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ANEXOS

Roteiro da Entrevista

Trajetória do Ativista

- Conte a sua trajetória na causa negra.

Múltipla Militância

- Quando você iniciou sua atuação como ativista da causa negra? Por qual esfera (movimento, partido ou Estado)?
- Quando você iniciou a sua militância você já pensava na possibilidade de atuar nas outras esferas também (partido e Estado)?
- O que levou você a participar dessas outras esferas?
- Tratando-se da sua múltipla inserção em diversos espaços sociais, você acha teve mais ganhos ou perdas?
- Você alguma vez já sentiu-se pressionado ou acusado por outros ativistas por causa da sua múltipla inserção?
- Houve em algum momento algum tipo de conflito com outros atores por causa da sua múltipla militância? Se sim, sabes me explicar por quê?

Percepções sobre o movimento

- Quais são as estratégias de ação da organização de movimento negro? Como ela atua?

Percepções sobre o partido

- Como você acha que o partido atua em relação a causa negra?

Percepções sobre o Estado

- Como você acha que o Estado atua em relação a causa negra?

Repertórios de Ação

- Se você fosse hoje descrever a sua atuação como ativista da causa negra, como você definiria a suas estratégias de ação?
- Pensando no início da sua atuação na causa negra, você diria que, no decorrer da sua militância, você modificou suas estratégias de atuação? Se sim o quê?